

25 anos

Princípios

REVISTA TEÓRICA, F

Teatro:
O legado de Brecht



LULA REELEITO **VITÓRIA DO POVO E DAS** **FORÇAS PROGRESSISTAS**

O novo governo nasce sob o compromisso de conduzir
– com ousadia – um ciclo de desenvolvimento
acelerado com distribuição de renda

ACRE



ESTADO DA FLORESTANIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA



Conheça nossas riquezas!

Novo governo tem legitimidade e força para realizar projeto de desenvolvimento

Numa das mais renhidas sucessões presidenciais da história da República, Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito presidente do Brasil. Esta vitória se deu por uma conjugação de fatores em que se destacam: a sabedoria do povo, a firmeza dos partidos progressistas e de esquerda, as qualidades e a força da liderança do presidente Lula, as realizações do primeiro governo e o avançado programa com o qual ele foi reeleito.

O novo governo nasce sob circunstâncias e possibilidades políticas melhores do que o anterior.

Primeiro: tanto o presidente reeleito quanto a frente partidária agora assumiram compromissos mais avançados do que em 2002. Em vez da dubiedade programática na qual acabou prevalecendo a "Carta aos brasileiros", assinada devido às pressões do capital financeiro, Lula é reeleito comprometido com um único programa, cujo resumo ressaltado por ele mesmo é "desenvolvimento, distribuição de renda e educação de qualidade". Apesar de suas limitações, o primeiro governo livrou o país da herança maldita de FHC e criou as bases para o desenvolvimento.

Segundo: Lula foi reeleito com mais de 58 milhões de votos, maioria que perpassa todas as regiões do país e eleitores de todas as classes sociais, tendo, é claro, o povo como a parte majoritária. A reeleição deu-se, também, sob polarizado confronto programático em que o ideário do neoliberalismo foi rejeitado a ponto de o candidato Geraldo Alckmin ocultá-lo ou, de modo oportunista, negá-lo em alguns aspectos, como no caso das privatizações.

Terceiro: tudo indica que o novo governo terá o apoio da maioria dos governadores eleitos. A correlação de forças no Congresso Nacional pende a seu favor. O "centro" representado pelo PMDB pode em bloco respaldá-lo. Por sua vez, PT, PCdoB, PRB e PSB estão coesos e são a base da aliança. Setores da esquerda dispersos reaproximam-se. Alarga-se, também, o apoio nos movimentos sociais.

Quarto: apesar das persistentes incertezas que marcam a conjuntura e a economia mundiais em decorrência da crise estrutural do capitalismo e da política de guerra do imperialismo norte-americano, comparativamente a 2002 a situação internacional passou por alterações positivas. Há quatro anos, os povos estavam sob a ofensiva do agressivo governo Bush; hoje, esse governo e sua nociva política perderam força. No entanto, na América Latina, sobretudo na sua parte sul, o movimento patriótico, democrático, e popular se fortaleceu.

Em suma, o presidente está reeleito com plena legitimidade para liderar uma ampla coalizão política, partidária e social, para tornar realidade o projeto com que se comprometeu perante a nação. Os condicionantes internos e externos e a correlação de forças favoráveis em termos relativos criam as condições para o novo governo ser mais ousado do que o anterior. É possível fazer avançar com mais determinação e rapidez a transição iniciada de superação do neoliberalismo e, efetivamente, conduzir o país a um ciclo de desenvolvimento acelerado e duradouro – assentado na democracia, na soberania e na integração regional – que distribua renda e eleve a qualidade de vida do povo.

Contudo, seria pura ilusão imaginar que esse processo ocorrerá de modo automático. Haverá forte oposição das classes dominantes, notadamente do complexo financeiro e de seu sistema de mídia. A direita dispõe de muita força e seu principal partido (o PSDB) estará à frente de três estados importantes: São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. À medida que o novo governo começar a realizar seu programa, incluindo a necessária mudança da política macroeconômica conservadora que impediu um crescimento econômico maior no governo passado, as contradições tenderão a se acirrar. De imediato, as disputas e pressões se manifestarão na própria montagem do governo e na fixação de sua agenda prioritária.

Para enfrentar e vencer a pressões da oposição, o novo governo – alicerçado na sua legitimidade, na ampla coalizão política e social, e na mobilização popular – deverá com coragem política e ousadia vencer tais resistências e tornar realidade o seu programa. Seu êxito é determinante para fazer avançar o novo ciclo político, democrático, patriótico, e popular iniciado pela vitória de 2002.

Índice



CAPA

Lula se reelege
com redobrado compromisso
pelo desenvolvimento
Entrevista com Renato Rabelo..... **6**

O novo programa
do segundo governo Lula – uma
vitória significativa
Dilermando Toni..... **11**

Condicionantes externas
do segundo governo Lula
Entrevista com Luis Fernandes..... **16**

A correlação de forças
que sai das urnas
José Carlos Ruy..... **24**

A cláusula udenista
Inácio Arruda..... **31**

CIÊNCIA



Santos Dumont,
pioneiro da conquista do
espaço pelo homem
João Augusto de Lima Rocha..... **49**

INTERNACIONAL

Houtart, um católico
marxista engajado
na luta dos povos
Entrevista com François Houtart..... **54**

TEORIA

O papel de Engels na colaboração em
economia com Marx
Renildo Souza..... **60**

Marxismo, história e revolução
burguesa (final)
Augusto Buonicore..... **65**

DEBATE

O direito à festa e à luta
Emir Sader..... **71**

A China e a Economia
Política do socialismo
Elias Jabbour..... **75**

Resenhas..... **80**



CULTURA

Brecht – interesse social,
político e experimentação formal
Entrevista com
Sérgio de Carvalho..... **37**

Ópera *Olga* – densidade e ousadia
estética de Antunes
Entrevista com Jorge Antunes..... **44**

Capa: Flávio Nigro

Entrevista com Renato Rabelo

Lula se reelege com redobrado compromisso pelo desenvolvimento

POR ADALBERTO MONTEIRO

O presidente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Renato Rabelo, participou da elaboração do programa da coligação Força do Povo (PT, PCdoB, PRB) que reelegeu Lula presidente do Brasil, e compôs o conselho político da campanha. Presente nos momentos cruciais desse processo político, ele falou à *Princípios* sobre o significado desta reeleição e alguns de seus desdobramentos, com destaque para os desafios políticos, econômicos e sociais desse novo governo



*Lula:
o Brasil venceu.*

Lula foi reeleito com mais de 58 milhões de votos, apesar do longo e cerrado ataque da oposição conservadora e da mídia hegemônica. A que você atribui esta vitória?

Renato Rabelo – Há diversos fatores envolvidos nesta resposta. Primeiro, a expressiva vitória diz respeito ao governo Lula, em seu primeiro mandato (apesar de ter encontrado o país sob grave situação), pouco a pouco ter conseguido encontrar certos caminhos próprios, o que resultou na melhora do bem-estar para grande parte da população – sobretudo daqueles situados abaixo da renda de até dez salários-mínimos. Conforme as pesquisas, a vantagem de Alckmin sobre Lula era justamente nas camadas de renda superior a dez salários mínimos. Isso significa que o governo Lula criou uma relação de confiança com as grandes camadas populares, gerando um sentimento no povo de que as conquistas para seu bem-estar poderiam se elevar mais ainda com a reeleição de Lula.

Outro elemento decorre do fato de nesta luta político-eleitoral o opositor tucano Geraldo Alckmin não ter deixado nítido, em nenhum momento, seu programa de governo: ele não apresentou nada de consistente e significativo para responder à aspiração da maioria do povo. Isso resultou num candidato sem alternativa concreta. É quando se comparava o governo Lula aos oito anos de governo tucano – corrente de que Alckmin faz parte – as pessoas percebiam a diferença.

Para mim, esses fatores contribuíram significativamente para que o povo, mesmo com as dificuldades, crises políticas sucessivas e a torrente de ataques sofridos pelo governo, identificasse uma perspectiva de melhora na sua vida. Por isso foi cunhado o slogan da campanha de Lula referente a “não trocar o certo pelo duvidoso”, respondendo a um anseio que permeava a maioria dos brasileiros.

Lula também conseguiu concretizar, sobretudo no segundo turno das eleições, amplo apoio político. Diferentemente do candidato do PSDB-PFL que teve grandes dificuldades na articulação política. No segundo turno, Lula transmitiu maior confiança aos eleitores em propósitos de mudança do país: em garantir um desenvolvimento mais acentuado, em ampliar o investimento social, em continuar o processo de integração do continente Sul-Americano, denunciando os intentos privatistas e elitistas do candidato opositor. Com isso, boa parte dos eleitores que votaram em Heloísa Helena e Cristovam Buarque foi optando pela candidatura Lula à medida que tal demarcação diferenciava os campos e os projetos.

Há ainda o papel de Lula na vitória, com o fortalecimento do presidente como destacada liderança popular em nosso país. Ele teve papel central nessa campanha ao dirigir ao povo a mensagem de um novo mandato, com a confiança de que manteria os compromissos com as camadas populares. Ele conse-

guiu transmitir a confiança da esperança para a maioria da população.

Em 2002 você afirmou que a vitória de Lula descontinuará um novo ciclo político na história brasileira. O que representa a reeleição do presidente para a continuidade e a dinâmica deste ciclo político?

Renato Rabelo – A meu ver, a vitória de Lula em 2002 inaugurou um novo ciclo político porque novas forças sociais e novos atores políticos passaram a ter uma parcela maior de poder que antes não tinham. Evidentemente, isso revolveu boa parte do esquema político tradicional que dominava o poder e a política no Brasil. As forças conservadoras, tanto as tradicionais quanto as chamadas “modernas”, de certa forma, tiveram de “aceitar” a vitória de Lula em 2002. Essa é a expressão de um novo ciclo político, uma vez que tais forças conservadoras foram deslocadas do centro do poder.

Outra prova desse ciclo inédito é que, se nos momentos iniciais os setores conservadores tiveram de aceitar a vitória de Lula, logo a seguir durante o primeiro mandato, tudo fizeram para “expelir” o presidente e inviabilizar seu governo por meio de todo o processo que se viveu: crises políticas, exploração de elementos dessas crises e mesmo tentativas de impeachment etc.

Por isso, a luta para a consolidação do novo governo – embora relativa (uma vez que não há consolidação absoluta) – não foi, e não é, uma questão simples. Trata-se de uma luta política que adquiriu formas de radicalização vincando os campos em luta. Na verdade, esses últimos quatro anos significaram um pequeno passo para o processo de consolidação dessas novas forças que ocupam um inédito espaço político no país. Seria muito difícil vingar um novo projeto nacional de desenvolvimento, voltado para a soberania do país e maior democratização e progresso social – o resultado mais importante deste novo ciclo – nos primeiros quatro anos. Assim, esse governo cujo mandato se finda, consistiu-se apenas num primeiro passo para o êxito de uma transição para uma realidade mais avançada política e socialmente.

A construção de um novo projeto nacional requer bem mais tempo que esse primeiro quadriênio,

pois é necessário não só a formação de uma convicção política para a concretização do novo projeto, como também aglutinação e reunião de forças políticas e sociais para que se possam consumir tais objetivos. Para a consolidação da base de apoio do governo Lula e, sobretudo, para poder avançar para a transição ao novo projeto, a conquista de um segundo mandato de Lula foi decisiva.

A reeleição de Lula passou por um segundo turno radicalizado em que houve intenso debate programático. Que diferenças você destacaria entre as vitórias de 2002 e 2006?

Renato Rabelo – Em 2002, diante da profunda crise que vivia o país e da ameaça de poderosos setores econômico-financeiros, Lula foi forçado a assumir compromissos com tais setores. Foi a forma encontrada por ele para poder governar, de início. Por isso mesmo teve de manter contratos e acordos já estabelecidos anteriormente, sobretudo com o FMI, e teve de sinalizar nesse sentido com um documento – que acabou permanecendo como o documento programático mais importante desse período –, a *Carta aos brasileiros*. Como já afirmamos, esse processo resultou num governo de dualidades e hibridismos.

Em 2006, o programa apresentado pela direção da campanha de Lula demonstra que o primeiro mandato transcorrido criou as bases necessárias para o avanço da construção de um novo projeto nacional – com crescimento mais acelerado e geração de emprego, distribuição de renda, com a integração continental. Foram criadas, assim, condições para alcançar até mesmo um desenvolvimento mais acentuado. Claro, desde que sejam adotadas as iniciativas políticas e as medidas necessárias no terreno econômico.

Além disso, levando em conta principalmente o segundo turno da campanha, permitiu uma melhor demarcação de campo com o candidato das forças conservadoras. O discurso neoliberalizante tornou-se indefensável, forçando a candidatura tucana a atuar numa situação de plena defensiva política. No segundo turno, poderíamos até dizer que Alckmin ocupou o lugar de uma força acuada.

Portanto, diferentemente da campanha de 2002, neste pleito a sinalização dada pela campanha Lula teve viés à esquerda, contrário ao ideário neoliberal,

criando, assim, melhores condições para o êxito de uma alternativa democrática e de sentido popular.

O primeiro governo Lula iniciou-se sob condicionantes internas e externas desfavoráveis, que envolviam uma difícil situação econômica do país e uma correlação de forças adversa na composição do Congresso e no quadro dos governadores. Como você analisa as condições de atuação deste novo governo?

Renato Rabelo – Agora, o novo governo a ser constituído para o segundo mandato de Lula, diferentemente do primeiro, já parte de uma nova realidade política e social. Ou seja, de uma nova herança construída pelo próprio governo Lula. Isso permitirá um curso de transição mais favorável neste esforço de construção de uma alternativa de desenvolvimento voltado para a soberania do país e ao avanço democrático e social.

Além disso, a correlação de forças políticas, resultante do processo eleitoral, apesar de não ter tido mudança substancial, tornou-se mais favorável ao governo Lula – tanto no âmbito da Câmara dos Deputados quanto dos governadores eleitos – se comparada à de 2002. É uma correlação política relativamente mais favorável.

É necessário situar também que a liderança de Lula se fortaleceu apesar das tentativas da direita de desacreditar e desmoralizar o governo e a própria pessoa do presidente da República. A liderança de Lula se consolidou no seio do povo dando a ele maior força política para conduzir o processo das mudanças necessárias ao país.

Tendo como parâmetro o programa com o qual Lula foi reeleito, em sua ótica qual deve ser a agenda prioritária do governo?

Renato Rabelo – O programa atual apresentado pelo segundo mandato de Lula tem mais nitidez de objetivos. Ele visa a um desenvolvimento mais acelerado e voltado para o aumento do emprego e da renda, à inclusão das camadas marginalizadas no processo do desenvolvimento – além do processo de integração solidária com os países vizinhos. Segundo o próprio presidente da República, este segundo

mandato tem o nome de “desenvolvimento, distribuição de renda e educação de qualidade”.

Ao nosso ver, as prioridades (com base neste programa) – talvez os maiores desafios do país – envolvem três questões:

1) Conduzir uma reforma política de cunho democrático que contribua para construir um sistema plural de representatividade política, amplie a liberdade política e fortaleça a participação das forças populares. Este é o grande desafio no terreno político.

2) No terreno econômico é necessário criar as condições para destravar os investimentos públicos e privados e direcionar tais investimentos maciçamente para a esfera da produção – uma vez que, hoje, boa parte desses investimentos fica retida na esfera financeira em função de maior lucratividade. É premente direcionar investimentos para a renovação e ampliação da infraestrutura do país.

3) No campo social é necessário continuar a linha de ampliação dos investimentos sociais, sobretudo os investimentos sociais estruturais, dando atenção primordial, nesta atual fase, à criação de uma educação básica universal de qualidade. O próprio presidente Lula ressalta o compromisso de assegurar ao povo o seu direito a uma educação pública de qualidade.

Como você analisa o resultado eleitoral do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)?

Renato Rabelo – O PCdoB vinha participando de forma limitada e parcial dos pleitos. E praticamente se concentrava em disputar cadeiras à Câmara dos Deputados, às Assembleias Estaduais e às Câmaras Municipais. Assim mesmo, com poucas lideranças comunistas participando na condição de candidatos.

A partir da eleição municipal de 2004 o PCdoB começa a fazer maior esforço para uma transição, visando a participar de forma plena do processo político-eleitoral – disputando prefeituras importantes em condições de êxito, nominatas de candidatos do próprio Partido, e não só se dedicando à participação exclusiva com candidaturas às Câmaras Municipais.

Na campanha deste ano ele deu um passo mais à frente. Além de concentrar grande esforço na eleição dos deputados, tanto à Câmara Federal – principalmente – quanto às Assembleias Estaduais, até mesmo com nominatas próprias, o PCdoB passou a dis-

putar para valer o pleito ao Senado Federal. O Partido conseguiu êxitos nesse processo e elegeu uma bancada maior à Câmara Federal, em relação a 2002 (elegeu agora 13 deputados), e pela primeira vez, após 60 anos, elegeu um senador da República. Temos agora dois senadores. O PCdoB também conseguiu uma votação expressiva para o Senado, atingindo mais de 7% dos votos – ficando apenas atrás dos quatro grandes partidos em número de votos (PMDB, PT, PSDB e PFL).

Assim, apesar de não ter alcançado plenamente seus objetivos, o resultado de 2006 foi positivo para o PCdoB.

Qual a tática do PCdoB para enfrentar a cláusula de barreira?

Renato Rabelo – Em primeiro lugar é importante salientar que a cláusula de barreira é uma espécie de excrescência antidemocrática e faz parte da herança do período mais autoritário vivido pelo país. É um verdadeiro entulho autoritário!

A tentativa de alguns setores de passar para a opinião pública que a cláusula de barreira seria um avanço no sistema de representação, na verdade, procura esconder que ela é uma forma autoritária para restringir a participação política, sobretudo de forças populares. A cláusula visa a apagar o pluralismo partidário de realidade política brasileira. Pluralismo este que é formado por um conjunto de correntes que compõem o espectro político brasileiro real.

O PCdoB atuará, como sempre tem atuado, contra a cláusula de barreira em duas frentes: a parlamentar e a jurídica.

Na frente parlamentar, no âmbito da Câmara dos Deputados, tem procurado demonstrar que o Partido não pode perder o direito ao funcionamento no Congresso Nacional. O PCdoB tem o direito de funcionar tanto na Câmara e no Senado. Se ele não tiver sua bancada, liderança e prerrogativas, seus deputados não teriam, por sua vez, direito de participar do funcionamento pleno da Casa, tornando-se discriminados, sem direitos. Porém, eles foram eleitos da mesma forma que os demais: pelo povo. Eles representam a soberania popular, mas não teriam os mesmos direitos de outros deputados eleitos da mesma forma. Isso é uma aberração! A cláusula de barreira (e seus efeitos) é, assim, inconstitucional.

Por isso vamos argüir a Jurisprudência de 2003 na aplicação, à época, da cláusula de barreira – definida 1% à eleição de deputados federais em âmbito nacional e em cinco estados. E, ainda, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara ofereceu um parecer favorável para que dois partidos que não a haviam alcançado (PV e Prona) pudessem ter seu funcionamento normal na Câmara dos Deputados.

No âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) existe uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), já em curso (com uma série de outras Adins a ela pensadas), procurando argumentar e fundamentar que a lei partidária de 1995 (Lei 9096/1995) é inconstitucional, porque cria dois tipos de partidos e parlamentares: de “primeira e segunda categorias”. Além disso, a cláusula de barreira nesta forma é um critério equivocado e parcial de representatividade, pois somente mede a representação do partido na Câmara dos Deputados – e o nosso Congresso é bicameral, além de existir a eleição nacional à Presidência da República.

Além dessas ações na esfera do Parlamento e do Judiciário, dentro de nossas condições, estamos combatendo a cláusula no plano da luta de idéias procurando “quebrar” o forjado senso comum de que ela seria um avanço. Mas de fato ela representa um retrocesso no âmbito das liberdades democráticas. Os comunistas também estão levando esse debate aos fóruns do movimento social e estes repudiam a instituição da cláusula de barreira.

Por fim faremos um grande esforço para esses problemas serem resolvidos em conjunto, enfrentando essas questões inconstitucionais de restrição à liberdade política na reforma política – que deve ser iniciada no primeiro semestre de 1997. Nela, o PCdoB lutará para elaborar e aprovar uma reforma política efetivamente democrática e que estabeleça um sistema representativo realmente consentâneo com a nossa realidade de pluralismo partidário, construída e conquistada com a redemocratização do país.

*Adalberto Monteiro é jornalista e editor de Princípios.
Colaborou Édvar Luiz Bonotto.*

*O novo programa
do segundo
governo Lula –
uma vitória
significativa*

DILERMANDO TONI

O novo Programa de Governo é um documento de fôlego ao qual devem se apegar as forças políticas e sociais progressistas. Ele poderá possibilitar a transição para um novo Brasil, soberano, democrático e de bem-estar para seu povo

Areeleição de Lula, como presidente do Brasil para o período de 2007 a 2010, é uma expressiva vitória. Após um primeiro mandato em que se procurou “colocar a casa em ordem” estão sendo criadas condições para que o país ingresse em um novo ciclo de desenvolvimento, soberano, democrático e voltado para a elevação das condições de vida do povo brasileiro. Fator destacado de tais condições é o novo programa de governo para o período 2007-2010, aprovado pelos partidos que apoiaram Lula na campanha eleitoral, que deverá constituir a base de sustentação política de seu segundo mandato e com o qual o próprio Lula se comprometeu.

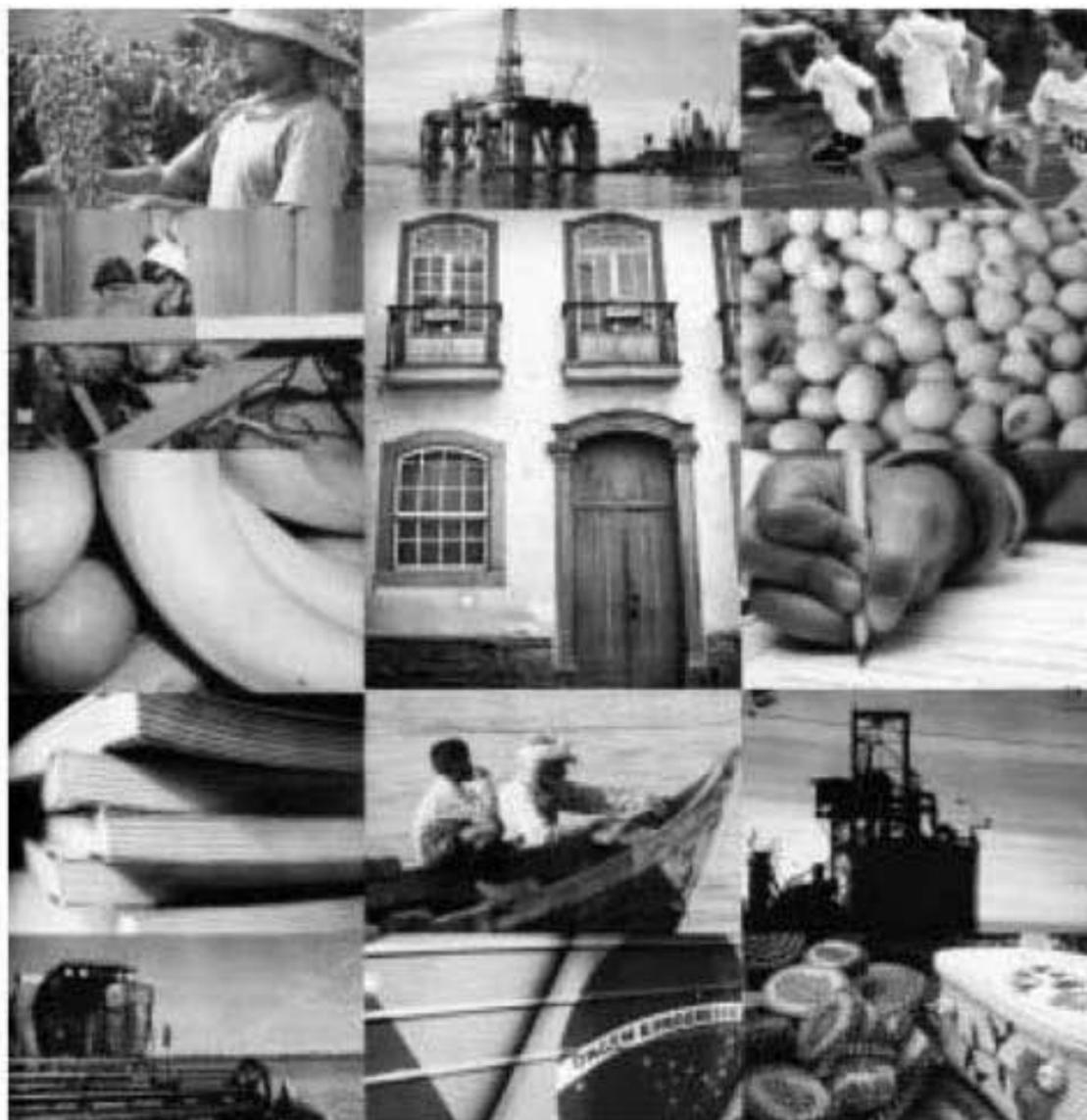
A importância de um programa orientador progressista não pode ser subestimada. Nem durante a campanha eleitoral e nem durante o exercício do mandato. Podem ser recordadas, por exemplo, as dificuldades de 2002 – muitas das quais hoje superadas. Naquela ocasião o país estava na iminência de uma crise financeira e cambial o que obrigou a que os principais candidatos do páreo presidencial se comprometessem com o FMI, organismo multilateral ao qual os tucanos recorreram sucessivamente no sentido de fechar as contas brasileiras com o restante do mundo.

É amplamente sabido como este mecanismo funciona: o socorro emergencial implica na aceitação de uma série de condicionalidades que são exatamente a política econômica que deve ser seguida pelo país que toma os empréstimos e cuja aplicação vai sendo monitorada por equipes técnicas do Fundo Monetário. Se o governo faz o “dever de casa” conforme a cartilha daquela instituição as parcelas dos empréstimos vão sendo liberadas aos poucos. Nestas circunstâncias é que o candidato Lula de 2002 e alguns de seus próximos assessores de então tiveram de elaborar o documento *Carta ao Povo Brasileiro* que, impregnado de orientações conservadoras, prendia as ações do governo em matéria de macroeconomia aos interesses do sistema financeiro. Isto deu margem para diversos representantes de forças políticas e sociais progressistas reclamarem – com razão – de uma nitidez maior de projeto ou do hibridismo que caracterizou as orientações econômicas do primeiro mandato.

Agora, gesta-se uma outra situação. Contrariando as avaliações precipitadas – falsamente de esquerda – de que seu governo estaria fadado ao fracasso, por estar irremediavelmente enredado na teia dos preceitos ortodoxo-liberais, Lula lançou seu novo programa de governo. Um programa avançado para o atual nível da batalha política que se dá nas terras brasileiras, comprometido com a construção de uma nação independente, democrática que busca permanentemente melhorar a vida de seus cidadãos.

O desdobramento da situação brasileira reservou surpresas para muito mais gente. A direita – partidos como PSDB e PFL e os monopólios midiáticos – tentou fazer com que a história se repetisse. Afinal, Vargas acabou por suicidar-se acossado e isolado por uma campanha oposicionista de igual teor moralista e golpista no início dos anos 1950. Juscelino Kubitschek que adotou o desenvolvimentismo e construiu Brasília – e a mesma oposição insistiu em classificar como fruto da corrupção – não conseguiu fazer seu sucessor na virada da década de 1950 para a de 1960. Jango Goulart que queria transformações com um amplo e progressista programa de reformas foi prontamente derrubado por um golpe militar em 1964. Agora, ao contrário, Lula se reelegeu com ampla maioria, compôs ao longo da crise de 2005 e 2006 uma equipe ministerial mais comprometida com o desenvolvimento nacional e adotou um programa mais avançado que o do primeiro governo. Entre os fatores que colaboram para este desfecho ir se consolidando pode-se destacar a mudança de postura política das Forças Armadas brasileiras e a vontade popular que não se deixou manipular pelos famosos formadores de opinião midiáticos.

A Comissão que elaborou a proposta de Programa de Governo 2007-2010, composta por representantes do Partido dos Trabalhadores e do Partido Comunista do Brasil, se referenciou em dois documentos que haviam sido recentemente aprovados por estes dois partidos; a saber, *Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo* emanadas do 13º Encontro Nacional do PT e *Reeleger Lula, renovar os compromissos com as mudanças e eleger os candidatos do Partido Comunista do Brasil*, aprovado pela Convenção Nacional Eleitoral dos comunistas. Além destes também o PRB do vice-presidente José Alencar protagonizou sua elaboração.



Desafio: desenvolver o país e distribuir renda.

Visando a aprofundar o caminho progressista para o Brasil o Programa de Governo faz uma clara demarcação com o neoliberalismo, parte de uma avaliação bastante positiva do primeiro mandato para concluir que se vive um momento propício a mudanças maiores e mais profundas. Estabelece os seis compromissos básicos do novo governo: 1) Combate à exclusão social, à pobreza e à desigualdade; 2) aprofundamento do novo modelo de desenvolvimento: crescimento com distribuição de renda e sustentabilidade ambiental; 3) Brasil para todos. Educação massiva e de qualidade. Cultura, comunicação, ciência e tecnologia com instrumentos de desenvolvimento e democracia; 4) ampliação da democracia; 5) garantia da segurança dos brasileiros e das brasileiras; e 6) inserção soberana no mundo. Estes compromissos significam a própria essência do programa e são desdobrados ao final em uma série de orientações setoriais, metas mais precisas e obras prioritárias de governo.

Na busca de uma perspectiva claramente desenvolvimentista partiu-se da constatação de que o primeiro governo Lula desvencilhou-se do FMI, criando

assim as condições para o país traçar sua política econômica sem ingerência externa; afastou o perigo da Alca que ameaçava qualquer perspectiva de desenvolvimento soberano; diversificou os parceiros comerciais; diminuiu a dívida externa; e conseguiu com base nos superávits comerciais acumular reservas internacionais de cerca de US\$ 80 bilhões. Tais fatos fazem com que o país esteja hoje menos vulnerável. Ademais, o governo preservou e avançou na reestruturação das empresas estatais produtivas e financeiras – BNDES e Petrobras são exemplos destacados – e na diversificação das matrizes energéticas, ambos pressupostos fundamentais ao desenvolvimento nacional.

O ambiente externo também contém elementos que podem ajudar a um programa desenvolvimentista. Os EUA, progressivamente, vão se isolando na cena internacional. Passam por um processo de desindustrialização, de grande endividamento e déficits gigantescos.

As guerras que perpetram são repudiadas por todo o mundo. Sua vontade de manter o *status quo* de um mundo unipolar por eles hegemônico choca-se crescentemente com a tendência objetiva à multipolaridade. Dessa forma, a realidade mostra haver, mesmo contrariando interesses e em meio a profundos desequilíbrios, mais espaço para manobras comerciais e diplomáticas, assim como para a unificação das lutas dos países em desenvolvimento e de seus povos.

Fato inusitado é que alguns destes países passem a ter posição credora em relação aos países desenvolvidos. Outros concentram em suas mãos parte significativa das reservas mundiais de energia, fator absolutamente indispensável a qualquer projeto de desenvolvimento sustentável. Assim, vários países em desenvolvimento, de diversas partes do mundo, buscam emparceirar-se – comercial e diplomaticamente – para continuar a se desenvolver de forma alternativa, fugindo ao hegemonismo das grandes potências. E estas experiências internacionais não enquadradas no receituário neoliberal têm

se avolumado e alcançado sucesso, oferecendo ensinamentos valiosos.

As condições políticas brasileiras também são outras. Em primeiro lugar criou-se em nível nacional um clamor pelo desenvolvimento. Pode-se dizer que as forças progressistas, desenvolvimentistas, ganharam o debate ideológico até aqui. No segundo turno da disputa de Lula com Geraldo Alckmin (PSDB/PFL/PPS), o debate programático ganhou mais espaço e tornou mais nítidas as diferenças e compromissos dos candidatos. Os tucanos foram encurralados e obrigados, contra sua própria vontade, a recuar temporariamente de seu ideário tradicional. Procuraram, por irônico que possa parecer, pousar como antiprivatistas. Em segundo lugar, as convicções desenvolvimentistas dentro da equipe governamental se fortaleceram diversificadamente. A substituição de Palocci por Mantega é só um exemplo. Por fim, a correlação de forças em plano nacional também sofreu variações. Lula se elegeu com quase 21 milhões de votos de vantagem sobre seu adversário, encostando em 61% dos votos válidos. Parte importante do centro político configurado no PMDB apoiou Lula e pode participar do esforço de um segundo mandato governamental.

No Congresso Nacional não houve grandes modificações em relação às bancadas dos partidos considerados de esquerda e de direita. Mas os de centro tiveram boa performance, sobretudo o PMDB que poderá ser força decisiva na conformação de um governo de coalizão voltado para o desenvolvimento e para a distribuição de renda. Quanto aos governos dos Estados houve variações bastante positivas. O Nordeste vivencia significativa renovação política. O PT e o PSB ganharam em três Estados cada um, o PDT ganhou no Maranhão; por isso boa parte dos governadores desta região poderá apoiar Lula. No sul destaca-se a vitória de Requião no Paraná, assim como no sudeste a eleição de Sérgio Cabral no Rio de Janeiro. No norte, após 12 anos, desgarra-se do ninho tucano o Pará com a vitória de Ana Júlia Carepa. No cômputo geral dos Estados o apoio ao esforço desenvolvimentista do segundo mandato de Lula poderá se aproximar de vinte governadores.

Não que se deva pensar já ter sido vencida a luta pela aplicação do novo programa no segundo governo Lula. Seria ingenuidade imaginar que as forças

conservadoras de direita representadas por PSDB e PFL renunciariam a seus propósitos liberais e a seus métodos de ação política. A oposição tem força no Congresso Nacional, em grandes Estados da federação onde se destaca a vitória obtida pelo PSDB aos governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, tem influência no Judiciário, na mídia etc. Em síntese, tem considerável força política, econômica e ideológica. No entanto, o balanço do conjunto de fatores objetivos e subjetivos internos e externos permite que se tenha uma perspectiva mais otimista.

O novo Programa estabelece como meta a taxa média de investimento anual acima dos 25% do PIB a fim de garantir um crescimento muito maior que o atual. E mais: os investimentos “públicos e nacionais, bem como privados e estrangeiros” devem se voltar, sobretudo, para as obras de infra-estrutura e essas devem visar especialmente a transformar o Brasil numa potência energética de primeira grandeza. Em todo este processo – preconiza o Programa –, estará presente o Estado, sua iniciativa e sua capacidade indutora do desenvolvimento, em contraposição aos preceitos neoliberais.

Reconhece-se no documento programático a necessidade de enfrentar os entraves vigentes do atual padrão de financiamento, o elevado e caro endividamento público – cujo montante atingiu R\$ 1,061 trilhão em setembro – e a pesada carga tributária que ultrapassa os 37% do PIB sem aceitar, entretanto, que se façam quaisquer cortes relativos aos dispêndios sociais do governo. Dessa forma o Programa propõe a continuidade da diminuição das taxas reais de juros a fim de diminuir a dívida pública e ampliar o crédito às empresas produtivas e aos trabalhadores. A taxa a ser praticada, diz o documento, deve aproximar-se daquela dos países em desenvolvimento. Tais propostas superaram a situação anterior quando só se estipulavam metas de inflação e de superávit primário.

Na concorrida entrevista coletiva concedida pela Comissão de Programa de Governo à imprensa por ocasião do lançamento do Programa, estes foram os pontos que mais interessaram aos jornalistas. Alguns profissionais da grande imprensa, com o pensamento preso aos esquemas ortodoxos, não conseguiam entender como o Programa pôde estabelecer a meta de investimento de 25% anuais do PIB. Perguntavam

eles: de onde sairia o dinheiro e como esta conta fecharia? Segundo o pensamento conservador isto só poderia ser alcançado de duas maneiras, ou elevando ainda mais o superávit primário ou fazendo cortes nas despesas correntes do governo. Entretanto, foi feita a opção por um outro modelo, com compromissos desenvolvimentistas mais nítidos, com uma opção social mais definida.

O novo Programa está sendo compartilhado por vários partidos como PSB e setores importantes do PMDB que não integraram formalmente a coligação Lula de novo com a Força do Povo. Da mesma forma houve sintomaticamente uma boa aceitação das propostas programáticas por destacados setores da intelectualidade que até então se colocavam em posição crítica em relação à política econômica adotada pelo governo Lula. Desta forma há indícios de que o novo Programa poderá servir de instrumento de unidade progressista, democrática e popular em torno do qual poderá ser construída a governabilidade e impulsionadas as mudanças.

O sentido geral do desenvolvimento proposto pelo Programa é que este se volte ainda mais para o bem-estar dos brasileiros e das brasileiras, combatendo a exclusão social, a pobreza e a desigualdade para minorar graves problemas estruturais de concentração de renda e riqueza, de profundas desigualdades regionais que afetam o Brasil. Procura dar aí um destaque todo especial à questão da educação, da cultura, da informação e da ciência e tecnologia como elementos sem os quais não se pode construir uma nação desenvolvida. Uma visão mais ampla dos elementos subjetivos que constituem a integralidade de um projeto nacional de desenvolvimento que procurará ao mesmo tempo preservar os avanços conquistados nesta área, como a continuidade do Prouni e a implantação do Fundeb. Além disto o Programa propõe manutenção e ampliação de políticas sociais exitosas, tais como elevação do salário-mínimo acima dos índices de inflação – fator fundamental de valorização do trabalho –, a geração crescente de empregos formais, a ampliação do Programa Bolsa Família, a consolidação do SUS, do Programa Nacional de Reforma Agrária, do processo de Reforma Urbana, o compromisso com um Sistema Único de Segurança para o combate à violência e ao crime, entre vários outros.

Na questão da ampliação democrática terá prio-

ridade, compromete-se o Programa, “uma Reforma Política a ser definida por meio de amplo diálogo entre o Congresso Nacional, os partidos e a sociedade brasileira. Ela deverá assegurar a pluralidade de partidos, a fidelidade partidária, o financiamento público de campanhas eleitorais e o voto proporcional, preferencialmente por lista pré-ordenada, além de incentivar a construção de maiorias necessárias à governabilidade”. No bojo da discussão da Reforma Política democrática que deverá ser levada à frente logo no início da próxima Legislatura estará em pauta sem dúvida o problema da cláusula de barreira, entulho autoritário herdado do neoliberalismo tucano. Aborda, ainda, vários outros itens deste tema entre os quais pode-se destacar, pela atualidade, a democratização dos meios de comunicação, “permitindo a todos o mais amplo acesso à informação, que deve ser entendida como um direito cidadão”.

Na questão relativa à política externa brasileira o Programa procura dar seqüência à política de afirmação crescente da soberania nacional até aqui adotada e conseqüentemente conduzida pelo Itamaraty. Preconizando a presença soberana do Brasil no mundo, a luta pelo multilateralismo, por uma ordem econômica, financeira e comercial que possa reduzir as assimetrias mundiais. A prioridade continua sendo o processo de integração sul-americana, o Mercosul e a Comunidade Sul-americana de Nações.

Decidiu-se manter a rota. De nada adiantou a cantilena dos tucanos e setores reacionários da diplomacia brasileira de que o Brasil estaria abandonando seus grandes e tradicionais parceiros e privilegiando uma política terceiro-mundista de isolamento. De outra parte, o Programa procurou adotar uma linha brasileira, sem procurar copiar práticas e modelos adotados por outros países, por atraentes que possam parecer.

O novo Programa de Governo é um documento de fôlego ao qual devem se apegar as forças políticas e sociais progressistas posto que ele poderá possibilitar a transição para um novo Brasil, soberano, democrático e de bem-estar para seu povo.

Dilermando Toni, é membro do Comitê Central do PCdoB, representou junto com Renato Rabelo o Partido na Comissão de Programa de Governo Lula Presidente 2007-2010.

Entrevista com Luis Fernandes

Condicionantes externas do segundo governo Lula

POR EDUAR LUIZ BONOTTO

Luis Fernandes é Doutor em Ciência Política e professor de Relações Internacionais na PUC-Rio e na UFF. Desde o início de 2004, ocupa o cargo de Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia. Conhecido do público de *Princípios*, nesta entrevista ele aborda questões do contexto internacional em que Lula se prepara para inaugurar seu segundo mandato e da evolução da situação internacional desde 2003. Enfoca também o papel da C&T no desenvolvimento nacional e na diminuição da vulnerabilidade externa

Fazendo uma comparação do contexto internacional entre o início do primeiro mandato de Lula e este segundo, quais as principais mudanças e possíveis conseqüências para o novo governo que assume em janeiro?

Luis Fernandes – Há um conjunto de diferenças, evidentemente. Eu chamaria a atenção para dois desenvolvimentos principais: o acentuado isolamento internacional e desgaste doméstico da agressiva agenda externa do governo Bush; e a inédita eleição de uma safra de governos progressistas encabeçados por distintas forças de esquerda na América Latina.

O contexto internacional do início do primeiro governo Lula, em 2003, estava dominado pela ofensiva política interna e externa dos Estados Unidos para atacar e ocupar o Iraque, a despeito de forte oposição e repúdio no restante do mundo. O presidente Lula prontamente se alinhou com as forças de oposição à guerra do Iraque. Nos Estados Unidos, no entanto, a adoção de uma agenda externa mais agressiva, belicista e unilateral como resposta aos atentados de 11 de setembro de 2001 serviu para recompor a abalada legitimidade interna da administração Bush. Esta fora fortemente questionada no seu início, em função de não ter alcançado a maioria dos votos populares nas eleições de 2000, e de só ter confirmada a sua eleição para presidente em processo duvidoso na Suprema Corte, em meio a graves acusações de fraude e manipulação eleitoral no Estado da Flórida, governado por seu irmão. Após o trauma dos atentados em Nova Iorque, a sociedade norte-americana se alinhou, pelo menos temporariamente, com a guinada política empreendida pela administração Bush, condensada na fórmula da “guerra global contra o terrorismo”. Este alinhamento se expressou no apoio majoritário inicial da opinião pública dos Estados Unidos às guerras no Afeganistão e no Iraque, e se desdobrou na própria reeleição de Bush em 2004, desta vez com maioria do voto popular.

O contexto em que Lula inicia seu segundo mandato já é bem diferente. O quadro, hoje, é de acentuado isolamento, desgaste e defensiva do governo Bush. O grande marco disso é o fracasso da guerra e a ocupação do Iraque. Apesar da esmagadora superioridade bélica das forças ocupantes, a situação no país está inteiramente fora do controle e



Luis Fernandes.

sem solução à vista. Após três anos e meio de guerra, as baixas nas forças de ocupação não param de escalar, e o número de soldados americanos mortos já se aproxima de 3 mil (sem falar no massacre de 50 mil civis iraquianos). Fica cada vez mais claro que os Estados Unidos se meteram em um atoleiro militar e político semelhante ao da sua derrota histórica na Guerra do Vietnã. Antes considerado um tema “tabu”, essa comparação já começa a ser feita até mesmo em discursos oficiais do presidente Bush.

Na sociedade americana, o desgaste da política externa agressiva que havia recomposto a base de apoio do governo, agora abre nova crise de legitimidade interna. A administração Bush encontra-se isolada internacionalmente e na defensiva política dentro do seu próprio país. É um governo questionado pelo custo humano, político e financeiro da guerra do Iraque e que se defronta com uma crescente oposição à guerra na opinião pública doméstica. Esta oposição se torna ainda mais veemente pelo repúdio ao uso de uma mentira – a da posse de armas de destruição em massa pelo regime de Saddam Hussein – para justificar a sua deflagração. Esta guinada na opinião pública americana se materializou politicamente no avanço da oposição democrata nas recentes eleições para o Congresso, o que aponta um cenário desfavorável para o Partido Republicano nas eleições presidenciais de 2008.

Portanto, há um quadro externo em que a agen-

da agressiva da principal potência mundial está claramente na defensiva, tanto interna quanto externa. Isso amplia o campo de manobra e o leque de alternativas de ação do segundo governo Lula. Vale destacar, aqui, a questão da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O primeiro governo Lula se deparou, logo de início, com uma disputa muito árdua em torno da Alca. Havia uma ofensiva muito forte do governo norte-americano para a sua criação, o que representava uma autêntica agenda neocolonial para América Latina. Vista criticamente pelo governo Lula, o Brasil optou por fazer um contramovimento que esvaziasse a ofensiva de Washington, remetendo os pontos que mais interessavam aos Estados Unidos na Alca para discussão no âmbito da OMC. Foi um movimento vitorioso. Hoje a Alca é um tema enterrado, pelo menos na sua versão original. Ao invés de uma ofensiva global sobre o continente, os Estados Unidos manobram para firmar acordos comerciais bilaterais e minar o projeto de integração sul americana em torno do Mercosul. Essa evolução evidencia, na nossa região, como os Estados Unidos tiveram de refluir de uma agenda ofensiva para uma postura defensiva e reativa.

O segundo desenvolvimento mais marcante, e que está entrelaçado com o primeiro, é a guinada política ocorrida na América do Sul ao longo do primeiro mandato do governo Lula. Junto com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, a primeira eleição de Lula no Brasil marcou o início de um novo ciclo político na região, com a eleição de governos progressistas liderados por variadas forças de esquerda. Estes governos são representativos de novas forças sociais e políticas, eleitos com base em uma agenda de crítica às reformas liberalizantes implantadas na região nos anos 1990. O presidente Lula, ao ser eleito em 2002 e ao assumir em 2003, foi uma espécie de ponta-de-lança desse ciclo. Mas ele agora é reeleito no contexto de ascensão de vários governos na América do Sul com feição político-ideológica semelhante. Já mencionei a eleição do Chávez, que antecedeu a primeira eleição do Lula. Tivemos, ainda, a eleição do Kirchner na Argentina; do governo da Frente Ampla no Uruguai; a "mudança de guarda" no governo encabeçado pelo Partido Socialista no Chile (apesar das nuances e de certa proximidade com a política norte-americana para a região); a vitória de Evo Morales na

Bolívia; e de Alan Garcia no Peru (com a derrota do governo Toledo, que tinha uma feição marcadamente neoliberal na sua política econômica). É possível, ainda, um desfecho político semelhante nas eleições presidenciais do Equador; bem como na Nicarágua (na América Central). Conformam-se, assim, uma nova espinha dorsal política na América do Sul, muito mais distante da influência dos Estados Unidos sobre a região e muito mais propícia, apesar das diferenças e dos obstáculos existentes, a avançar no projeto de integração regional a partir do próprio Mercosul.

Com isso, abre-se uma nova perspectiva para o tema prioritário da agenda externa do governo Lula, já implementado no seu primeiro mandato, mas que reúne, agora, condições políticas muito propícias para o seu êxito e aprofundamento: o da integração regional sul-americana, como embrião de um pólo contra-hegemônico na América Latina.

Essa segunda evolução está entrelaçada com a primeira porque ela também expressa o isolamento político da agenda do governo dos EUA na região e um distanciamento dos nossos governos em relação à agenda liberalizante que predominou aqui nos anos 1990. Isto cria um ambiente muito mais favorável para se avançar na integração regional com base em uma agenda de integração física, produtiva e política. Em outras palavras, nos marcos de uma agenda de convergência de políticas de desenvolvimento e, portanto, crítica da agenda da privatização e da desregulamentação econômica. Trata-se de ambiente muito favorável para a evolução do governo Lula no seu segundo mandato.

Concomitantemente a esse movimento de integração sul-americana, há o movimento em busca de parcerias estratégicas com grandes países em desenvolvimento...

Luis Fernandes – Além dos fatores antes comentados, o cenário que se apresenta mais favorável para a ação do segundo governo Lula refere-se à consolidação de um conjunto de parcerias estratégicas. Isso também se entrelaça com o crescente isolamento internacional da agenda externa agressiva da administração Bush. Mas, ao longo dos últimos quatro anos, vimos o avanço da consolidação de lideranças regionais, em diferentes partes do mundo, com agen-

das, em geral, contra-hegemônicas em relação ao poder exercido pelos EUA no sistema internacional. O que se apresenta como perspectiva agora para o segundo governo Lula é a possibilidade efetiva de consolidação de parcerias estratégicas com esses pólos regionais.

Que pólos regionais se destacariam neste horizonte? Em primeiro lugar, os dos grandes países em desenvolvimento, três deles em particular. O primeiro é a consolidação da parceria estratégica com a China, já que ela se consolida cada vez mais como um grande pólo em desenvolvimento no mundo, com o qual o Brasil conseguiu desenvolver um amplo relacionamento econômico e político, com a consolidação de uma parceria estratégica. Apesar da crítica expressa na própria campanha eleitoral (vinda do campo do PSDB-PFL), caracteriza-se claramente como uma parceria estratégica do ponto de vista político-estratégico, mas baseada também em forte complementaridade econômica: o Brasil é parceiro da China em diversas áreas. Essa é uma parceria econômica que se consolida, conjugada com a parceria estratégica entre dois importantes polos regionais.

A segunda parceria muito importante é com a Índia, também um pólo regional asiático. A agenda da consolidação dessa parceria estratégica foi facilitada pela mudança de governo nesse país, com a derrota do governo fundamentalista baseado no BJP, e a eleição de um governo agora dirigido pelo Partido do Congresso, com um acordo de apoio da esquerda dirigida pelo Partido Comunista Marxista no Congresso Nacional. Isso configurou um quadro mais favorável para a consolidação da parceria estratégica da Índia, como liderança regional, com o Brasil. Ela vai se consolidando e seu horizonte se apresenta, no início de segundo governo Lula, mais favorável para a sua consolidação.

A terceira parceria estratégica com países em desenvolvimento é com a África do Sul, que se consolida como principal parceiro brasileiro na África, e também se insere no esforço de ampliação dos laços brasileiros com a África com um todo. A ofensiva empreendida no primeiro governo Lula para ampliar e diversificar as relações econômicas, comerciais e políticas do Brasil com a África tende a dar seus maiores frutos, precisamente, no seu segundo mandato.

Essas três grandes parcerias estratégicas com paí-

ses em desenvolvimento enfrentam condições mais favoráveis para sua consolidação no segundo mandato Lula. Vale dizer que essas parcerias estratégicas com Índia, África do Sul e China são perseguidas em linhas paralelas na nossa política externa. Trata-se de uma política própria de parceria estratégica com a China. No caso da Índia e da África do Sul ela se insere na iniciativa do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) como um segundo campo de articulação estratégica. O que mostra também a vantagem do Brasil, pois há tensões entre a Índia e a China que dificultam uma ação comum de parceria estratégica entre elas. Mas o perfil do Brasil, muito explorado no primeiro mandato Lula, de ser um ator mundial com relações diversificadas para além da sua liderança na integração da América do Sul, permite uma articulação de parcerias estratégicas mais amplas. O aprofundamento da nossa relação estratégica com a Índia não se torna contraditório com o aprofundamento da nossa relação estratégica com a China. Essa é uma das vantagens da agenda de diversificação das nossas relações externas desenvolvida nos últimos anos.

Como ficam as relações com a Europa neste contexto?

Luis Fernandes – No caso da Europa, na medida em que se intensificaram as diferenças e tensões entre os EUA e a países importantes da União Europeia (que se opuseram à parte importante da agenda externa do governo Bush) abre-se um campo favorável para a intensificação de relações do Brasil.

O problema em relação à Europa é que o projeto de integração da Europa vive certa crise de identidade. Qual o perfil exato de integração europeia? Houve um movimento para a sua ampliação, mas esse movimento de ampliação veio acompanhado da derrota do projeto de constituição europeia, que daria à União Europeia um formato embrionário de Estado multinacional. Isso gerou uma espécie de paralisia e crise de perspectivas no processo de integração. Não se sabe muito bem como isso vai evoluir, embora haja um potencial para o Brasil ampliar sua margem de manobra nas relações com a Europa, explorando as crescentes diferenças entre ela e os EUA. No que concerne às relações entre os Estados Unidos e a Europa, a evolução mais importante registrada ao longo do pri-



meiro mandato do presidente Lula foi a ruptura da "Aliança Atlântica" que havia coesionado o bloco ocidental durante a Guerra Fria, e cujos defensores pensavam que iria continuar a comandar em parceria os destinos do mundo após o colapso do bloco socialista.

Qual o papel do Brasil nos fóruns multilaterais?

Luis Fernandes – Nos fóruns multilaterais a agenda que se apresenta é de consolidação da presença brasileira como um dos países líderes do mundo em desenvolvimento na crítica ao comportamento dual e restritivo dos países centrais. Isso se expressa, sobretudo, na rodada de Doha de negociações da OMC. O papel do Brasil (junto com Índia, China e outros grandes países em desenvolvimento) tem sido decisivo na construção do G-20 e na crítica aos subsídios praticados pelos países centrais.

A tendência é o Brasil assumir cada vez mais um papel de liderança do mundo em desenvolvimento na crítica às posições e práticas restritivas, monopolistas e reprodutoras de assimetrias internacionais que têm marcado a posição negocial dos países centrais. A disputa nesse terreno tende a se intensificar. Temos, ainda, a negociação na Conferência da Convenção sobre Mudanças Climáticas, em novembro de 2006 no Quênia, onde também se retomará a discussão sobre os desdobramentos do Protocolo de Quioto. Mais uma vez o Brasil assume papel de liderança contra as pressões dos EUA, não-signatários desse protocolo, e também dos países europeus signatários dele, mas que procuram recuar em relação a compromissos estabelecidos.

O Brasil está em posição de liderança nessas ne-

gociações em defesa dos países em desenvolvimento contra a lógica de dualidade e assimetria que os países centrais procuram imprimir ao formato desses grandes acordos multilaterais. Essa é outra tendência que deve não só se manter, mas se intensificar no segundo mandato do presidente Lula. Mas essa liderança é fruto do papel positivo desempenhado no seu primeiro governo. Uma vez mais, o Brasil colhe os frutos da liderança que plantou, regada pela ousadia e altivez da política externa implementada no primeiro governo Lula.

Fale um pouco das condicionantes econômicas externas e suas possíveis implicações internas.

Luis Fernandes – Em linhas gerais, a meu ver, na medida em que se afastaram do receituário neoliberal dominante dos anos 1990, os grandes países em desenvolvimento conseguiram, no início do século XXI, sustentar índices de desenvolvimento econômico mais significativos. O grande exemplo disso, evidentemente, é a China, que sustenta os maiores índices de crescimento econômico do planeta há um quarto de século. Mas há também o desempenho da Índia, que preservou uma posição muito crítica em relação a pontos centrais da política neoliberal, por exemplo, no que se refere à abertura de conta de capital. O controle de fluxos de capital para a sua economia é um elemento central da sua agenda de desenvolvimento. Na América Latina o principal exemplo é a Argentina, que adotou uma política corajosa para lidar com sua crise de endividamento e, contra as expectativas pessimistas oferecidas por todas as vozes dominantes da comunidade financeira internacional e do próprio FMI (Fundo Monetário Internacional), conseguiu reequacionar em bases favoráveis o perfil da sua dívida, impondo condições mais favoráveis para o próprio desenvolvimento da economia argentina e mantendo, com isso, já por quatro anos, índices de crescimento econômico bastante elevados. O processo recente desses países citados se contrapõe ao caso dos EUA e da Europa, que mantêm uma tendência a índices medíocres de crescimento econômico, que configuram uma tendência estagnacionista do centro do sistema.

No primeiro governo Lula, o Brasil, conseguiu produzir índices de crescimento mais elevados do que

nos oito anos de governo FHC, mas ainda muito longe de representar a retomada de um ciclo sustentado de desenvolvimento nacional. Isto se deve à dualidade da política econômica do próprio governo Lula, com políticas desenvolvimentistas importantes implementadas no seu primeiro mandato – mas tolhidas no seu impacto pleno, por uma política macroeconômica muito conservadora, sobretudo, na dimensão monetária. Essa dualidade não permitiu que o Brasil pudesse sustentar índices de crescimento econômico comparáveis aos que foram sustentados por outros grandes países em desenvolvimento, que se distanciaram desse receituário neoliberal. É precisamente essa a perspectiva que se aponta para o segundo mandato Lula, em que talvez essa dualidade seja superada, ou pelo menos enfrentada, retirando os constrangimentos que operaram no primeiro mandato a uma política desenvolvimentista mais eficaz, de maior impacto. Contudo, também nesse terreno o cenário é muito mais favorável para 2007 do que foi em 2003. Basta ver alguns elementos básicos: o Brasil zerou sua dívida com o Fundo Monetário Internacional, não está mais subordinado às condicionalidades explícitas da condução da sua política econômica pelo FMI. O país está menos vulnerável hoje do que estava em 2003. Esse é um resultado positivo da política econômica do governo Lula. O Brasil tem reservas cambiais extremamente fortalecidas, sendo, pela primeira vez, superiores ao valor líquido da dívida externa do próprio governo federal. Ele reverteu o déficit crônico que mantinha anteriormente no seu balanço de pagamentos. E ampliou seu superávit comercial e sua participação no comércio mundial e manteve, no âmbito da redução dessa vulnerabilidade externa, a inflação sob controle. Portanto, há um contexto muito mais favorável para estruturar um ciclo sustentável de desenvolvimento econômico com índices de crescimento mais significativos no seu segundo mandato.

Mas, do ponto de vista das condicionantes externas, o mais importante é que houve significativa redução da vulnerabilidade externa do Brasil. Lula inicia seu segundo mandato com o país muito menos vulnerável a flutuações e turbulências nos mercados financeiros internacionais do que estava em 2003. O Brasil recompôs suas defesas, e essa é uma condição decisiva para que possamos nos aproximar do desempenho de outros grandes países em desenvolvi-

mento.

Há condições para o Brasil estruturar um ciclo de desenvolvimento mais acentuado? Qual o papel da C&T neste processo?

Luis Fernandes – A meu ver, um segundo ponto importante nesse esforço de estruturar um ciclo sustentável de desenvolvimento da economia nacional, com índices mais elevados de crescimento econômico e redução mais acentuada da miséria e da desigualdade na sociedade brasileira, envolve, justamente, a Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior, lançada pelo governo em 2004, e que se constitui, na verdade, em espinha dorsal de um novo projeto de desenvolvimento nacional.

Como mencionei antes, a eficácia dessa política foi em parte tolhida pelas restrições da política macroeconômica no primeiro mandato do governo Lula. Esperamos que, diante da efetiva redução da vulnerabilidade externa que marcou a evolução do primeiro governo Lula, neste segundo governo a plena potencialidade de desenvolvimento inserido nessa política possa se realizar. Essa política busca situar o esforço do desenvolvimento nacional do Brasil no contexto das condições criadas pelo advento da sociedade do conhecimento – entendida como a sociedade em que a ciência ocupa um papel cada vez mais central nos processos de geração de riqueza e agregação de valor.

Portanto, constituiu-se um novo *apartheid* no sistema internacional. Ou seja, no contexto da sociedade em que o conhecimento ocupa papel central na geração de riqueza e agregação de valor, a distribuição desigual da capacidade de geração de conhecimento no mundo se torna um dos principais pilares – talvez o principal – de produção e reprodução de assimetrias no mundo. Os países centrais se esforçam por preservar a todo custo a condição monopolista adquirida por suas empresas na fronteira de desenvolvimentos tecnológicos da chamada “era do conhecimento”. E procuram fazê-lo de duas maneiras: em primeiro lugar subsidiando pesadamente com recursos públicos as atividades de pesquisa e desenvolvimento das grandes empresas transnacionais sediadas nesses países. Em segundo lugar, impondo uma normatividade no sistema internacional por meio de regimes internacionais de proteção à condição mono-

polista do conhecimento gerado por essas empresas. Isso se traduz, sobretudo, nas ações restritivas à disseminação de conhecimento, ou de capacidade de geração de conhecimento, via, por um lado, o regime internacional de proteção da propriedade intelectual, que se torna, na verdade, um bloqueador da disseminação de capacidade de geração de conhecimento no mundo. Por outro, políticas explicitamente restritivas de transferência de tecnologia, ou de disseminação de capacidade de geração de tecnologia – considerada sensível em função da agenda dominante de “guerra global ao terrorismo”.

Portanto, dada a dualidade de grande parte do conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico de fronteira, tenta-se impor medidas abertamente restritivas da disseminação da capacidade de geração de conhecimento e desenvolvimento tecnológico no mundo. Exemplo disso é a evolução em curso no Tratado de Não-Proliferação. Os países centrais defendem a adoção de um Protocolo Adicional ao Tratado que estende a abrangência da não-proliferação para além das armas nucleares (finalidade constitutiva do Tratado) para abranger, também, o domínio da tecnologia nuclear (mesmo que para fins pacíficos). Trata-se de uma tentativa explícita de congelar o atual desnível de acesso à tecnologia nuclear no mundo. Não apenas as potências nucleares não cumprem os compromissos assumidos no âmbito do Tratado no que se refere ao desarmamento, como tentam, por outro lado, ampliar o regime de não-proliferação para bloqueios explícitos da transferência de tecnologia ou da disseminação de capacidades tecnológicas aplicadas à área nuclear.

A política industrial estruturada e lançada pelo governo, e que tende a ser o carro-chefe da agenda de desenvolvimento do segundo governo Lula, procura trazer para o centro a compreensão de que, na era do conhecimento, a promoção da inovação nacional é o carro-chefe do desenvolvimento. E a inovação nacional tem de estar associada ao desenvolvimento de tecnologia nacional, à promoção da Ciência e Tecnologia nacionais, como carro-chefe do esforço de desenvolvimento. Isso implica, evidentemente, procurar estruturar o desenvolvimento da economia brasileira, e re-situar a própria economia brasileira na economia mundial, sobre a agregação de valor no território nacional (ou, em sentido mais amplo e preciso,

no contexto da nova integração sul-americana).

Na política industrial, isso se desdobra na identificação de quatro setores prioritários (bens de capital, fármacos, software e micro-eletrônica) e três áreas portadoras de futuro (biotecnologia, nanotecnologia e biomassa). Na área de biomassa se insere o esforço para explorar plenamente o desenvolvimento tecnológico pioneiro do Brasil em energias renováveis, sobretudo, em agroenergia. Isso abarca a nossa liderança mundial na economia do etanol, no nosso caso usando álcool como fonte para a geração de energia baseada no etanol, bem como o programa do biodiesel. Iniciativas como essas permitiram ao Brasil ter uma das matrizes energéticas mais limpas – possivelmente a mais limpa – do mundo. Trata-se de grande contribuição do Brasil para o esforço mundial de combate ao aquecimento global.

Nesse terreno, portanto, o esforço de desenvolvimento nacional se apóia na promoção do avanço da ciência e do desenvolvimento tecnológico, associado a setores prioritários para o desenvolvimento nacional. Na área de C&T aponta-se um novo patamar para o desenvolvimento da ciência e tecnologia nacional, vinculado não só aos objetivos da política industrial como também a grandes objetivos nacionais, em que a soberania e a liderança do país está em jogo. Isto abarca áreas estratégicas, como o programa espacial e o programa nuclear, bem como ações que mobilizam a ciência e tecnologia como instrumento para reduzir a desigualdade e a exclusão social no âmbito do próprio esforço de desenvolvimento nacional. Isto contempla variadas ações de inclusão social, dentre as quais se destaca, evidentemente, a inclusão digital. Nos dias atuais, não há cidadania plena, no Brasil ou no mundo, sem domínio da tecnologia da informação. Atributos fundamentais da sociabilidade humana, não só da produção econômica, estão associados, hoje, ao domínio da tecnologia da informação.

São estas áreas que, resumidamente, estruturam um novo projeto de desenvolvimento nacional. Um dos importantes legados do primeiro mandato do governo Lula foi não só ter ampliado os investimentos públicos nesses eixos estratégicos, mas ter constituído um novo marco legal-regulatório para a área de Ciência e Tecnologia, dando bases para a estruturação de um sistema nacional de C&T capaz de cumprir a função de carro chefe do novo esforço de desenvol-

vimento nacional. Tivemos a aprovação da Lei de Inovação – talvez o marco mais importante dentro desse processo –, mas também a aprovação da Lei de Biossegurança, da Lei de Informática, da Lei de Incentivos Fiscais para atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas nacionais. E, por último, o Projeto de Regulamentação Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que se consolidou, no primeiro governo Lula, como o principal mecanismo de fomento da ciência e tecnologia nacional, focado no apoio aos eixos estratégicos a que me referi anteriormente.

O segundo mandato do governo Lula vai poder colher os frutos do novo marco legal regulatório. Pela primeira vez o governo vai poder apoiar diretamente, através de subvenção pública, atividades de Pesquisa e Desenvolvimento em empresas nacionais. Este é o mecanismo concreto, amplamente adotado pelos países centrais, através do qual o poder público nacional pode alavancar a inovação nas empresas, agregando valor em território nacional para, gradativa e progressivamente, fazer com que produtos de maior valor agregado também ocupem maior proporção da sua pauta de exportações. No caso do Brasil, trata-se de um esforço para, junto com a ampliação da participação brasileira no mercado mundial, ampliar também a participação na nossa pauta de exportações de produtos com maior valor agregado. Um esforço, enfim, para nos tornar menos dependentes dos humores variáveis dos mercados mundiais de *commodities*.

Tendo enfrentado no primeiro mandato o problema da vulnerabilidade externa; tendo estruturado um eixo estratégico para o desenvolvimento nacional; e tendo construído um novo marco legal regulatório para o fomento da inovação no país, o segundo governo Lula poderá se focar no pleno aproveitamento das condições favoráveis criadas. Isso aponta para uma gradativa, progressiva e importante redução da vulnerabilidade externa do Brasil, com base em uma política nada liberal, pelo contrário, é uma política estruturada sobre princípio da promoção do desenvolvimento pelo poder público. É este que estrutura a nova agenda de desenvolvimento para o país, assentada sobre a valorização do conhecimento e da ciência e tecnologia nacionais.

Isso nos permitirá, inclusive, reduzir um custo,

que é a conta da dependência tecnológica. Os gastos do Brasil com importação de tecnologia se situam na faixa entre US\$ 1.500 bilhão e US\$ 2 bilhões anuais. Nos marcos da nova Política Industrial, poderemos diminuir a dependência tecnológica do país, promovendo a tecnologia nacional como eixo estruturante do novo projeto de desenvolvimento nacional. Isso nos permitirá reduzir gastos com importação de tecnologia, o que representa, por um lado, um ganho econômico financeiro imediato. Mas o mais importante é o que nós estruturamos em termos de tecnologia: é a redução de dependência tecnológica propriamente dita, e o que isso representa em termos de autonomia nacional. Significa que vamos garantir a ampliação da economia do país, reduzindo a vulnerabilidade que o Brasil ainda enfrenta nesse terreno. Tome-mos por exemplo o episódio da venda de aviões de treinamento militar da Embraer para a Venezuela. Em função de a patente de um dos componentes utilizados nesse avião ser de uma empresa fornecedora americana, essa empresa sofreu pressão por parte do Departamento de Estado dos EUA para vetar a venda de aviões que usassem essa tecnologia para a Venezuela. Trata-se de uma ação sem qualquer amparo legal, porque não há qualquer regra ou tratado no comércio internacional que restrinja o direito de venda desse avião da Embraer para a Venezuela. No entanto, a dependência tecnológica na constituição desses aviões, em função do direito de monopólio exercido sobre essa tecnologia por uma empresa americana, se transformou em elemento bloqueador de uma ação soberana de uma empresa brasileira na venda de um avião para um país vizinho e amigo do Brasil.

Portanto, reduzir o componente da dependência tecnológica em setores estratégicos é também um fator de redução de vulnerabilidade do país e fortalecimento da sua economia diante das restrições monopolistas existentes no sistema internacional.

Edvar Luiz Bonotto é doutor em direito e membro da Comissão Editorial de Princípios.



A correlação de forças que sai das urnas

JOSÉ CARLOS RUY

Baixadas as bandeiras comemorativas da vitória, o povo
precisará manter altas as bandeiras da luta

O sonho da direita de “acabar com essa raça”, expresso pelo presidente nacional do PFL, o oligarca catariense Jorge Bornhausen, não se realizou na eleição deste ano. Não aconteceu aquilo que os analistas conservadores previam: o fim do PT e da esquerda, com a radical diminuição de sua expressão eleitoral. E a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirma mudanças que ocorrem na correlação de forças do cenário político brasileiro desde sua eleição, em 2002.

O Brasil começou a mudar, e o cenário político incorporou transformações sociais ocorridas desde as décadas de 1970 e 1980 que desenham a feição da política nacional nas eleições ocorridas após o final da ditadura militar, em 1985.

A população se tornou mais urbana; a escolaridade do povo aumentou; a experiência histórica da luta contra a ditadura militar, pela anistia e pela Constituinte; o Fora Collor; a luta pela reforma agrária e contra a ditadura patronal nas empresas das cidades; a resistência contra as privatizações de Collor e FHC; o desencanto com as promessas tucanas de “modernidade” – tudo isso fez crescer nos brasileiros o gosto pela democracia e pela participação popular nas decisões que dizem respeito aos destinos do país e seu povo.

A situação histórica já não é a mesma que a de meio século atrás. O país evoluiu no sentido da democracia, que se consolida. Hoje, a população é majoritariamente urbana, e dois terços (64%) moram em cidades com mais de 50 mil habitantes. Se considerarmos apenas as cidades com mais de 400 mil moradores, elas concentram 56,4 milhões de pessoas – isto é, um em cada três mora em municípios desse porte (dados de Márcio Pochmann, *O Estado de S. Paulo*, 5 de novembro de 2006).

São mudanças lentas, freadas pela ação dos setores mais retrógrados da elite, que resistem ao avanço da democracia, à participação popular nas lutas políticas, e repetem o mesmo procedimento anacrônico e golpista das décadas anteriores, como se viu no esforço da direita contra o governo Lula desde meados de 2005.

Por isso, tudo indica que o cientista político Jairo Nicolau, do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), tem razão ao afirmar 2006 co-

mo um ano que sinaliza o fim de um ciclo partidário (*Folha de S. Paulo*, 29/9/2006), embora não tenha acertado quanto à força dos partidos no cenário que vai se consolidando. Como ele lembra, a disputa presidencial deste ano foi a quinta desde o fim da ditadura, e a sexta eleição para o Congresso Nacional, superando “os números da outra experiência democrática vivida pelo país (1945-64), quando foram realizadas quatro eleições para presidente e cinco para o Congresso”. Além disso, o eleitorado brasileiro cresceu, sendo o terceiro maior do mundo, com mais de 125 milhões de eleitores, superado apenas pela Índia e pelos EUA.

Mas o prognóstico de Jairo Nicolau precisa ser corrigido depois desta eleição de 1º de outubro e do resultado para a Câmara dos Deputados, principalmente quanto à previsão de que PSDB e PFL sairiam fortalecidos, pois ocorreu o contrário. Mas acertou quanto ao papel do PMDB, que – escreveu – “deve ocupar fatias importantes de poder e se tornar um pólo de atração dos deputados dos pequenos partidos”.

Congresso Nacional

A maioria dos deputados federais da atual legislatura tentou a reeleição: 433 deputados (84% do total), diz o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar); 269 conseguiram (52% dos 513 deputados), indicando uma renovação de 48%, quase a metade. São 244 parlamentares novos, embora apenas 46 sejam realmente novos: os demais 198 já exerceram o mandato em outras legislaturas e agora voltam para a Câmara.

A Câmara dos Deputados que vai tomar posse em fevereiro terá um perfil sócio econômico diferente da atual, mostra o DIAP, com predominância de deputados com curso superior, idade entre 30 a 60 anos, profissionais liberais e não-assalariados.

Têm curso superior 413 dos eleitos (81% do total); entre os demais, 37 (7% do total) têm superior incompleto; 51 (10%) têm o ciclo médio, e 12 (2%) apenas o ensino fundamental.

Em termos de idade, os maiores de 31 anos são 493 deputados, uma maioria quase absoluta. Por faixas de idade, são: 20 deputados têm entre 21 e 30 anos; 229, entre 31 e 50 anos; 172, entre 51 e 60 anos; e 92, mais de 61 anos.

Mais da metade (265) é profissionais liberais, e a

profissão mais freqüente é a de advogados (87), seguidos por 54 médicos, 47 engenheiros, 20 economistas, 15 administradores, dez jornalistas, e 32 de outras profissões liberais.

O segundo maior grupo é o dos empresários: 121 no total, sendo 97 urbanos e 24 rurais. Em seguida vêm os assalariados urbanos, formados por 87 deputados, a maioria professores (32) e servidores públicos (22). O quarto contingente é o dos operários urbanos e rurais: 19 deputados (sete metalúrgicos, sete agricultores, um técnico químico, um técnico em telecomunicações, um gráfico, um ferroviário e um industriário). Há ainda o conjunto formado por outras ocupações (21 deputados) destacando-se entre eles oito religiosos (padres ou sacerdotes evangélicos) e cinco estudantes.

A nova Câmara dos Deputados promete um cenário favorável ao governo. Pelos cálculos iniciais, o presidente Lula poderá ter o apoio de 303 parlamentares, perto da maioria de três quintos necessária para aprovar emendas constitucionais, que é de 308 deputados. Outro indicador favorável aparece na lista dos cem parlamentares mais influentes da próxima legislatura, no Senado e na Câmara; é a famosa lista das "cabeças do Congresso" do DIAP. Nela, 37 parlamentares são governistas (24 do PT, quatro do PCdoB e nove do PSB), ou 52 se forem somados os 15 do PMDB. A oposição tem 30 (18 do PFL e 12 do PSDB); os demais partidos, cuja posição ainda precisa ser definida, dividem os demais nomes da lista: PPS, cinco; PTB tem três; PDT, três; PL, dois; PP, dois; PRTB, um; PSOL, um; e PV, um.

O cientista político Paulo Kramer, ouvido pelo DIAP, sugere a importância deste grupo formado pelos "cabeças" parlamentares pela influência que tem sobre os demais parlamentares. "As verdadeiras lideranças do Congresso, que geralmente não passam de 50 nomes, são fundamentais toda vez que surge um desafio institucional. Foi isso que ocorreu nos governos Getúlio Vargas, Jânio Quadros, João Goulart e Collor. Esse pessoal se junta e sai com uma solução", disse. Neste sentido, cabe frisar o significado de o governo Lula ter maioria entre a vanguarda do Congresso.

A análise do desempenho dos partidos desfaz as ilusões de que o PT se esboroaria, a esquerda teria um desempenho medíocre e a direita se fortaleceria. Para Antônio Augusto de Queiroz, do DIAP, do ponto de

vista partidário a distribuição de cadeiras repete a da eleição de 2002. A comparação entre o desempenho dos partidos naquela eleição e na deste ano indica perda de gás do núcleo da direita formado pela aliança PSDB/PFL. Em 2002, o PSDB elegeu 71 deputados federais; neste ano, caiu para 65; o PFL viveu queda mais drástica, de 84 para 65 eleitos. É certo que o PT também perdeu posições (passando dos 91 eleitos em 2002 para os 83 nesta eleição), mas fez a segunda maior bancada, atrás apenas do PMDB, que elegeu 89, e elegeu mais deputados do que os dois partidos neoliberais.

Por outro lado, o PV saltou de cinco para 13 deputados federais; o PSC, de um para nove; o PPS, de 15 para 22; o PSB, de 22 para 27; finalmente, o PDT pulou de 21 para 24 parlamentares, e o PCdoB, de 12 eleitos em 2002 para 13 este ano.

No cômputo geral, a análise do DIAP conclui que, em relação a 2002, esquerda e centro-esquerda (PT, PSB, PDT, PPS, PCdoB, PV e PSOL) cresceram tendo, no conjunto, 19 vagas a mais, passando de 166 para 185. A centro-direita (PFL, PL, PTB, PSC, PTC, PHS, PAN e PRB) caiu de 137 para 126, da mesma forma como a direita tradicional (PP, Prona, e PTdoB), que passou de 59 para 44 deputados.

É notável, neste quadro, o declínio do PFL. Em 1998, este remanescente da ditadura de 1964 elegeu 105 deputados federais. Em 2002, 84; este ano, caiu para 65. O retrato mais nítido dessa derrocada ocorreu na Bahia, onde o oligarca Antonio Carlos Magalhães, um dos principais dirigentes pefelistas, *reinava* com mão de ferro. Lá, em 1998, o PFL elegeu o governador, o senador naquele ano, 20 deputados federais e 23 deputados estaduais. Em 2002, embora já tinha sinais de declínio, elegeu o governador, os dois senadores, mas diminuiu as bancadas parlamentares, caindo para 19 deputados federais e 16 estaduais. Na eleição deste ano, o desastre apareceu em toda a linha: o PFL de ACM perdeu o governo estadual e o senador, e o número de deputados minguou, caindo para 12 federais e 14 estaduais.

Mesmo no Senado, onde a direita ainda mantém posições firmes, o governo tem boa situação. O PFL elegeu o maior número de senadores (seis), seguido por PSDB (cinco), PMDB (quatro), PTB (três), PT (dois), e PP, PPS, PRTB, PSB, PCdoB, PL e PDT, que elegeram um cada. Mas o quadro não é definitivo,

embora o PFL apareça com 18, a maior bancada (somando-se os eleitos aos senadores que estão na metade do mandato, eleitos em 2002); o PSDB, 16; o PMDB, 15; o PT, 11; o PDT, cinco; o PTB, quatro; o PSB e o PL, três cada; o PCdoB e o PRB, dois cada; PPS e PRTB, um senador cada.

Haverá mudanças. O PFL, por exemplo, já perdeu a senadora Roseana Sarney, do Maranhão, que apoiou a reeleição de Lula e ficou à margem no partido comandado por Bornhausen, ACM e Marco Maciel. Provavelmente, ela migrará para o PMDB, destino provável também de outros três senadores, dando ao partido a maioria na câmara alta. Com isso, o governo poderá ter, pelo menos, maioria simples no Senado, com 43 dos 81 senadores.

Representação das classes sociais

Mas há outros aspectos a serem considerados na avaliação da correlação de forças que se desenha para o futuro. Por exemplo, a bancada dos milionários ganhou mais 49 vagas na Câmara dos Deputados, segundo o DIAP, despertando esperanças conservadoras como as manifestadas pelo cientista político Leôncio Martins Rodrigues, ex-professor da USP e da Unicamp, segundo o qual a posição social, embora não seja a única variável, "é importante na determinação do jogo político".

Segundo o DIAP, quase um terço dos deputados (165, no total, 49 a mais do que na eleição anterior) declarou possuir patrimônios superiores a um milhão de reais. Além disso, os eleitos são mais ricos do que os de 2002, com patrimônios médios que passaram de 2,2 milhões em 2002 para 2,5 milhões de reais este ano. O campeão é o capixaba Camilo Cola (PMDB-ES), 83, dono da viação Itapemirim, com patrimônio de 259 milhões de reais. Ele é seguido por Odílio Balbinotti (PMDB-PR), com 123 milhões.

O PFL é o partido com o maior número de deputados federais milionários, confirmando sua condição de partido dos ricos: tem 38 felizardos em sua bancada. Depois vem o PMDB, com 37; logo abaixo o PSDB, com 21. Esses três partidos têm, sozinhos, 96 milionários – mais da metade do total. Por estado, São Paulo é o que mais tem milionários, 29. Minas Gerais vem em seguida, com 25. A bancada dos empresários também cresceu, de 104 para 121, quase 20%.

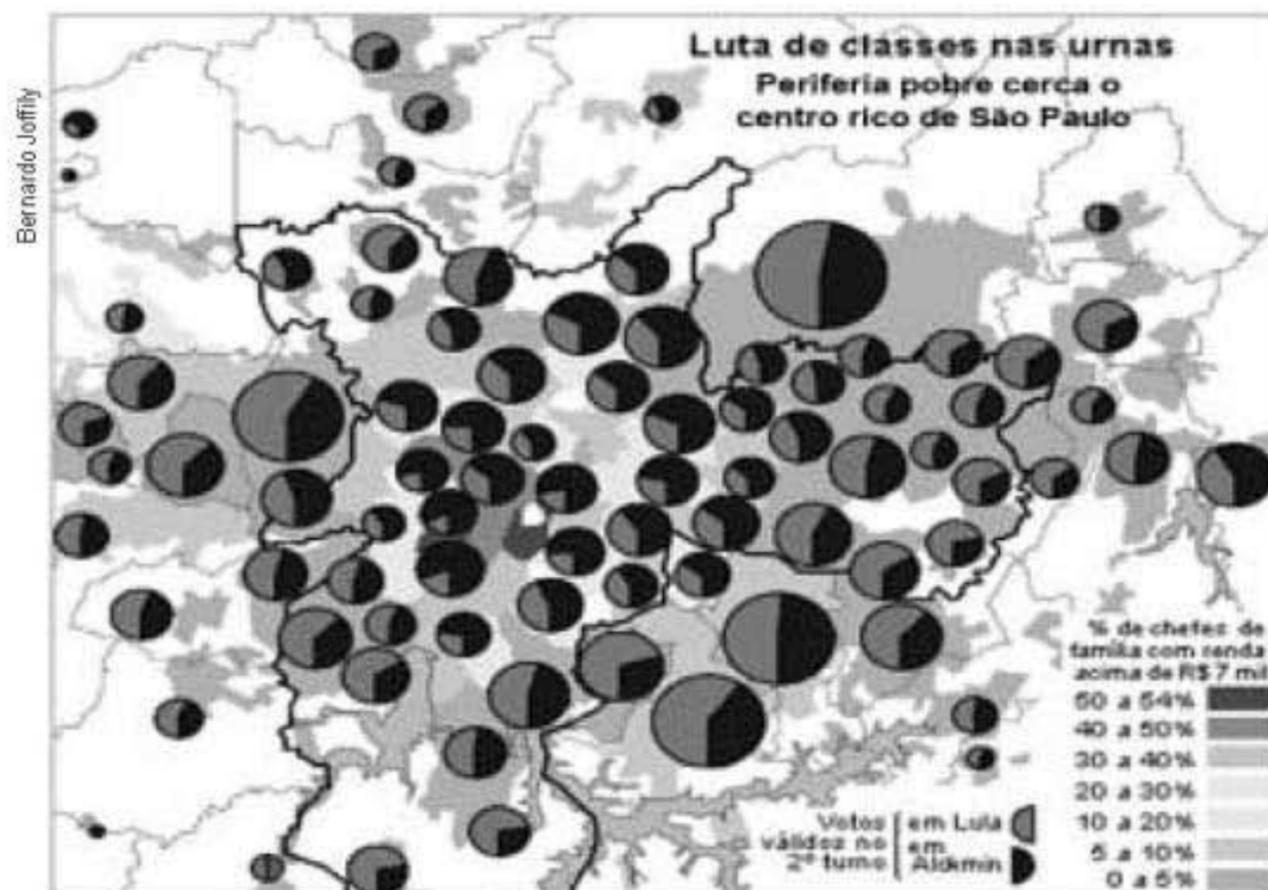
Outra bancada influente de proprietários é a dos ruralistas; eram 111 deputados em 2002 e, este ano, 95. Mesmo assim, conseguiu reeleger líderes importantes do setor, entre eles muitos grandes empresários rurais. Segundo o DIAP, ainda é cedo para avaliar se a bancada ganhou ou perdeu força, pois, mesmo tendo diminuído de tamanho, exibe nomes importantes como Ronaldo Caiado (PFL-GO), Abelardo Lupion (PFL-PR), e Kátia Abreu (PFL-TO). Elegeu também Homero Pereira (PPS-MT), presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), que liderou "tratorações" em 2005 e 2006.

A bancada dos assalariados, que tem crescido lentamente, este ano diminuiu, passando dos 97 eleitos, em 2002, para 86 deputados este ano. O número de deputados de origem sindicalista também diminuiu, de 74 para 60. É uma inflexão importante que reverte a tendência anterior. Em 1998 foram eleitos 44 parlamentares sindicalistas; em 2002, pulou para 74 deputados, 70% a mais (69 deputados e cinco senadores). Este ano caiu para 55 deputados e cinco senadores (quatro dos eleitos em 2002, mais o reforço significado pela eleição, este ano, do comunista Inácio Arruda). A grande maioria da bancada sindical é formada por petistas. Dos 60 deputados e senadores sindicalistas, 46 são filiados ao PT, seguido por PCdoB (sete), PDT (três), PPS, PMDB e PSOL (um cada).

O desempenho da direita

Geraldo Alckmin foi protagonista de uma façanha inédita na história das eleições: perdeu 2.425.239 de votos entre o primeiro e o segundo turnos. No dia primeiro de outubro, ele foi escolhido por 39,9 milhões de eleitores, recuando para 37,5 milhões no dia 29. Mesmo assim, face à derrocada do PFL, foi seu partido, o PSDB, que se gabaritou como a força dirigente da direita, principalmente porque ficou com o governo dos dois maiores colégios eleitorais do país, os estados de São Paulo e Minas Gerais. No conjunto, os tucanos elegeram governadores de seis estados (Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo). Estes estados representam 54,1 milhões de eleitores, ou 43% do total nacional, e mais da metade (51%) do PIB nacional.

PFL, que teve seu apogeu em 1998, quando elegeram seis governadores, caiu para quatro em 2002 e,



este ano, somente o pequeno e pouco influente Distrito Federal. Amargou fracassos históricos em Bahia, Pernambuco, Santa Catarina e Maranhão, embora neste último não teve propriamente pefelistas *pu-ro sangue*. Os demais partidos que elegeram governadores foram PMDB (sete Estados), PT (cinco), PSB (cinco), PDT (dois), PPS (elegeu dois, mas vai expulsar o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, por ter apoiado Lula), e o PP (um).

O presidente Lula sai, neste ponto, em situação mais confortável do que em 2002, com apoio principalmente dos estados do Norte e do Nordeste, onde o resultado da eleição indica o ocaso de oligarquias tradicionais, levando o cientista político Carlos Ranulfo Melo, da Universidade Federal de Minas Gerais, a dizer: o Nordeste “vai virar um enclave de esquerda”. Segundo ele, o avanço das esquerdas reflete o esgotamento dos projetos oligárquicos, ultrapassados e em decadência desde o final da ditadura militar de 1964. Era um roteiro previsível. Além do novo fôlego ganho pelas oposições antioligárquicas desde 2003, com o governo Lula, o impacto das políticas sociais do governo federal (sem a intermediação das forças locais para a distribuição dos benefícios à população pobre) eliminou uma tradicional fonte de recursos e de poder das oligarquias estaduais e sertanejas. O encolhimento das oligarquias ameaça o PFL nordestino que, fora dos governos estaduais, “está em apuros. Perdeu

sua base e vai entrar em crise”, diz Ranulfo.

A força do povo

Lula conquistou 11,6 milhões de votos a mais do que no primeiro turno e ampliou o número de estados em que venceu, passando de 16 para 20. A partir de 2007 o PT governará Acre, Bahia, Pará, Piauí e Sergipe – que concentram, juntos, 17,1 milhões de eleitores (13,5% do total nacional). É um salto em relação a 2002, quando o PT elegeu governadores no Acre, Mato Grosso do Sul e Piauí (3,2% dos eleitores do país).

É um cenário mais confortável para o presidente Lula, pois há quatro anos tinha apenas três governadores eleitos pelo PT. Em 2007, terá apoio explícito de pelo menos 16 (podendo chegar a 20, alcançando 7 dos mandatários estaduais), que dirigem estados onde estão 58,2 milhões de eleitores – ou 46,3% do país. Nos 16 estados com governadores lulistas foram eleitos 267 deputados – o equivalente a 52% da Câmara.

Além dos cinco estados governados pelo PT, Lula tem o apoio de cinco governadores do PMDB, três do PSB, um do PPS e um do PDT. O destaque ficou com o PSB, que manteve o Rio Grande do Norte e conquistou Ceará e Pernambuco (onde está o sétimo maior eleitorado estadual do país).

Pelo argumento usado por analistas conservadores para explicar a derrota de seu candidato, o PT e a esquerda venceram nos grotões, um eco grotesco de análises progressistas de vinte anos atrás, mas que indicavam – como Tancredo Neves então percebeu – os grotões atrasados como as últimas trincheiras eleitorais da ditadura.

Contra esse argumento falacioso, um dos maiores conhecedores da fronteira agrícola do país, o antropólogo Otávio Velho, do Museu Nacional, foi incisivo: a “grande votação de Lula não permite que a consideremos como oriunda dos grotões: é impossível que haja tanto grotão assim” (*Folha de S. Paulo*, 31.10.2006). Além disso, lembra com ironia, “não foram os grotões

que elegeram Maluf e Enéas; e não foi o suposto centro que derrotou Severino Cavalcanti e ACM”.

O comportamento do eleitorado paulistano é um exemplo desse movimento. Apesar de Lula ter perdido a eleição no estado, o crescimento da esquerda foi notável, e a coalizão A Força do Povo venceu em quase toda a periferia pobre da cidade de São Paulo, áreas onde o voto tradicionalmente era petista, mas, no primeiro turno, passou para Geraldo Alckmin. Na capital paulista, Alckmin cresceu apenas 3% em relação à sua votação no primeiro turno, enquanto Lula cresceu 30%. O candidato tucano teve 3,4 milhões de votos, contra os 2,9 milhões de Lula.

“A estratégia da capital foi crescer da periferia para o centro”, disse o vereador Paulo Fiorilo, presidente do PT na cidade. E os pontos fortes foram bairros já tradicionais na luta social, como Campo Limpo, Capela do Socorro, na zona sul e Itaquera, Guaianazes e Ermelino Matarazzo, na leste. Há um verdadeiro cerco popular a envolver o centro rico da cidade, visível no mapa elaborado por Bernardo Joffily, que mostra uma forte correlação entre renda e votação em um candidato ou outro. Lula venceu em quase todos os bairros e municípios mais pobres da Grande São Paulo, onde somente 10% ou menos dos chefes de família têm renda superior a 20 salários mínimos. Nos outros bairros e municípios mais ricos, onde chefes de família com renda dessa dimensão representam mais de 10% do total, venceu Geraldo Alckmin. Nos enclaves chiques da capital paulista, diz Joffily, a vitória tucana foi esmagadora: no Jardim Paulista ou em Indianópolis, por exemplo, Alckmin teve mais de quatro quintos (80%) dos votos. Mas perdeu na Região Metropolitana, embora por uma diferença pequena (0,4% dos votos).

“Os crentes na superação da luta de classes se enganam”, escreveu Joffily. E ela tem, no momento histórico que o país vive, uma expressão eleitoral como mostra o resultado na capital paulista. A coalizão que reelegeu Lula fortaleceu o “cinturão vermelho” na periferia da cidade, reconhece o próprio coordenador da campanha tucana na cidade, o vereador Geraldo Natalini, do PSDB. “Houve uma ampliação fundamental na periferia, que se deve a uma onda geral pró-Lula”, disse ele.

É uma situação semelhante à da eleição de 1982, a última realizada sob a ditadura militar, onde pela

primeira vez desde 1965 os governadores foram eleitos pelo voto direto. Naquele ano a oposição democrática formada por PMDB, PT, PDT e PTB teve 82% dos votos para a Câmara dos Deputados na periferia pobre de São Paulo, indicando um voto mais forte entre a população mais pobre. Candidatos como Aurélio Peres (do PCdoB, que concorreu pela legenda do PMDB), José Genoíno ou Irma Passoni (ambos do PT) tiveram votações que saltaram, em número, de uma média de 5 mil votos nos bairros de renda mais alta para 16 mil na periferia de São Paulo.

A eleição deste ano mostrou uma lógica de classe no voto – cada vez mais explícita no debate que opôs a busca do crescimento da economia, do emprego e da melhoria de renda, ao programa neoliberal privatista de Alckmin. Como num plebiscito, o eleitorado julgou – e condenou – as privatizações e o “choque de gestão” capitalista de PSDB/PFL, levando à reeleição de Lula, ao colapso das oligarquias e ao fortalecimento da ala mudancista no Congresso Nacional. Ela indica estar em curso, no país, uma mudança profunda na correlação de forças, favorecendo aqueles que querem o desenvolvimento e os demais que defendem a subordinação do país e de sua economia aos interesses do imperialismo.

O segundo mandato do presidente Lula começará, tudo indica, em situação melhor do que em 2002 quando, ante a grave situação do país depois de oito anos de mandato tucano, o governo precisou tirar a economia do atoleiro, colocar a casa em ordem, recuperar as finanças e criar as condições para a retomada do desenvolvimento. Além disso, em 2002 a eleição de Lula não foi acompanhada por um significativo número de parlamentares e de governadores comprometidos com o programa das mudanças.

Este ano é diferente. Lula e os partidos da frente A Força do Povo assumiram compromissos mais avançados do que em 2002, disposição alicerçada por mais de 58 milhões de votos (a terceira maior votação da história da humanidade!), de todas as regiões e classes sociais; o novo governo poderá ter a seu lado a maioria dos governadores eleitos, além de uma maioria favorável no Congresso Nacional; as oligarquias regionais – como ACM, Tasso Jereissati e Bornhausen – estão em dificuldades, e, pelo resultado da eleição, os tradicionais instrumentos de manipulação da direita, como a imprensa das grandes empresas,

falharam na tentativa golpista de “desconstruir” a imagem de Lula e da esquerda, renunciando as dificuldades que poderão ter daqui para a frente.

O período aberto pela reeleição de Lula consolida a virada de página na história iniciada na eleição de 2002. O povo brasileiro quer ir adiante, aprofundar as mudanças, consolidar a democracia, afirmar a soberania nacional e alcançar o desenvolvimento e o bem-estar. Conforme a história republicana, esta não é uma tarefa fácil; ela é marcada, desde o início, em 1889, pelo choque entre os que querem o desenvolvimento contra aqueles que defendem a subordinação do país aos interesses do imperialismo. Este conflito foi a mola propulsora das maiores crises vividas na história da República, quando a direita, as forças conservadoras e os aliados do imperialismo moveram todas suas energias para conter a maré popular, democrática, patriótica e desenvolvimentista.

A direita brasileira demonstrou disposição semelhante já no dia seguinte à vitória de Lula, multipli-

cando sua hostilidade raivosa em editoriais dos grandes jornais e revistas e em declarações de luminares conservadores do PFL e do PSDB. Eles perderam a presidência da República e as urnas indicam uma tendência à diminuição de sua força política. Mas a direita não está derrotada, e mantém os fortes instrumentos de poder representados pelo domínio do dinheiro e da grande imprensa, impressa e televisiva. Além de estar à frente do governo de estados importantes, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A direita não se afastará da luta pelo poder, e os próximos meses poderão se tornar cenário do acirramento de novas tentativas contra Lula e o governo das forças progressistas, avançadas e patrióticas. Esta poderá ser uma época em que, baixadas as bandeiras comemorativas da vitória, o povo precisará manter altas as bandeiras vermelhas da reivindicação.

—————
José Carlos Ruy é jornalista.

Referências

- Futura composição da Câmara dos Deputados*; 269 deputados reeleitos e 244 novos. DIAP, 5 de outubro de 2006, <http://www.diap.org.br/eleicoes/8923>
- Joffily, Bernardo. *Luta de classes nas urnas: o exemplo de São Paulo*. Portal Vermelho, 1º de novembro de 2006
- Levantamento parcial revela diminuição da bancada sindicalista*. DIAP, 3 de outubro de 2006, <http://www.diap.org.br/eleicoes/8916>
- Marreiro, Flávia e Carielo, Rafael. *Massa dos que ganham até R\$ 700 dá vantagem a Lula* (*Folha de S. Paulo*, 8 de outubro de 2006).
- Nicolau, Jairo. *2006 marca o fim de um ciclo partidário*. (*Folha de S. Paulo*, 29 de setembro de 2006).
- Para analista, deputados ricos são de direita*. Entrevista com Leôncio Martins Rodrigues (*Folha de S. Paulo*, 22 de outubro de 2006).
- Pereira, Raimundo; Caropreso, Álvaro; Ruy, José Carlos. *Eleições no Brasil pós-64*. São Paulo, Global Editora, 1984.
- Quadro comparativo; composição partidária Câmara dos Deputados (2002/2006)*. DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), 11 de outubro de 2006.
- Queiroz, Antônio Augusto de. *Dança das cadeiras e a correlação de forças na Câmara dos Deputados*. DIAP, 2006, <http://www.diap.org.br/8961>
- Queiroz, Antônio Augusto de. *Histórico de renovação da Câmara*. DIAP, 29 de setembro de 2006.
- Queiroz, Antônio Augusto de. *Perfil socioeconômico da futura Câmara*. DIAP, 19 de outubro de 2006, <http://www.diap.org.br/eleicoes/2006.asp?codigo1=8973#8973>
- Quem dará as cartas no Congresso* (Lista dos cem parlamentares mais influentes da nova legislatura). <http://www.diap.org.br/eleicoes/2006.asp?codigo1=8920#8920>; DIAP, 4 de outubro de 2006
- Reis, Thiago e Magalhães, João Carlos. *Um terço da nova Câmara é de milionários*. (*Folha de S. Paulo*, 22 de outubro de 2006).
- Sardinha, Edson. *O mapa do poder no novo Congresso*. DIAP, 4 de outubro de 2006, <http://www.diap.org.br/eleicoes/8921>
- Thenório, Iberê. *Bancada ruralista diminui, mas reelege seus líderes*. Agência Carta Maior, 16 de outubro de 2006.

A cláusula udenista

INÁCIO ARRUDA

A natureza restritiva da cláusula de barreira deve ser compreendida – e combatida – à luz da evolução dos partidos, da política e da democracia no Brasil.

Foi a ampliação dos horizontes da participação que assegurou a representação das classes e camadas populares, notadamente do Partido Comunista do Brasil – uma conquista histórica do povo brasileiro

Ao longo do tempo, os partidos políticos sofreram as seqüelas de intervenções autoritárias contra o funcionamento normal do regime representativo, em especial nos períodos de 1937 a 1945 e de 1964 a 1984, quando a regulação ditatorial limitou mais duramente a liberdade de organização. Na atual fase da nossa História, o país experimenta avanços demo-

cráticos de maior consistência e impõe derrotas seguidas às velhas oligarquias de roupa nova, que reagem ao seu modo.

Desde os anos '90, o receio diante da crescente participação das massas na política e a necessidade de modelar a democracia de forma a torná-la aceitável para esses setores decadentes, mas ainda poderosos, reiteram iniciativas de retrocesso que,

substituindo a vontade popular e a soberania do Parlamento, promovam o rebaixamento ou a simples exclusão de amplos setores sociais da vida política – inclusive da representação na Câmara dos Deputados.

E isso ocorre justamente quando a frágil democracia brasileira se encontra em uma fase histórica de especial amadurecimento.

Autoritarismo e instabilidade

Ao longo de quase 170 anos (em 1837, após a abdicação do imperador D. Pedro I, ocorrida em 1831, formaram-se as primeiras estruturas partidárias institucionais no Segundo Reinado, a dos Conservadores, *saquaremas* e a dos Liberais, *luzias*), cerca de duas centenas de partidos políticos foram criadas e feneceram no Brasil, menos pela falta de enraizamento histórico dos programas partidários nas classes e camadas sociais em formação do que pela instabilidade política. A cada interrupção do processo político correspondeu uma reorganização do quadro partidário, que acompanhava as transformações ocorridas no país.

O Brasil conheceu vários sistemas de partidos distintos. Para facilitar a visão panorâmica do processo histórico, podemos recorrer ao enquadramento produzido pelo cientista político Bolívar Lamounier, que não compartilha de nosso pensamento sobre a situação eleitoral e partidária brasileira, mas admite a marca das intervenções autoritárias:

1ª) liberais *versus* conservadores, de 1837 até a proclamação da República em 1889; 2ª) partidos únicos estaduais (ditos “republicanos”) na Primeira República, até a Revolução de 1930; 3ª) um pluripartidarismo embrionário (polarizado nos extremos pelos movimentos integralista e comunista) até o golpe que instaurou o Estado Novo, em novembro de 1937; 4ª) um pluripartidarismo melhor configurado de 1945 até sua extinção pelo Ato Institucional nº 2, em 1965; 5ª) um bipartidarismo tutelado (*Arena versus MDB*) no âmbito do regime militar, de 1965 a 1979; 6ª) retorno controlado ao pluripartidarismo através da reforma partidária de 1979, tendo como principais organizações o PDS e o PMDB, sucessores, respectivamente, da *Arena* e do *MDB*, até 1985; 7ª) ampliação do leque pluri-

partidário a partir da Emenda Constitucional nº 25, de maio de 1985, que permitiu inclusive a legalização de partidos de orientação marxista e suspendeu praticamente todas as restrições à formação de novos partidos (1).

A instalação da República, em 1889, significou o primeiro corte mais relevante, com o desaparecimento dos partidos de feição marcadamente monarquista. A Revolução de 1930, cerca de 40 anos depois, superou os antigos partidos republicanos. O Estado Novo, de 1937, simplesmente suprimiu os partidos políticos, e o regime militar de 1964 os reduziu a dois: Aliança Renovadora Nacional (*Arena*) – basicamente a quase totalidade da velha *UDN* e setores importantes do *PSD* – e o Movimento Democrático Brasileiro (*MDB*) – de início abrigou remanescentes do *PTB* e setores mais progressistas do *PSD* e, depois, mais amplamente, as oposições ao regime militar – que, solícito ao ideário norte-americano, em seu pico histórico, reitera a vocação das elites brasileiras pelas restrições às liberdades democráticas.

Entre as duas ditaduras, o ambiente da Constituinte de 1946 inaugurou uma próspera, embora breve, liberdade de organização partidária, permitindo que as diversas “partes” da sociedade se fizessem representar por agremiações formalmente reconhecidas pela ordem jurídico-política. No caso do proletariado, emergiu para a disputa eleitoral e política formal, já amadurecido por 24 anos de luta, seu Partido Comunista do Brasil, fundado em 25 de março de 1922, então expresso pela sigla *PCB*.

Esse momento durou pouco por uma razão fundamental. A experiência demonstrou que, em liberdade, a sociedade brasileira se rebelava diante do restritivo controle oligárquico-militarista, contrariando a tese dominante de que o Brasil deveria persistir, sem contestação, sob a hegemonia de um ou dois partidos representativos das classes proprietárias das terras, dos meios de produção e de financiamento, como ocorrera desde o Brasil Colonial – em articulação, após os anos '30, à matriz imperial norte-americana.

O Partido Comunista do Brasil foi posto na clandestinidade e os parlamentares eleitos pela legenda foram cassados. O trabalhismo nacionalista, expresso via *PTB*, de Getúlio Vargas, foi o fiel da balança nas

disputas entre o Partido Social-Democrático (PSD), onde se abrigavam os varguistas mais conservadores, e a União Democrática Nacional (UDN), aliada ao imperialismo – um confronto que culmina com o suicídio de Vargas em 1954 e, dez anos depois, com o golpe militar de 1964.

Glória e ocaso da ditadura

Após o golpe, foi assentado na primeira Lei Orgânica dos Partidos, de 1965, pela casuística Constituição de 1967 e emendas posteriores, que o funcionamento dos partidos dependeria do apoio em votos de 10% dos eleitores, depois 5% (medida integrada à proibição de coligações e ao voto distrital misto, entre outros aspectos), negando-se representação às legendas que não atingissem esse perfil.

No entanto, as duras restrições à formação de mais de dois partidos políticos tornavam superflua qualquer nova norma restritiva. De modo tal que essa prática de extremo cerceamento terminou por demonstrar quão absurdos são os limites determinados à amplitude da representação política nas condições de um país complexo como o Brasil.

As necessidades de expressão diferenciada das próprias forças conservadoras forçaram o recurso à sublegenda como alternativa para a incorporação, no partido oficial, das correntes de opinião divergentes e a acomodação dos conflitos no plano regional. A Arena chegou a ter pelo menos três tendências numeradas. O MDB, criado para legitimar o regime excludente, foi crescendo na preferência popular e ampliando sua bancada.

Aos dez anos de vigência do regime militar o estrangulamento da vida política brasileira fora abalado pela ampla resistência ao poder castrense, que temia o seu imprevisível soerguimento a partir da reorganização da sociedade e das diversas formas de luta empregadas, entre as quais a luta armada. Esta, articulada à extraordinária vitória eleitoral da oposição

em 1974, impulsionou a política da “abertura lenta e gradual” implementada sob pressão pelo general-presidente Ernesto Geisel.

A resposta à humilhante derrota de 1974 vem com o Pacote de Abril de 1977, que fechou o Congresso e criou os senadores biônicos. Marco Maciel, então presidente da Câmara dos Deputados, justificou a truculência como um “ato profilático”. Na verdade, prevaleceu o terror diante de uma derrota ainda maior na eleição seguinte, de 1978. Em suas memórias, o general Ernesto Geisel revela que seus principais

artífices foram o general Golbery do Couto e Silva, Petrônio Portela, Armando Falcão e Marco Maciel. A este último coube o papel de costurar nas décadas seguintes a linha de seqüência dos aspectos conhecidos como “entulho autoritário”, revogados com o fim da ditadura e parcialmente resgatados nos anos neoliberais de ‘90.

Mais dez anos e uma formidável campanha intitulada pelos brasileiros de “Diretas-Já” anunciou, em 1984, o crepúsculo do regime militar e o alvorecer de um regime de liberdades democráticas, do qual surge uma nova

fase da organização partidária no país. Os partidos políticos assumem sua fisionomia própria e nascem outros, na mais extensa e elevada fase democrática experimentada pelo Brasil em sua História – que supera os 22 anos. Até esse momento da redemocratização, o PCdoB somente conhecera dois anos de legalidade desde 1922.

Ofensiva com nova cláusula

Entretanto, não feneceu a velha pretensão da canhestra elite brasileira, que persistiu nas investidas contra as liberdades democráticas e contra o lugar histórico dos partidos políticos representativos das diversas classes e camadas sociais que compõem o rico amálgama da sociedade brasileira.

Dez anos após o final da ditadura militar, ressurgiu, no corpo da Lei nº 9096/95, de 19 de setembro de 1995, a iniciativa de liquidar com o “excesso” de par-

*A cláusula de barreira
ressurge do
“entulho autoritário”
da ditadura pelas
mãos do então
presidente da
República,
Fernando Henrique
Cardoso*

tidos que “atrapalha” o exercício do poder pelas velhas classes. Ressurge o “entulho autoritário” da ditadura pelas mãos do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que se comprometera naquele momento com o veto aos artigos mais polêmicos da lei, mas manobrou maliciosamente para que seu vice, o mesmo Marco Maciel, agora do PFL, a sancionasse plenamente.

Essa matreira articulação define de modo indistigável o time da direita no Brasil, sua concepção e estratégia. Nessa ascendência, os principais partidos conservadores assumem com naturalidade as tradicionais bandeiras da UDN, que depois foi Arena e em seguida PDS – uma restrita linhagem de forças sociais e políticas que passaram intocadas, em suas bases, pelos mais duros períodos de obscurantismo político no país.

Mesmo assim, as bancadas de PSDB e PFL contam nestas últimas eleições de 2006, com menos representantes eleitos que em 2002 (65 deputados federais cada), percebendo-se que essa queda exprime, mais que um retrocesso pontual, uma sólida tendência declinante.

Hoje em oposição ao primeiro presidente da República que não brotou do seu ventre, o pólo conservador luta ferozmente pelo seu isolamento e destruição, sustentado numa mídia controlada por apenas seis famílias aliadas. Nesse ambiente, o sucesso da cláusula de barreira significa em primeiro lugar o prático isolamento do partido do Presidente, o Partido dos Trabalhadores, num pequeno emaranhado de legendas com predomínio conservador – que se esmeram no afã de enredá-lo em suas práticas de baixo nível moral. O passo seguinte será naturalmente a eliminação ou cooptação de sua sustentação política, consumando o objetivo de inviabilizar a vigência atual de um governo popular no Brasil.

A determinação de aplicar a qualquer custo um dispositivo já derrotado, como se verá adiante, na Câmara dos Deputados, pertence ao mesmo ambiente que esclarece a contínua virulência (desde meados de 2005 o presidente é submetido a uma sangria cotidiana) de um setor dos grandes proprietários dos meios financeiros e de produção, herdeiro fiel da tradição medieval da elite brasileira.

Esse setor ainda atua como o dono de um banquete que decide quem é convidado ou penetra. Dá

conta das características e do grau de acirramento da luta de classes em curso, ao longo do processo histórico e nas condições vigentes no Brasil e da América, onde contingentes antes subalternos disputam vitoriosamente os governos, a exemplo da Venezuela e da Bolívia – embora o poder de Estado permaneça sob controle das classes economicamente hegemônicas.

O ódio dedicado aos trabalhadores nesse processo já foi externado em outros momentos à base do chicote, das caçadas, esquartejamentos, fuzilamentos e cabeças decepadas. Hoje, transcorridos mais de cinco séculos do nosso desenvolvimento social, quando se realizou, pela primeira vez, a eleição e reeleição de um presidente oriundo do nosso povo trabalhador, de extração operária, o acirramento desse ódio atinge o seu paroxismo espetacular, à base do extenso domínio dos meios de comunicação e da exposição midiática – enquanto método de destruição dos seus adversários. Das antigas práticas persistem, entre outras, a ostensiva agressividade e a humilhação como instrumentos públicos mórbidos de resolução da questão política.

Inspiração alemã

Nesse ambiente localiza-se a nova ofensiva no sentido de restringir os espaços de atuação dos partidos populares, que visa a conter seu crescimento ou, simplesmente, determinar sua extinção. Compatível com a tradição repressiva e autoritária da truculenta classe dominante brasileira, a origem da cláusula de barreira se encontra na Alemanha, onde a destruição dos partidos populares teve seu simbolismo mundialmente mais conhecido no episódio do incêndio do Parlamento Nacional, o *Reichstag*, provocado por Hitler para responsabilizar os comunistas, afastá-los da vida política e, em seguida, isolá-los e dizimá-los.

O dispositivo surge no pós-guerra – no auge da ocupação política e militar liderada pelos Estados Unidos, com sua vocação para exportar a “democracia” que hoje conhecemos bem melhor –, sob os singelos nomes “cláusula de desempenho” ou “de acesso”, com o objetivo “democrático” de conter o evento de partidos ideológicos.

Na Alemanha, desde 1949, esse dispositivo contribui para a concentração partidária: dos dez parti-

dos que contavam com representação parlamentar, em 1961, restavam apenas quatro deles. Lá, esses partidos nacionais estabelecem alianças regionais com partidos locais de acordo com a influência de cada um no seu território, dividindo-se o quadro partidário em duas categorias distintas de partidos (os locais e os nacionais; leia-se, de segunda e de primeira categoria).

O artigo 13 da Lei (9096/95) brasileira é um transplante mecânico do sistema vigente em outro país (onde, aliás, a norma análoga já tem efeito deletério sobre o funcionamento democrático do regime representativo) que ignora as diferenças institucionais em realidades distintas. Na Alemanha, para citar apenas dois exemplos das distinções relevantes, não há eleição para o Senado (ou Câmara Alta) e o regime é parlamentarista: governa o partido ou a coalizão que elege a maior bancada de deputados federais.

No Brasil, há Senado e Câmara dos Deputados eleitos diretamente pela população e o sistema de governo é presidencialista. Não há – nem pode haver – sequer convicção, numa eleição para os vários níveis e órgãos de representação política, sobre qual deles deveria prevalecer na apreciação dos cálculos de aplicação da “cláusula”. Se um determinado partido eleger senadores, governadores ou até mesmo o presidente da República, obtendo desempenho inferior a 5% dos votos para a Câmara dos Deputados, será enquadrado no dispositivo?

O artigo 13 dessa Lei Eleitoral fere o artigo 17 da Constituição que, segundo seu *caput*: “É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana”. Os partidos políticos têm direito a recursos do Fundo Partidário e acesso gratuito às emissoras de rádio e televisão, na forma da lei.

A Constituição de 1988 consagra, portanto, três direitos (liberdade partidária, pluripartidarismo e

proporcionalidade) que não poderiam ser objeto de modificação pelo legislador ordinário. E não admite a existência de cláusula de barreira, instrumento que constou da Constituição de 1967 e da Emenda Constitucional de 1969 – praticamente uma nova Carta Constitucional. Esteve no Código Eleitoral de 1950, que exigia pelo menos um representante no Congresso para o funcionamento de um partido político.

so para o funcionamento de um partido político.

Inconstitucional, portanto, a cláusula fere o princípio federativo (a Câmara Federal não pode servir de parâmetro para o funcionamento parlamentar nas câmaras e assembleias legislativas) e a autonomia dos Poderes, interferindo tanto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) – dispositivo de um poder soberano nas suas decisões de funcionamento interno – quanto nas casas legislativas estaduais e municipais.

Destaca-se, ainda, não caber ao TSE a prerrogativa de se pronunciar, por iniciativa própria, sobre o funcionamento da Câmara. Afirmando esse princípio, existe uma decisão da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) que se posiciona pela aplicação do RICD e não da Lei dos Partidos quanto à existência de normas conflitantes sobre o funcionamento interno da Casa (Parecer da CCJ à Consulta nº 9/2003, em acordo com o Relatório formulado pelo deputado Sérgio Miranda).

Tanto o deputado Sérgio Miranda como o deputado Rubens Otoni – este Relator na CCJ, do maior projeto de reforma política em tramitação na Câmara dos Deputados – recorreram a um parecer do jurista Célio Borja, que interpreta corretamente a supremacia do regimento sobre o dispositivo da Lei dos Partidos:

“Contudo, a norma restritiva do art. 13 da Lei 9.096, de 1995, dispõe diretamente sobre fatos, atos e resoluções que nascem e se esgotam no âmbito do Congresso Nacional. Com efeito, a reunião de representantes eleitos sob a mesma legenda em uma bancada tem como escopo o gozo de prerrogativas e a prática de atos que só são juridicamente relevantes na vida congressual e, por isso, são regulados pelo regimento das

A cláusula de barreira fere o princípio federativo e a autonomia dos Poderes. Ela é, assim, inconstitucional para muitos juristas

Casas ou do Congresso, jamais pela lei que pressupõe a sanção e o veto, bem como a iniciativa, do Chefe do Poder Executivo, o que constituir-se-ia em intervenção em assunto da economia interna do parlamento” (2).

Suprema singularidade

Nas eleições de 2006 o Partido Comunista do Brasil obteve 1,98 milhão de votos para a Câmara dos Deputados, significando 2,13% do total nacional. Entretanto, na disputa para o Senado obteve percentual mais de três vezes superior: 6,4 milhões de votos, ou 7,5% do total. Em 22 anos de legalidade – do fim do regime militar aos dias atuais – esse partido vem se consolidando positivamente no cenário político nacional, conquistando a simpatia da população, elegendo bancadas cada vez mais expressivas. Em 2007, 13 deputados federais e seu primeiro senador eleito pela legenda após a Constituinte de 1946 – totalizando dois senadores na próxima legislatura.

A significativa importância histórica do PCdoB em nosso cenário político o coloca em destacado lugar na construção de uma sociedade avançada em nosso país, no concerto partidário e no Parlamento brasileiro, denunciando por si o absurdo de um dispositivo que lhe cerceie o direito a uma existência política plena.

O peso dessa presença pode ser avaliado a partir da esplêndida fórmula encontrada pelo jurista Paulo Bonavides e pelo embaixador brasileiro em Portugal, Paes de Andrade, para enfatizar, em *Histó-*

ria Constitucional do Brasil, a importância, para o constitucionalismo brasileiro, da bancada comunista, composta por 14 deputados e pelo senador Luiz Carlos Prestes, em breve tempo de legalidade, antes de ser proscrita em 1947. Uma legalidade – ressaltam os autores – heroicamente conquistada:

“Não resta dúvida de que a singularidade por excelência da Constituinte de 1946, veio a ser a presença de uma bancada comunista na Assembléia suprema, fato que ocorria pela primeira vez em toda a nossa história constitucional (...) sendo a legalização do Partido Comunista do Brasil consequência direta e imediata do triunfo das armas aliadas na Segunda Grande Guerra Mundial e da participação que teve o País, com sua força expedicionária no teatro de operações de guerra, durante a campanha militar da Península Itálica, onde contribuiu também para a queda do fascismo e do nacional-socialismo” (3).

A supressão de seus direitos significa, portanto, além do garroteamento da liberdade na vida política do país, também a imposição de irreparáveis prejuízos à memória da edificação da nossa sociedade e um injustificável desprezo por um pedaço significativo da nossa História e da trajetória de uma classe especial no soerguimento da Pátria brasileira – o proletariado.

Inácio Arruda é líder da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados e senador eleito pelo estado do Ceará.

A supressão dos direitos do PCdoB significa, além do garroteamento da liberdade na vida política do país, também a imposição de irreparáveis prejuízos à memória da edificação da nossa sociedade

Notas

(1) LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos políticos e consolidação democrática: O caso brasileiro*, 1ª parte, n. 14, São Paulo, Idesp, 1986, p. 1 e 10.

(2) Cit. Relatório do deputado Sérgio Miranda ao Recurso nº 09/2003, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, sobre o desempenho do PV e do PRONA quanto aos resultados das eleições de 2002.

(3) *História Constitucional do Brasil*. Paulo Bonavides, Paes de Andrade, 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 380, 381.

Entrevista com Sérgio de Carvalho

Brecht – interesse social, político e experimentação formal



Bertolt Brecht.

POR ANA CRISTINA PETTA (TININHA)

O ano de 2006 marca meio século sem

Bertolt Brecht – influente personalidade do teatro e da arte revolucionária do século XX. *Princípios* conversou com Sérgio de Carvalho – diretor da Companhia do Latão e professor de dramaturgia e crítica teatral na Universidade de São Paulo – que expôs suas idéias sobre o legado de Brecht e sobre o fazer teatro hoje



Sérgio Carvalho.



*Peça O círculo de giz caucasiano:
No primeiro plano
Ney Piacentini
(esq.) e
Mafá Nogueira, em
ensaio.*

O que o levou a se aproximar do pensamento de Bertolt Brecht? Como surgiu a Companhia do Latão e a Pesquisa em Teatro Dialético desenvolvida pelo grupo?

Sérgio de Carvalho – A Companhia do Latão começou como qualquer outro jovem grupo de teatro interessado em pesquisa de linguagem. Aproximamo-nos do teatro de Brecht quando percebemos que não existe linguagem neutra e que as formas da arte traduzem visões de mundo. Quer dizer, percebemos que um grupo artístico interessado em assuntos sociais deve ser também grupo de trabalho interessado em formas críticas novas de representar a sociedade. Segundo uma das lições que o marxismo nos dá, os pensamentos dominantes de uma época são os pensamentos da classe dominante. Podemos estender o raciocínio e verificar que as formas dominantes de uma época são as formas da classe dominante. Nos padrões visuais, rítmicos, naquilo que os olhos e ou-

vidos percebem, nos jeitos de nos emocionarmos existem padrões associados historicamente a pontos de vista de classe. Então, a tarefa de um artista marxista passa a ser, também, desmontar a ideologia dominante tal qual ela aparece e se esconde nas formas. Às vezes é mais fácil perceber a ideologia dominante nos discursos – perceber que esse discurso é falso na sua promessa de universalidade – do que perceber isso no campo das formas sensíveis. Para isso, Brecht é uma ferramenta fundamental: sua crítica não incide só sobre os assuntos, mas sobre a própria representação. É um artista que une coisas difíceis de juntar: interesse social, político e experimentação formal.

Qual a principal novidade na forma épica criada por Brecht?

Sérgio de Carvalho – Em primeiro lugar, a forma épica tenta superar o individualismo e estimular um olhar histórico. Ela tenta mostrar que os indiví-

duos agem determinados por forças sociais amplas e, ao mesmo tempo, se autodeterminam no diálogo com essas forças. E que isso se construiu ao longo do tempo. Então, de um lado, a forma épica mostra a mentira do projeto burguês do sujeito livre, mostra a mentira da autonomia do indivíduo, desmascara a idéia de uma mobilidade social ao alcance de qualquer um. Ela mostra que é uma mentira de classe dizer que somos todos livres para agir e nos realizarmos. E faz isso mostrando diferenças históricas. E, de outro lado, o teatro épico faz a crítica da atitude contrária, que seria dizer “estamos dominados pelo sistema; somos bonecos da história, somos marionetes”, portanto imutáveis. Ela mostra que esses extremos – a mentira do sujeito livre e o ponto de vista de que o sujeito está completamente esmagado pela mercantilização – precisam ser submetidos à crítica. Evidentemente, no mundo atual, a mercantilização está em estágio avançadíssimo, e os estragos sociais disseminam a desumanização. Em outras palavras, o campo de determinação é muito maior do que o campo de ação livre. No entanto, o teatro épico não endossa o fatalismo. Ele não endossa a idéia de que o jogo do capital já está ganho porque seria rebaixar a perspectiva histórica. Ele não endossa a idéia de que não existe transformação possível. Ao contrário, ele é um teatro que trabalha para a transformação. Assim, o teatro épico não se dá no plano formal apenas, ele trabalha fora da arte na construção de uma atitude material que se dialetiza com a história presente e com o refluxo da luta. Para muitos jovens grupos de teatro, basta pôr narrativa em cena, quebrar com o drama para se fazer teatro épico. O teatro épico é mais do que isso, porque ele exige uma crítica dialética e política das formas. Ele exige um desmonte ideológico, uma perspectiva antiideológica, materialista. Para mim, o grande teatro épico, para o qual Brecht abriu caminho, é radicalmente materialista.

Parte da crítica jornalística possui uma atitude preconceituosa com o teatro de Brecht. Este incômodo se deve ao conteúdo político de suas peças?

Sérgio de Carvalho – O incômodo com o Brecht é completamente ligado ao conteúdo político. Só que a crítica jornalística não explicita isso. O que

ela faz? Ela o desqualifica esteticamente, ao dizer “a estética dialética, a estética brechtiana, é ultrapassada; a história mostrou que isso acaba sendo proselitismo; não faz mais sentido porque o engajamento é uma atitude superada”. Então, existe um esforço de desqualificação estética para não assumir que a diferença de fato é política – o que gera textos patéticos. Quase sempre as críticas ao teatro do Latão e às peças do Brecht são toscas do ponto de vista intelectual. Elas não se sustentam porque são baseadas num esforço de mistificação do crítico. Tanto que procuro responder a algumas delas, principalmente quando são muito violentas e quando reforçam o estereótipo de que toda atitude politizante em arte é chata, racionalista, sem vida, que mata a emoção, mata a subjetividade. Quando esses preconceitos são reforçados – e isso acontece desde os anos 1930, porque o Brecht já convivia com eles na Alemanha – procuro responder e mostrar que existe um falseamento da perspectiva histórica. Dizer que isso está superado pela história significa não entender de fato os movimentos contemporâneos da história.

Quais os caminhos para levar o espectador a ter a atitude crítica proposta por Brecht?

Sérgio de Carvalho – São muitos os caminhos. Num primeiro nível, esse caminho passa por trazer temas aos quais o espectador não está habituado a ver. Ele está acostumado a consumir um tipo de assunto: sempre as mesmas e velhas histórias familiares, histórias de dificuldades amorosas, desencontros, as crises de subjetividade etc. Os temas dominantes da representação têm um conteúdo de classe muito forte. Para mim, a simples presença de um tema novo, de um lugar e um tempo social com os quais o espectador não está habituado, já estimula um prazer diferente. Depois, a forma: o espectador tem prazer em encontrar jeitos diferentes de ouvir e ver histórias ou pedaços de história. Quando mostramos não ser preciso sempre criar a emoção convencional, o medo exagerado ou o desejo sexualizado para se despertar interesse pelo que está sendo visto, o espectador participa daquela construção formal. Ele deixa de ter uma relação passiva com a arte. Eu sinto que o trabalho formal tem de ser renovador a ponto de, inclusive, deixar espaço para o espectador

trabalhar. O espectador precisa se sentir produtivo dentro das obras, ser co-responsável pela narrativa. A boa história não vem pronta para ele. Ele precisa participar da sua construção, desconfiar daquela narrativa, atuar sobre os materiais, trabalhar seus sentidos. Portanto, é uma história que não pode vir moralizada, porque no fundo a questão importante acontece fora do teatro: no trabalho dele na rua, na sociedade. Na indústria cultural o espectador está acostumado a consumir imagens prontas. Ele tem explicação para a imagem, ela já vem com legenda moral. Ele já conhece sua resolução, já sabe o desejo que vai nela projetar. Além disso, um trabalho de arte interessante desautomatiza a relação com o sistema produtivo. Ele mostra que em algum nível a arte precisa se atirar para fora do sistema das mercadorias. Aquilo não foi produzido para ser trocado, mas para ser útil. É uma utilidade às vezes da ordem do inútil – a utilidade estética. Ela não é imediata, não está ligada à sobrevivência imediata, não está ligada à apropriação do objeto. Ela está ligada a campos amplos do imaginário, do intelecto. Para mim, portanto, é preciso descobrir um jeito de alienar o valor de troca em favor do valor de uso, o que pede mudança das relações de trabalho e uma inserção diferente no sistema produtivo, algo que vá contra a expectativa desse sistema produtivo. Quer dizer, se alguém vai ao teatro para ver uma peça essa peça de alguma maneira tem de ir contra a expectativa que a instituição teatral tem sobre ela, contrariar o ambiente burguês com o qual dialoga...

Deve apresentar contradição...

Sergio Carvalho – Alguma contradição em relação àquele ambiente em que ela está inserida. Tem de ter algum nível de perturbação em relação à instituição. Sinto que ela tem de revelar um desacerto: o da produção cultural na sociedade capitalista. Questão da qual não temos como fugir. Assim, o espectador pode chegar a vislumbrar atrás da mercadoria um produto. É atrás do produto um processo. Por trás dos véus de coisificação, ele pode perceber que existe gente ali que gastou parte da sua vida para fazer o melhor naquilo, que se está tentando fazer algo diferente naquele trabalho, nem que seja um testemunho desesperado sobre a desumanização. Tenho cer-

teza de que muito da qualidade do Latão tem a ver com uma atitude de trabalho que transparece para além do espetáculo. Não é só a qualidade formal: é uma atitude de processo coletivizado que fala junto com a história. Essa atitude talvez seja uma impressão da beleza e da dificuldade de se trabalhar numa perspectiva desalienante, para superar o trabalho alienado. O espectador presente que naquele momento fugidio do teatro tentou-se romper o ciclo da alienação do trabalho, a falta de liberdade do mundo capitalista.

A atitude que está além do discurso...

Sérgio de Carvalho – Acredito que sim... Não acredito em militância política pelo discurso. Acredito em militância política pelo exemplo prático, pelo modelo, pela atitude, pela construção de formas novas e pelas relações de trabalho igualitárias. Não se modifica ninguém puramente pelo discurso. É impressionante a habilidade do capitalismo em desorganizar a sua contestação. É até maior do que a capacidade dele em não se desorganizar – porque ele entra em crises sucessivas e no mesmo movimento desorganiza a contestação, controlando-a por novas ordens perversas. E esse controle não é só ideológico. A indústria cultural ganhou uma força enorme na nossa era, mas ela seria nada sem as relações de trabalho precarizadas que facilitam a ideologia do individualismo. Não é porque alguém diz para as pessoas salvarem a própria pele, atingirem suas metas como se fossem todos empresas ambulantes, se tornarem sujeitos livres pelo consumo cego, que elas vão de fato fazer isso. As pessoas fazem isso porque precisam sobreviver autonomamente no mundo do trabalho precarizado. Elas passam a ser patrão de si mesmas, se tornam pequenos funcionários do capital. E então a ideologia floresce. A ideologia do individualismo viceja onde ela encontra uma pessoa abandonada ao Deus dará. A pessoa está desgarrada de uma força coletiva. Portanto, para mim, o discurso político também tem de criar base política das relações de trabalho e dos exemplos e modelos ativadores, capazes de criar uma co-responsabilidade na mudança. Do contrário é pura ideologia.

Agora em 2006, ano dos 50 anos de morte de

Peça O círculo de giz caucasiano: Débora Lobo (esq.) e Helena Albergaria, em ensaio.



Brecht, a Companhia do Latão encena O círculo de giz caucasiano, outra importante peça do autor, que levanta a questão de “a quem deve caber as coisas” – a exploração da terra, quem deverá cultivá-la? Na montagem da Companhia há uma clara ligação deste debate com a luta dos sem terra no Brasil. É necessário para o seu trabalho a investigação e a ligação com o momento histórico atual?

Sérgio de Carvalho – Muitas vezes o Brecht fazia uma peça que se passava no século XVII para discutir a Alemanha contemporânea. É possível isso. Não é preciso atualizar diretamente uma peça para fazê-la dialogar com o tempo atual. Entretanto, um artista crítico seleciona os materiais à luz de sua situação histórica. No *Círculo de Giz* existe um prólogo que se passa na União Soviética. Como é histórico, data-

do no bom sentido, resolvi criar um segundo nível narrativo contemporâneo. Fizemos um prólogo em vídeo que passa num assentamento do MST no Brasil de hoje. Até para mostrar a diferença histórica. Na situação socialista de Brecht, os camponeses discutem a ocupação da terra de forma amigável. No Brasil de hoje não existe debate amigável na hora da ocupação. Ao contrário, o direito à terra depende do conflito. A situação amigável é aquela posterior à conquista, quando, por exemplo, o grupo de jovens que entrevistamos no assentamento nos mostra que sua capacidade cultural depende do fato de morar perto, numa agrovila. É por terem conquistado uma nova situação de trabalho que podem inventar o novo, imaginar uma vida melhor, sonhar com coisas diferentes. Num país em que a reforma agrária nunca foi feita, de absurda desigualdade no que se refere à questão da propriedade da terra, usamos o texto de



Peça O círculo de giz caucasiano: Luís Mármora (esq.), Cybel Jacome e Helena Albergaria (dir.), em ensaio.

Brecht de um modo posicionado. É como se estivéssemos dizendo aos espectadores “essa fábula que os senhores vão ouvir trata, na verdade, do tema do direito à propriedade. E ela nos lembra que a manutenção dos privilégios relativos à propriedade tem sido uma importante tarefa da justiça burguesa”.

Ao pensar o atual desenvolvimento do capitalismo e a realidade brasileira, a partir de um dramaturgo alemão, a Companhia faz um exercício de reinventar a poética de Brecht. Como Brecht tem sido tratado no Brasil?

Sérgio de Carvalho – No caso do Latão, sempre senti que era preciso mudar Brecht no que se refere ao tratamento das figuras burguesas. Nossa elite tem rostos e padrões diferentes daquelas que aparecem no teatro europeu. E ao longo da nossa história, ela se comportou de modo diferente da

burguesia francesa, inglesa e norte-americana (das quais copiava aspectos) porque ela nunca foi revolucionária. Ela não fez a revolução nacional, ou a fez muito tardiamente. Ela não fez revolução democrática. Mal fez a revolução industrial. Então, ela não assumiu as tarefas históricas assumidas pela burguesia quando chegou ao poder em oposição ao antigo regime. Aqui, pelo fato de ser uma burguesia ambígua e rarefeita, a dominação burguesa sempre assume formas muito diferentes em relação à européia. Então, no Latão isso virou um tema forte. Quase todas as peças escritas pelo Latão discutem a ambigüidade da elite nacional, a sonegação dos padrões burgueses convencionais, uso torto da ideologia liberal. A ideologia liberal na Europa tinha sentido de oposição ao velho regime, ela afirmava liberdade, era ideológica, era falsificadora. Aqui no Brasil ela esteve a serviço de coisas arcaicas, a serviço da própria escravidão. Alguns textos

do século XIX de senhores escravos, utilizando todo o pensamento liberal, justificam que o escravo deveria continuar escravo porque afinal isso preservaria mais sua sanidade psicofísica. Quer dizer, o discurso liberal – que lá era ideologia – aqui virou farsa, veio pateticamente. Então, nosso teatro tem de ser outro. Nossas figuras teatrais têm de ser outras. Ao mesmo tempo, o ambiente da luta de classes no Brasil atual é diferente. Ele está em estágio diferente. Portanto, Brecht precisa ser reinventado. No Latão nós sempre tivemos esse cuidado teórico de usá-lo como modelo, como inspiração. A base do método brechtiano – a perspectiva dialética de uma ativação histórica – continua forte no nosso trabalho. Procuramos sempre representar de modo a mostrar contradições históricas do processo. Esse gosto brechtiano pelas contradições, por tudo que é contraditório, por tudo que gera movimento, continua na Companhia do Latão, com ênfases e usos diferenciados.

Qual o papel do artista de esquerda hoje?

Sérgio de Carvalho – A meu ver, artista de esquerda nenhum pode esquecer que a arte não dá conta das transformações revolucionárias, que a melhor e mais radical das obras de arte não isenta ninguém da necessidade de uma participação política, de sair às ruas, construir coisas boas coletivamente etc. No entanto, a arte tem poder de agregação simbólica. No mundo da indústria cultural esse poder aumentou. À medida que a indústria cultural atua na massa, a arte pode ter um papel crítico de oferecer modelos alternativos contra as formas dominantes atuantes no imaginário coletivo. Quer dizer, a maioria das populações pobres e trabalhadoras do mundo consome uma produção ideológica e de imagens gerada pelas elites. Para mim, um artista de esquerda precisa trabalhar para modificar isso. Ele pode produzir modelos de representação alternativos e, com o tempo, fazer com que esses modelos apareçam, se disseminem, interfiram no processo de produção social do imaginário. Logicamente, é preciso conquistar meios de produção simbólica em grande escala. Mas enquanto isso não é possível é preciso dar padrões diferentes, nem que seja para pôr mensagens na garrafa, como disse o Brecht

quando morava nos Estados Unidos. Ali, ao perceber a violência da dominação burguesa no que se refere à indústria cultural, violenta, ele escreveu em seu diário de trabalho “talvez numa sociedade como essa só dê para pôr mensagens na garrafa”. Mas, as mensagens que ele pôs em garrafa continuam atravessando oceanos e estimulando outras formas de organização de trabalho, uma produção do real diferente. Assim, temos de trabalhar para o presente e para o futuro, enquanto uma situação histórica mais progressista não aparece. O pensamento socialista está numa fase de acúmulo de forças. Ele sofreu perdas históricas muito grandes nas últimas décadas e tem reconquistado espaços. E é o momento de aumentar isso. Na parte que nos cabe – a produção simbólica – isso deve ser feito com muita radicalidade. Por isso, desde o início, tive a preocupação de afirmar o sentido marxista do trabalho do Latão. Talvez isso nem apareça muito diretamente nos espetáculos, mas o método é influenciado pela dialética materialista.

E por isso quebra preconceitos...

Sérgio de Carvalho – No trabalho teórico que acompanha nossa produção sempre procurei afirmar isso. E quebra preconceitos porque nós mostramos que o marxismo pode gerar grande arte, à medida que ele radicaliza o senso de realidade. O espectador sente que aquilo tem qualidade artística porque tem a ver com o mundo real. Não se apresenta a vida como é, mas também como não deveria ser. Ele aprende a ter um olhar nas diferenças históricas. Ele vê na vida construída pela cena sua possibilidade de mudança. A meu ver, esse é um princípio do marxismo aplicado à arte: ver a realidade na sua perspectiva da mudança. E isso para qualquer espectador, mesmo o mais despolitizado, é animador, é transformador.

Ana Cristina Petta (Tininha) é atriz da Companhia São Jorge de Variedades.

Entrevista com Jorge Antunes

Ópera Olga – densidade e ousadia estética de Antunes

POR MÔNICA SIMIONI

O maestro carioca e professor da UnB, Jorge Antunes, conta a saga para estrear a ópera *Olga* em meio ao monopólio do setor pela indústria cultural. A realização deste trabalho envolveu intensa pesquisa histórica, incluindo consultas diretas a Luís Carlos Prestes e Anita Leocádia, além – é claro – de muita criatividade



*Marta Herr
interpreta Olga.*



Em outubro, o maestro Jorge Antunes conseguiu realizar seu sonho: a estréia mundial da ópera *Olga*. Foi no Theatro Municipal em São Paulo que milhares de pessoas assistiram a cinco exibições do espetáculo que conta a história da comunista judia alemã Olga Benário Prestes, companheira de Luís Carlos Prestes, deportada grávida e assassinada pela Alemanha nazista em 1942.

Olga fazia parte do imaginário de Antunes desde criança, quando sua mãe lhe contava a história da corajosa revolucionária. “Era uma história proibida que eu guardei desde criança. A Olga grávida, que se jogou na frente do Prestes pra protegê-lo da polícia”, lembra.

Para escrever a ópera foram ao todo dez anos entre estudos – baseados nas duas biografias sobre a militante (a de Ruth Werner e a de Fernando Mora-

is) – e pesquisas nos campos de concentração da Alemanha e no Museu do Holocausto em Israel.

No entanto, para encená-la, Antunes teve de enfrentar uma batalha que durou outra década. “Comecei a ir atrás do empresariado em 1996. Tentei em 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002”. O desespero foi tanto que ele chegou a organizar em 2003 uma exposição-protesto chamada *Um Palco para Olga* no hall da UnB (Universidade de Brasília) com a exibição de mais de 60 cartas que recebeu de empresas públicas e privadas negando-lhe apoio.

Para a estréia em São Paulo, Jorge Antunes contou com a ajuda do maestro Jamil Maluf, diretor artístico do Theatro Municipal, que já conhecia a partitura desde 2003.

Segundo Antunes, a lei de incentivo fiscal não



funciona. “Na mesa do empresário chega o projeto da ópera *Olga*, de um show da Daniela Mercury no Ibira-puera e um do Roberto Carlos no Canecão. É claro que o empresário vai dar preferência àquele que tem mais público e que lhe dá retorno imediato”.

Para ele, a lei se tornou a “privatização do apoio à cultura. A Constituição Brasileira fala que o apoio à cultura é dever do Estado, mas o neoliberalismo vem fazendo isso até mesmo com o apoio à cultura, seguindo os moldes norte-americanos onde tudo é financiado pelas empresas privadas. Então até o poder da censura o empresário tem”.

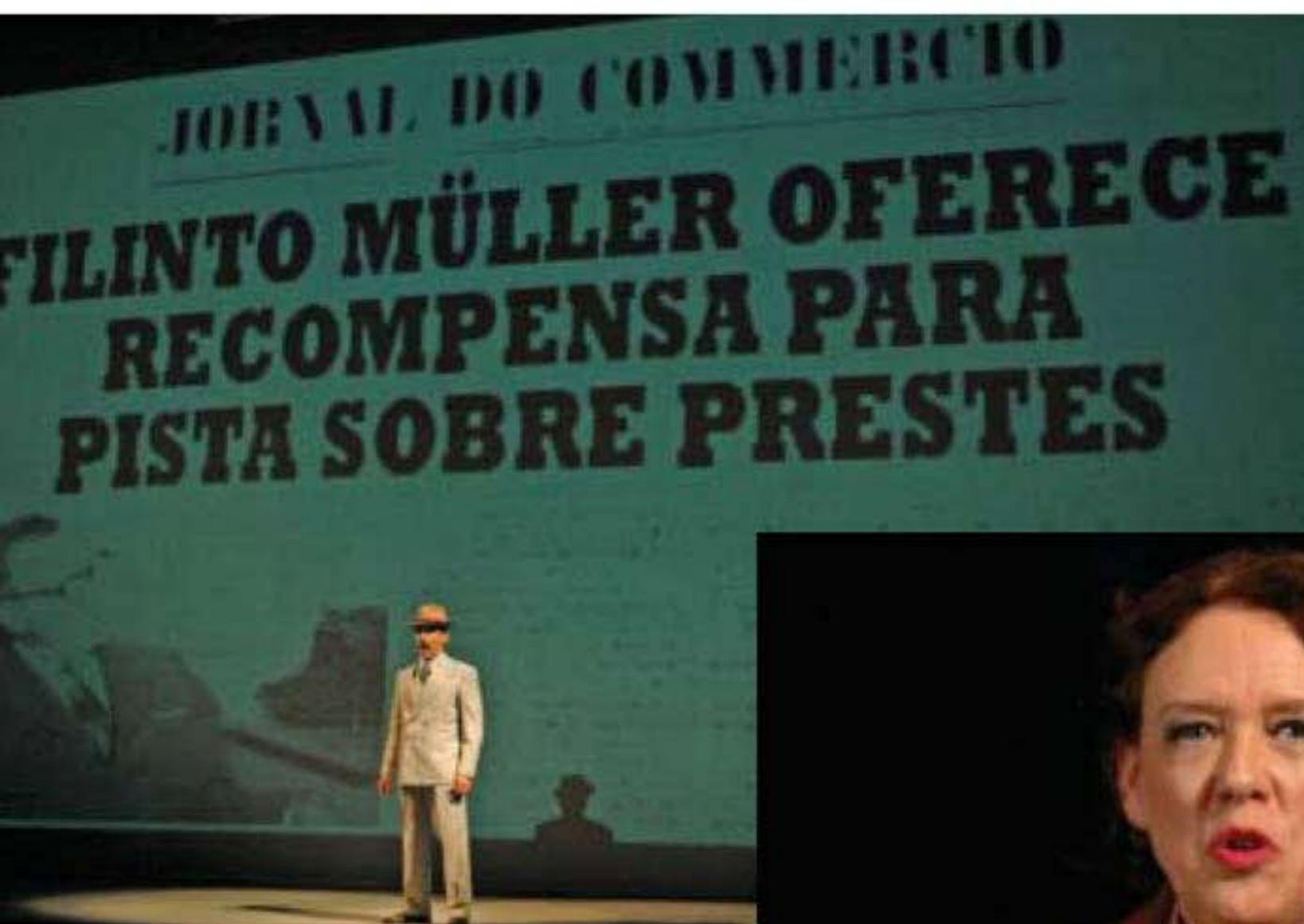
O maestro reconhece que o sucesso do filme *Olga*, lançado em 2005, ajudou a abrandar a abordagem do período. Mas pontua: “a mentalidade no Brasil passou a ser assim ‘se a Globo faz então está libera-

do’. O filme fez foi banalizar e vulgarizar a história. Abrandou demais a figura cruel de Filinto Muller. O sistema fez isso com o Che Guevara, transformou numa figura de camiseta e boné”.

“Você pega os livros de história da meninada, ainda chamam o Levante Popular de 35 de Intentona. É muito preconceito. Falaram uma vez que a família do Filinto Miller está por aí ainda. No Senado até existe uma ala Filinto Miller!”, disse.

Além disso, para Antunes, ainda existe cisma com óperas. “Até as esquerdas dizem que é coisa das elites”. Pelo contrário, a obra é de vanguarda com música experimental, inserções eletroacústicas, referências ao folclore nordestino e montagem ousada com exibições de imagens em telas.

Concretizado o sonho, Antunes está realizado.



“Depois de cada espetáculo tem sempre um senhor mais velho que me diz que era militante do ‘PCbão’ e que viveu isso tudo. Eu fico imaginando como esse pessoal fica sensibilizado”. Em uma das cenas mais bonitas e a única em que a platéia aplaude no meio do ato, o elenco canta a *Internacional* enquanto representa os presos políticos da época.

A emoção também envolveu o elenco do espetáculo. “No primeiro ensaio geral, William Pereira (direção cênica) me falou: ‘maestro, o teatro está em comção’. Ele me contou que nos primeiros ensaios com a orquestra, o pessoal parava porque os membros do coro começavam a chorar. A Marta Herr (protagonista), no primeiro ensaio com a orquestra, tam-

bém teve um acesso de choro”. Outro momento emocionante é quando Marta canta a carta de despedida que Olga escreveu a Prestes e sua filha Anita sabendo que seria morta em curto prazo.

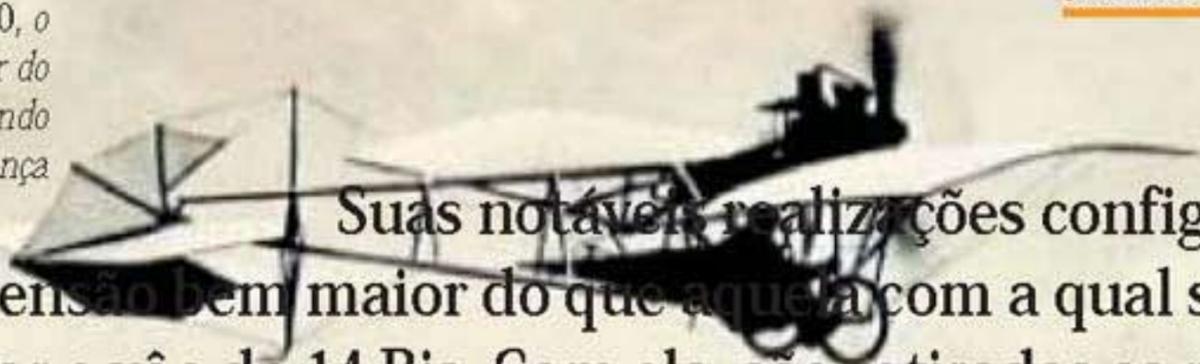
Ainda não existe uma nova temporada prevista para a apresentação de *Olga*, mas o maestro está entusiasmado. “No Brasil existem grandes teatros que podem fazer isso. Tem Belém, Manaus, Rio de Janeiro, Belo Horizonte... E estou sabendo que vários diretores de orquestras estão vindo para assisti-la”. Vamos torcer!

Mônica Simioni é jornalista.

Santos Dumont, pioneiro da conquista do espaço pelo homem

JOÃO AUGUSTO DE LIMA ROCHA

Démoiselle 20, o precursor do ultraleve, voando nos céus da França



Suas notáveis realizações configuram uma dimensão bem maior do que aquela com a qual se costuma caracterizar o vôo do 14 Bis. Com ela, são retiradas as restrições à movimentação humana

A

23 de outubro de 2006 comemora-se o centenário do vôo pioneiro do *14 Bis*, realizado em Paris por Alberto Santos Dumont, considerado um marco na aeronáutica por ter inaugurado a era da aviação baseada em veículos controlados *mais pesados que o ar*.

Até então os vôos eram realizados em balões (cativos ou livres) ou em planadores. No caso dos primeiros, ditos *mais leves que o ar*, Santos Dumont contribuiu decisivamente para garantir a dirigibilidade ao neles colocar motor a explosão, hélice e leme. Já os planadores, embora mais pesados que o ar, ficavam ao sabor dos ventos, sem o controle humano. Para comemorar o notável feito, realizado em 23 de outubro de 1906, organizam-se em todo o Brasil eventos comemorativos, tendo sido instituída, inclusive, uma Comissão Especial pelo governo brasileiro para incentivar as comemorações durante este ano, considerado oficialmente como o *Ano do Centenário do Vôo do 14 Bis*.

Aqui se pretende registrar que – independentemente dos recordes conseguidos pelo grande inventor pátrio na corrida aeronáutica – suas notáveis realizações nesse campo configuram uma dimensão bem maior do que aquela com a qual se costuma caracterizar o vôo do *14 Bis*, na medida em que com ela são retiradas as restrições à movimentação humana, que consegue sair das duas dimensões, na superfície do planeta, para os ilimitados horizontes do espaço tridimensional, abrindo caminho para a exploração ilimitada do espaço sideral pela espécie humana.

As notáveis realizações do jovem Alberto Santos Dumont – que aos dezenove anos de idade muda-se para a França, apoiado na grande dotação financeira que lhe dera o pai – devem-se ao ambiente propício, para o qual ele próprio contribuiu, incentivando naquele país a constituição de uma comunidade de interessados, dispostos à cooperação mútua em questões de aeronáutica.

Naturalmente, a eles antecederam importantes pioneiros que, com grandes sacrifícios, muitas vezes até da própria vida, perseguiram o sonho humano de voar. Dentre eles, dois brasileiros: o Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão e Augusto Severo. Santos Dumont, no entanto, além dos recursos herdados da família, possuía um talento invulgar para a Mecâni-

ca, além de disciplina e coragem singulares que o levavam a estudar, testar, aperfeiçoar e inovar os desenvolvimentos científicos e tecnológicos disponíveis à sua época, no objetivo de voar autonomamente tanto nos balões, inicialmente, quanto no *mais pesado que o ar* – com este conseguiu, pioneiramente, por meios próprios, elevar-se do solo, controlar o veículo em seu movimento aéreo, estabilizando-o em vôo nivelado e, por fim, voltar ao solo.

Alberto Santos Dumont alcança a glória nos ares de Paris

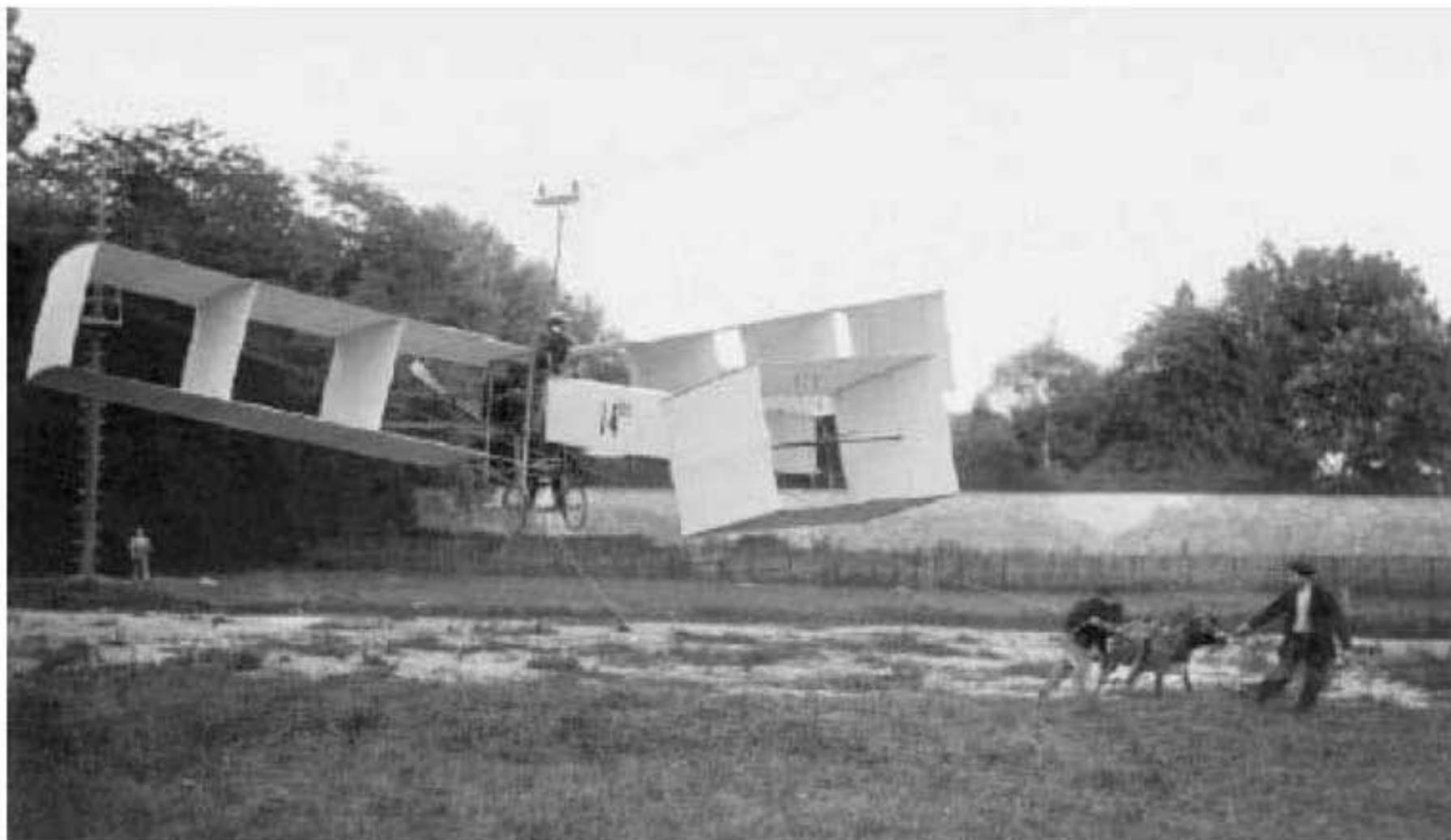
Sexto dos oito filhos do Engenheiro Henrique Dumont e D. Francisca Santos Dumont, Alberto nasce no sítio Cabangu, em Minas Gerais, a 20 de julho de 1873, na mesma data em que o pai completara 41 anos. Este – construtor de estradas de ferro –, que foi pioneiro da navegação do Rio das Velhas, mais tarde se deslocaria ao ramo da cafeicultura, passando a morar em São Paulo, onde obteve muito destaque, chegando a ser considerado o maior produtor mundial do produto, naquela época, o que lhe valeu o cognome de *Rei do Café*.

O menino Alberto, leitor embevecido de Julio Verne, desde cedo revela pendor particular para a Mecânica, chegando até mesmo a dirigir a locomotiva, além de organizar a manutenção dos equipamentos da estrada de ferro particular existente numa das fazendas do pai, em Ribeirão Preto.

Santos Dumont vai a Paris, pela primeira vez, em 1891, então com dezessete anos de idade, em rápida viagem, acompanhando o tratamento do pai que ficara hemiplégico após sofrer um acidente de charrete. Nesta ocasião ele vê na Feira Internacional da Indústria, que lá estava sendo realizada, um motor a petróleo, muito compacto e leve em comparação com toda espécie de motor que conhecia, sendo sua reação por ele mesmo assim descrita:

Parei diante dele como pregado pelo destino. Estava completamente fascinado. Meu pai, distraído, continuou a andar até que, depois de alguns passos, dando pela minha falta, voltou, perguntando-me o que havia. Conte-lhe minha admiração de ver funcionar aquele motor e ele me respondeu: 'por hoje basta'. (POLLILO, 1950).

Nessa viagem aproveita para comprar, na fábrica, um automóvel Peugeot de três e meio cavalos de for-



Santos Dumont realiza ensaio de vôo com o 14 Bis. A aeronave é tracionada por uma mula.

ça e faz sua primeira tentativa de ascender em um balão – frustrada diante da avareza de um aeronauta identificado por ele no anuário da cidade e que lhe cobrara um preço proibitivo pela ascensão. Em elegante figurino, trafega pelas ruas de Paris com seu automóvel – uma rara curiosidade à época –, à velocidade de 20 km/h e torna-se um hábil técnico de automóveis, tratando-o e consertando-o ele próprio.

Não tendo sucesso no tratamento médico que em vão buscara, Henrique Dumont, antevendo o fim próximo, teria dado ao filho Alberto o seguinte conselho:

Tenho ainda alguns anos de vida; quero ver você como se conduz; vai para Paris, o lugar mais perigoso para um rapaz. Vamos ver se você se faz homem; prefiro que não se faça doutor; em Paris, com o auxílio de nossos primos, você procurará um especialista em Física, Química, Mecânica, Eletricidade etc; estude essas matérias e não se esqueça de que o futuro está na Mecânica. Você não precisa pensar em ganhar a vida; eu lhe deixarei o necessário para viver... (POLILLO, 1950).

Pouco depois da morte do pai, ocorrida no Brasil em 1892, Alberto – que seguiu à risca, por toda a vida, a determinação paterna – fixa residência definiti-

va em Paris, a partir daquele ano. Lá passa a trabalhar febrilmente no projeto e na construção de balões e realiza um grande número de ascensões, inicialmente interessado na questão da dirigibilidade do *mais leve que o ar*.

Percebe-se que Santos Dumont, em obediência ao pai, embora não tivesse freqüentado a universidade, possuía uma estreita convivência com a prática da engenharia mecânica desde criança, ao envolver-se com as locomotivas da estrada de ferro particular do pai em sua enorme fazenda de café, em Ribeirão Preto.

Aplicou conhecimentos científicos e empíricos de sua época e utilizou habilidades específicas, inventividade e capacidade de inovação na criação de dispositivos que iriam permitir a solução de um problema de diversas gerações anteriores – simbolizado no mito de Ícaro: elevar o homem à condição de pássaro, fazendo-o voar por meios próprios. Afora as habilidades mecânicas e a inventividade, vale ressaltar a capacidade gerencial do jovem aeronauta em direcionar racionalmente seus próprios recursos financeiros, coordenando um complexo quadro de rela-



Santos Dumont contorna a Torre Eiffel em dirigível (1901).

ções, ao dirigir o trabalho de artesãos mecânicos de primeira linha, numa pátria que não era a sua, ciente, por tudo isso, de que não possuía o direito de errar além de certos e estreitos limites. Ocorre, porém, que ele se torna ídolo dos artesãos mecânicos de Paris, até mesmo porque costuma distribuir entre eles o dinheiro dos diversos prêmios que havia abischoitado em sua vitoriosa carreira. E não somente isso: torna-se, pelo menos por cerca de cinco anos de sua vida, a personalidade mais conhecida da capital cultural do mundo, passando a ser imitado, tanto nos trajes quanto no corte do cabelo, em capital mundial da moda!

Um ousado pioneiro que aprende com a experiência do passado

No entanto, como observam Mattos e Giarola (2003), antes que a extraordinária realização de Santos Dumont se tornasse meramente possível, foi necessária a contribuição de muitos de seus predecessores em aeronáutica, um ramo da indústria no qual, mais que todos os outros, a fonte de aprendizado está na falha ou no sucesso de antecessores.

Dentre tais antecessores – muitos deles mártires da ciência e da técnica – destacam-se: Bartolomeu Lourenço de Gusmão (1685-1729); Sir George Cayley (1773-1857); Samuel Henson (1812-1888); Otto Lilienthal (1848-1896); Clément Ader (1841-1926); e

Hiram Maxim (1840-1916). E também alguns de seus contemporâneos, podendo-se citar os próprios irmãos Wright, os irmãos Voisin, Louis Blériot (1872-1936), Henri Farman (1874-1958) e o mártir brasileiro Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (1864-1902).

A vida criativa de Santos Dumont, enquanto pioneiro das alturas, particularmente na concepção e construção de artefatos de vôo, começa com o pequeno balão esférico *Brésil* (do qual muitos diziam ser impossível que pudesse levantar vôo), em 1898, passando pela introdução do motor a explosão e de aparatos que conferiam a eles a dirigibilidade. Em seguida, já preocupado com a introdução dessas invenções que lhe deram bastante notoriedade no âmbito dos artefatos mais leves que o ar, passa a se preocupar em empregá-las no mais pesado que o ar. Assim, analisando a experiência pioneira de Lilienthal com os planadores, culmina com o trágico acidente que lhe tira a vida, em razão do embicamento da aeronave. Santos Dumont concebe e inova, mais uma vez, com o *canard* (solução para o controle da estabilidade longitudinal de aviões utilizada no *14 Bis*), e depois com o *aileron* (solução para o controle da estabilidade lateral de aviões que também atuava como leme para controle direcional). Este último foi utilizado na última versão do mesmo avião, a que foi responsável pela confirmação consagrada de seu feito pioneiro de 23 de outubro, em 12 de novembro de 1906, no mesmo Campo de *Bagatelle*, em Paris.

Também concebe e constrói, com seu amigo Cartier, o relógio de pulso, uma invenção extremamente útil à navegação aérea, em sua época. Some-se a tudo isso, a última de suas contribuições para aviação: o *Démoiselle*, espécie de precursor do atual ultraleve, um avião de comprovada segurança, com suas belas e otimizadas formas, numa estrutura de ferro e bambu, com asas extremamente leves e eficientes.

Pode-se dizer que a industrialização, na aviação para uso civil generalizado, começa com o *Démoiselle*, por permitir a produção em série, com base nos desenhos que Santos Dumont entregava a qualquer pessoa que lhe solicitasse – pois professava a nobre opção de não patentear quaisquer de seus inventos.

Pelo visto, há algo mais que a dimensão tecnológica nos feitos da aeronáutica devidos a Santos Dumont. A verificar pelo que diz em seu livro *O que vi e o*

que nós veremos, editado em 1918, ele – que começa bastante jovem sua tão brilhante quanto curta e intensa carreira – sempre foi movido pela pretensão de realizar as fantasias difundidas por Julio Verne cuja literatura de ficção científica povoou por muito tempo, como aqui já foi dito, seu mundo juvenil:

Diante do motor a petróleo, tinha sentido a possibilidade de tornar reais as fantasias de Júlio Verne.

Ao motor a petróleo devi, mais tarde, todo inteiro, o meu êxito. Tive a felicidade de ser o primeiro a empregá-lo nos ares. Os meus antecessores nunca o usaram. Giffard adotou o motor a vapor; Tissandier levou consigo um motor elétrico. A experiência demonstrou, mais tarde, que tinham seguido o caminho errado.

Santos Dumont chegou a sua idade adulta na Paris da virada do século XIX e XX, uma época de grandeza e progresso que somente seria interrompida ao troar dos canhões da 1ª Guerra Mundial. Na França e na Inglaterra viam-se sólidas, porém graciosas, pontes estenderem o sistema ferroviário por sobre os rios e conferirem notoriedade e prestígio à profissão de engenheiro. Era o final do período que passou para a história como *Belle Époque*: bicicletas produzidas em série com silenciosos pneus de borracha percorriam as ruas, e os primeiros automóveis dissipavam o odor da gasolina. Construída há apenas dois anos após sua chegada em Paris, Alberto conheceu a torre Eiffel, então a mais alta construção do homem, iluminada com a luz de gás convencional, porém com elevadores movidos por uma nova e extraordinária forma de energia: a eletricidade. Ao descrever o encantamento de Santos Dumont ao chegar em Paris, com a cidade e esse seu famoso símbolo, diz Hoffman (2004): “Alberto passou metade do dia andando nos elevadores e, depois, sentou-se num banco ao redor do rio Sena e admirou a alta silhueta da torre recortando-se no céu”.

Os avanços da ciência e as novas tecnologias de então apontam para a superação de todos os limites ao desenvolvimento humano. Progressos na medici-

na e na higiene sanitária fazem cair a mortalidade infantil e aumentam a expectativa de vida média das pessoas. Surgem as primeiras normas de segurança no trabalho e inicia-se o movimento de libertação feminina, a população em larga escala passa a ter acesso à educação e aos bens de consumo. Enormes e velozes transatlânticos cruzam os oceanos transportando centenas de pessoas e milhares de toneladas de produtos. Em praticamente todas as áreas ocorrem avanços extraordinários. Albert Einstein apresenta ao mundo, em 1905, os quatro trabalhos que iriam revolucionar o século XX, fazendo dele o mais revolucionário tempo vivido pela humanidade. Eis o ambiente em que vive Santos Dumont, apresentando uma das mais importantes contribuições para a efervescência do século que então se inicia.

Santos Dumont, com o vôo de seu *14 Bis* em 23 de outubro de 1906, coloca a humanidade num novo e definitivo patamar, tornando possível o movimento de veículos para além da superfície terrestre, por meios próprios, indo no sentido de uma cada vez maior profundidade, dentro do espaço tridimensional infinito. As contribuições desse inventor e navegador dos ares, no entanto, foram construídas dentro de um ambiente técnico e científico propício – que ele próprio ajudou a criar, imerso no efervescente ambiente cultural de Paris, à base de atitudes típicas de engenheiro, de aprender com os erros dos antecessores e com os seus próprios em busca da utilização dos princípios e das conquistas incessantes da Ciência, aliada à experiência dos artesãos. Assim pôde ser uma espécie de elemento de convergência, através do qual foram sendo gestados os meios para a construção de aparatos que, pouco a pouco, conformam o mundo às novas configurações que, revolucionariamente, vamos, a cada dia que passa, transformando.

João Augusto de Lima Rocha é professor da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia

Referências

- DUMONT, A. S. *O que eu vi, o que nós veremos*. Rio de Janeiro: Hedra, 2004, 100p.
- HOFFMAN, P. *Asas da Loucura: a extraordinária vida de Santos Dumont*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, 360p.
- MATTOS, B. S.; GIAROLA, P. C. “Early Years of Aviation Santos Dumont and Other Aviation Pioneers”, *Revista da ABCM*, v. 09, n. 2, abr-set. 2003.
- POLLILLO, R. *Santos Dumont Gênio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950, 319p.

Entrevista com François Houtart

Houtart, um católico marxista engajado na luta dos povos

POR RONALDO CARMONA E LEJEUNE MATO GROSSO

O veterano sociólogo e sacerdote belga François Houtart, professor da Universidade Católica de Louvain (Bélgica) e diretor do Cetri (Centro Tricontinental) e da revista Alternatives Sud, é hoje uma das principais referências do pensamento progressista crítico mundial. É também testemunha da luta política e social desenvolvida desde o final da II Guerra, da qual tomou parte, na resistência. Houtart esteve no Brasil há pouco tempo, onde presidiu, no Fórum Social Brasileiro realizado em Recife (PE), o Tribunal Antiimperialista organizado pelo Cebrapaz (Centro

Brasileiro de Solidariedade aos povos e Luta pela Paz) e pelos movimentos sociais brasileiros. É autor, dentre dezenas de obras, de Mercado e religião e O outro Davos – mundialização de resistência e lutas. Para ele, “a religião pode ser incentivo para um compromisso social”

Conte-nos um pouco sobre sua trajetória.

François Houtart – Sou belga, de Bruxelas. Após meus estudos secundários, já em 1944, fiz Se-

minário para preparar-me para o sacerdócio. Quando jovem, participei da Juventude Operária Católica (JOC) porque tinha interesse pelos assuntos sociais e políticos. Nessa época participei também da resistência armada (à ocupação nazista da Bélgica). De modo que não foi possível completar o primeiro ano do seminário porque os alemães queriam enviar os seminaristas para trabalhar nas fábricas em substituição aos jovens alemães recrutados para a guerra. Mas os seminaristas escaparam dessa. E entrei para a resistência armada no último ano da guerra. Eu me interessava por política também pelo fato de meu avô ter sido primeiro-ministro na Bélgica e fundador da Democracia-cristã no século XIX contra o partido católico conservador de então. Quando terminei o curso de teologia decidi estudar ciências sociais. Comecei a perguntar-me como a classe operária que lutava por justiça acreditava na Igreja que se diz portadora de um evangelho identificado com os pobres e como historicamente se construiu a contradição entre a classe média e a Igreja. Completei os estudos de sociologia na Universidade de Chicago (EUA) e em Bruxelas fiz urbanismo. Depois continuei esses estudos na América Latina. Minha primeira pesquisa foi em Havana, onde participei de um congresso da JOC. Na Universidade de Chicago tive contato com muitos estudantes de ciências sociais e meu sonho era conhecer a América Latina. Esse período acabou em 1954 e quando retornei fui nomeado secretário da Cúria – o que não estava em minhas perspectivas. Mas, imediatamente, fundei o Centro de Pesquisas em Sociologia da Religião, dentro do quadro da Conferência episcopal visando a continuar o trabalho da América Latina. Depois de quase dois anos comecei novamente a trabalhar na América Latina – desta vez com um plano geral de estudos de toda a situação sócio-religiosa latino-americana. Finalmente, iniciei esses estudos que duraram quatro anos. Meu trabalho sobre os diferentes aspectos da vida religiosa e social latino-americana foi publicado em 43 volumes – que só terminou em 1962. Esses estudos terminaram justamente quando o papa João XXIII anunciou o Concílio Vaticano. Trabalhei muito com o Centro Episcopal Latino-americano (Celam). Nessa época, fui informado de que o Vaticano havia enviado mensagem a todos os núncios para tomarem cuidado com esse projeto, com o qual não estava de acordo. Dom Héli-

der, então, disse-me “encontrei uma solução. Eu, como secretário da Conferência, encomendarei a você um estudo para mim”. E isso foi fundamental para mim porque foi o que me permitiu realizar esse trabalho. Foi muito importante porque se tratava de conscientizar o episcopado mundial em relação à situação latino-americana, não apenas eclesial como também social. Fui indicado, então, no Concílio como especialista para ajudar os bispos e trabalhei apenas com Dom Hélder durante 4 anos. Da minha subcomissão participava também o Carlos (Karol Wojtyła) – meu amigo durante 30 anos –, que depois se tornou Papa.

Fale um pouco sobre seu engajamento na luta política.

François Houtart – Durante todo esse tempo entrei em contato com os movimentos políticos sociais da América Latina. Fui amigo de Camilo Torres porque já o conhecia antes de ser sacerdote. Convidei-o para vir a Louvain para estudar e, então, ele foi adotado pela minha família. Fomos grandes amigos durante 10 anos. Trabalhei muito com ele, até sua morte. Quando aconteceu a guerra do Vietnã os amigos do Partido Comunista, e outros, me pediram para tomar uma posição e me engajei a esse movimento. Fui nomeado vice-presidente, e depois presidente, da Associação Bélgica-Vietnã e tive grande envolvimento em toda a ação contra essa guerra, tanto na Bélgica quanto em outros países. Nos Estados Unidos organizei uma grande manifestação em Washington. Ao mesmo tempo, pouco a pouco me envolvi na luta contra as colônias portuguesas da África e o Apartheid e participei de muitas reuniões em Angola, Moçambique e África do Sul. Nessa época fiquei amigo de Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Eduardo dos Santos com os quais trabalhei muito até o momento da independência. Isto evidentemente provocou reações porque não era normal um sacerdote envolver-se em tais movimentos. Depois recebi um convite do sacerdote de Sri Lanka para fazer um estudo sócio-religioso. Aceitei porque tinha praticamente terminado minha etapa de trabalho na América Latina e já havíamos formado muitos sociólogos e alguns grupos. Durante aproximadamente 15 anos trabalhei muito mais na Ásia e fiz meu doutorado sobre sociologia do bu-



Houtart no Fórum Social Brasileiro (Recife/PE).

dismo em Sri Lanka. Em seguida fiz esse mesmo trabalho no sul da Índia, e, finalmente, no Vietnã. Como estive lá e testemunhei os bombardeios, os vietnamitas me convidaram para ajudá-los a iniciar a disciplina Sociologia. Para mim foi extraordinário iniciar sociologia num país socialista. Eu tive muitos contatos com a Academia de Ciências de Moscou, devido a vários convites que me fizeram. Havia debates porque os regimes comunistas quando chegaram ao poder a sociologia já estava no fim – porque com o marxismo obtinham todas as respostas para todos os problemas. Quando começaram a re-historiar a Sociologia adota-

ram a sociologia funcionalista norte-americana e não uma perspectiva marxista. Dessa forma, quando iniciei meu trabalho estava de acordo com a equipe em relação à necessidade de desenvolver uma sociologia marxista.

Por dois anos (durante minhas férias da universidade) fiz uma formação teórica e metodológica no Vietnã porque não tinham sociólogos. Todos os jovens eram historiadores, filósofos, economistas. Após esse período um colega e eu concluímos “sociólogos não se fazem em uma oficina”. Então, eles elegeram uma comuna do delta para um exercício prático de sociologia. Fomos para lá com 30 jovens pesquisadores para estudar todos os aspectos – históricos, culturais, sociais e econômicos – da vida de uma comuna rural. Hoje, após 22 anos pediram-me para retomar esse estudo para observar o impacto da introdução do mercado sobre a vida da comuna em nível local. Portanto, trabalhei durante 25 anos no Vietnã para realizar conferências e cursos. Quando retornei à Universidade de Louvain, após a explosão dos protestos em 1968, fundei o Centro Tricontinental (Cetri) que começou a trabalhar com assuntos relativos a Ásia, África e América Latina.

Fale-nos um pouco de sua trajetória mais recente.

François Houtart – Organizamos as primeiras reuniões do que ficou conhecido como anti-Davos. Em 1999 editamos um pequeno livro com cinco movimentos sociais importantes no mundo: sem-terra, sindicatos operários da Coreia do Sul, movimento de mulheres e movimentos de desempregados. Reuni-nos durante três dias por ocasião do Fórum Econômico Mundial de Davos em 1999. No último deles, demos uma entrevista coletiva. Foi muito difícil entrar, mas conseguimos – a 300 metros do local em que se reuniam os maiores do mundo. Essa foi uma das origens do Fórum Social Mundial. Desde então estamos no Centro Tricontinental trabalhando muito, tentando fazer a cada dois anos – e agora talvez, com o desenvolvimento da informática, a cada ano – uma análise crítica do antimundialismo e da globalização das resistências ao neoliberalismo e ao capitalismo.

Como você analisa uma possível contradição entre cristianismo e marxismo?

François Houtart – Na verdade, eu não era marxista no início. Descobri o marxismo na universidade, por ocasião de uma palestra. Mas minha aproximação aconteceu em duas partes: primeiro, com os comunistas no movimento contra a guerra do Vietnã, pela descolonização das colônias portuguesas e na análise do imperialismo norte-americano e de seus aspectos econômicos. Segundo, quando fiz meu doutorado em Sri Lanka sobre budismo. Nessa época comecei a estudar Weber, mas a teoria desse filósofo não me satisfazia e fui buscar outras fontes. Comecei a ler sistematicamente as obras de Marx na biblioteca da Universidade. Descobri o valor da análise marxista para estudar as sociedades pré-capitalistas. Isso me ajudou a desenvolver depois, em Sociologia da Religião, uma metodologia de análise marxista. Para alguns, alguém começa a usar a análise marxista e acaba, evidentemente, em ateísmo. Para mim, isso é totalmente falso porque o marxismo é um método de análise e também de ação, e é o melhor tipo de análise que temos no momento para explicar a dinâmica social e a estrutura de classes. No entanto, na doutri-

na social da igreja clássica não há análise em termos de classes, mas de raças. Existem vários estratos sociais chamados de classes, mas toda análise tem como consequência que a solução é a colaboração de todos os estratos para construir o bem comum sem criticar a estrutura de classes. Desse modo, também vi a contradição com essa visão clássica – na qual eu acreditava antes – ao adotar a marxista para desenvolver esse estudo. Trabalhei bastante em Cuba e, em 1986, fui convidado para ensinar Sociologia da Religião para 30 quadros do partido, professores de teologia e um militar, num curso de 15 dias. Esse foi o resultado de alguns anos de debates com intelectuais marxistas cubanos que percebiam como insuficiente a idéia contida em seus manuais (de origem soviética, de que a religião é o ópio do povo e, então, deveria ser simplesmente banida). E, ainda, que havia a teologia da libertação e o compromisso dos cristãos nas revoluções de Nicarágua, El Salvador e Guatemala. Por isso, como eles sabiam que eu usava a análise marxista para estudar os fenômenos religiosos, pediram-me para ministrar esse curso. E, pela minha posição, não devemos ser marxistas, primeiro devemos analisar a realidade, não apresentar um dogma. Quando terminamos estávamos de acordo porque depois publicaram meu livro. Nele, afirmo que a religião, em alguns casos, pode ser o ópio do povo, mas, em outros, também incentivo ético para um compromisso social. Não é um problema de dogma, mas um problema de análise.

Explique sua visão acerca da Sociologia da Religião.

François Houtart – No contexto geral em que as religiões existem hoje, especialmente o de uma fase nova do capitalismo, o neoliberalismo, como consequência há o fato de todos os grupos humanos de hoje – não apenas a classe operária – estarem afetados pela lei do valor. Marx usou um conceito interessante e eu o reutilizo agora num sentido um pouco diferente: a distinção entre submissão real e submissão formal do trabalho ao capital. A submissão real é a submissão do trabalho ao capital dentro do próprio processo de produção e isso foi feito com a industrialização e com a divisão do trabalho. Marx usou esses conceitos para explicar a transição da manufatura

para a fábrica industrial. Se retomamos esse conceito podemos dizer que, sim, a classe operária estendeu a submissão real com o fenômeno da máquina nas economias emergentes – onde há pólos de economia de assalariados, mas a grande maioria do povo não é de assalariados. Para mim, o fundamental dessa fase neoliberal foi a submissão de todos os grupos humanos em uma submissão formal mediante não o salário, mas outros meios financeiros ou jurídicos. Por exemplo, a dívida externa, os preços das matérias-primas ou dos produtos agrícolas, os paraísos fiscais, ou as fortunas; ou jurídicos, como as regras do FMI, do Banco Mundial, da OMC que têm como resultado todos serem afetados pela lógica do capital.

Ou seja, com a primazia da mercantilização como regra da vida humana...

François Houtart – Exatamente, pela mercantilização. E que sejam as mulheres as primeiras vítimas da informatização da economia ou das privatizações da eletricidade, da água ou da educação, da saúde. Que sejam os povos autóctones a perder seu território pela exploração das florestas ou de bosques, que sejam os pequenos camponeses as vítimas...

Como você vê o protagonismo dos movimentos sociais na luta contra a globalização?

François Houtart – Esse novo protagonismo de grupos sociais relaciona-se ao fato de estes estarem afetados pela lógica da mercantilização. E ao fato de, um pouco casualmente, em fins de 1999, terem se juntado zapatistas, ecologistas, sem-terra, sindicatos norte-americanos etc contra um inimigo comum. Isso significa que pouco a pouco aumenta a consciência de que existe um inimigo comum maior. Para mim, as lutas sociais tiveram como êxito principal tornar maior uma consciência coletiva que, apesar de ser muito diferente conforme os diversos movimentos, está efetivamente aumentando. O grau de consciência do perigo comum chama a atenção. Por isso, segundo a Carta de Princípios do Fórum Social Mundial, nele reúnem-se os que combatem o neoliberalismo e a hegemonia mundial do capital. E já é uma plataforma bem forte, embora todos os componentes não tenham o mesmo grau de análise. Mas reli um

pouco a história da II Internacional. É bastante parecida. Os sindicatos praticamente não existiam nessa época e Marx e Engels tiveram a idéia de formá-los. Havia uma série de organizações de todo tipo com um grau de consciência muito diferente. Mas Engels, nos primeiros anos, sempre dizia ser melhor chegar a uma decisão da base que correspondesse ao grau de consciência em vez de uma que viesse de cima. Esse processo foi bastante parecido ao deste momento, como um espelho do grau de consciência. É um êxito, mas é preciso enfrentar muitos desafios. O grande desafio para construir um sujeito histórico novo é como passar da elaboração de uma consciência coletiva à construção de atores coletivos. Não estou dizendo que não existam atores coletivos. Eles existem em nível global, como a Via Campesina, as Internacionais dos sindicatos operários. O problema fundamental é como chegar à possibilidade de mais ações comuns.

Em janeiro, no FSM de Caracas, o presidente Chávez chegou a propor uma organicidade maior do movimento antiglobalização...

François Houtart – Concordo, precisamos dizer sim diante da urgência dos problemas e não podemos esperar por séculos. Mas é preciso mais ação comum, mais peso, mais vinculação com o campo político. De qualquer forma, li o discurso de Chávez novamente. Ele não disse que o Fórum é que deve se transformar, mas ser necessário esse tipo de ação. Com isso, sim, concordo. Mas não estou de acordo que os fóruns devam se transformar em um órgão de ação. Não há possibilidade de 4500 movimentos associados chegarem a um acordo em relação a um texto. A diversidade cultural não o permite nem a diversidade ideológica. Ainda mais que a maioria dos fóruns está mais para a social-democracia do que para os revolucionários. Mas, na conjuntura atual é essencial permanecerem unidos.

A realidade também opera no sentido da maturidade dos movimentos sociais...

François Houtart – Veja um pouco a idéia de John Holloway, segundo a qual as sociedades podem ser transformadas sem a tomada de poder: “mudar o mundo sem tomar o poder”. É uma atitude antipolítica e antiestatal, que, no entanto, existe. Mas já mu-

dou. Os (movimentos sociais) africanos estavam contra os partidos, mas com a consciência de que deve ser reconstruído um novo campo político. E, para mim, essa é a linha atual: como reconstruir o novo campo político e, eventualmente, de baixo para cima. Vimos isso na América Latina.

Como você observa o ressurgimento da unidade dos países do Sul e da luta Norte-Sul proclamada pelo imperialismo e os neoliberais como anacrônica? Recentemente, inclusive, lembrando a conferência de Bandung de 1955, você ajudou na organização de uma reunião em Bamako.

François Houtart – Vemos isso em vários sentidos. Primeiro como um contrapeso ao Norte e como possibilidade de alianças pontuais sobre pontos estratégicos. Segundo, porque é uma referência a Bandung que, evidentemente, foi a região de recentes descolonizações, de povos dominados por uma burguesia nacional. Elas foram um passo muito importante e desenvolveram a idéia de progresso nacional ou de desenvolvimento cepalino, que não era a última palavra da revolução, mas certa associação popular no projeto de desenvolvimento – associação de grupos populares da classe operária. É preciso retomar o projeto de Bandung. Ou seja, podem ser criados outros pólos de desenvolvimento, definindo eles próprios os objetivos sem depender dos objetivos definidos pelas multinacionais dos Estados dominantes. Essa idéia me parece extremamente importante e toca no problema das alianças entre Estados. O exemplo mais importante disso é Cancun (Conferência da OMC em 2003) com a organização do Ocidente e com a oposição de grandes países, como Brasil, Índia, África do Sul e China às políticas da OMC.

A América Latina é uma grande novidade no quadro mundial deste início de século?

François Houtart – Pode ser que sim, porque o panorama político latino-americano se transformou. E isso teve influências. Evidentemente, existe uma potencialidade importante, mas não estou em condições de dizer se significa passos reais. Todo passo em favor da integração latino-americana – mesmo dentro do sistema capitalista deste momento – é positivo

porque significa o início de um contrapeso para encontrar um mundo unipolar. Isso me parece sério na política de Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela, mas precisa se institucionalizar. Há muita esperança no restante do mundo em relação a isso.

Como você percebe a experiência de um governo progressista no Brasil?

François Houtart – Para mim, nas circunstâncias concretas atuais, a única alternativa possível é apoiar o Brasil. Isso está totalmente claro. A responsabilidade é muito grande e é preciso uma transformação de fundo. No governo Lula é preciso considerar a relação de forças e entender que é necessário ter paciência, não é possível fazer tudo de uma só vez. São duas realidades: a realidade de fato, com certa coalizão de forças e a realidade dos excluídos que não têm em sua vida cotidiana a possibilidade de atuar politicamente nem economicamente. E se um governo não afirma sua identidade com este setor não passará para a história como um passo para o movimento revolucionário.

Você vê um ressurgimento, em novas bases, da luta pelo socialismo nesse momento histórico?

François Houtart – Para mim isso está claro. No entanto, num contexto em que o socialismo é uma palavra ambígua pode significar stalinismo, maoísmo, social-democracia. Tentei descrever o conteúdo. Depois, sim, seria socialismo. Então, estamos lutando pelo socialismo, uma sociedade de igualdade econômica, com democracia completa e cultural generalizada. Por isso meu livro termina assim: “sim, é a isso que chamamos socialismo, já”. Entretanto, este é o momento de sabermos o que queremos.

Ronaldo Carmona e Lejeune Mato Grosso são sociólogos e diretores do Cebrapaz.

O papel de Engels na colaboração em economia com Marx



Marx e Engels.

RENILDO SOUZA

É contraproducente, na teoria e no método, promover uma nítida separação das obras de Marx e Engels

A interpretação da estrutura e do funcionamento da economia capitalista, segundo leis, tendências e regularidades, é parte integrante e relevante da elaboração e evolução do pensamento marxista. Os primeiros passos da elaboração econômica crítica foram trilhados por Friedrich Engels. Antes do seu primeiro encontro com Karl Marx, ele escreveu *Esboço da Crítica da Economia Política* em fins de 1843 e em janeiro de 1844, publicando-o nos *Anais Franco-Alemães*, em fevereiro de 1844. Engels, embora muito jovem, beneficiou-se, como autor, de sua experiência

à frente dos negócios da família, em Manchester – centro da revolução industrial inglesa – e ao mesmo tempo, foi testemunha direta do movimento cartista dos operários ingleses. Ele deparou-se com o ambiente em que floresceu a Economia Política de Adam Smith e David Ricardo.

No *Prefácio da Contribuição Para a Crítica da Economia Política*, Marx (1999, p. 53), ao se referir a Engels, fala de “seu genial esboço de uma crítica das categorias econômicas”. Cabe registrar que o título do artigo de Engels foi emprestado por Marx para o subtítulo de sua principal obra, *O Capital*. O *Esboço* é citado algumas vezes por Marx no volume um de *O Capital*.

Entretanto, há uma polêmica em torno do legado de Engels, inclusive na crítica da Economia Política. Para alguns, ele promoveu uma revisão da teoria de Marx, resvalando para o positivismo e o determinismo. Segundo J. D. Hunley (1991, p. 1), desde os anos 1960 aumenta o questionamento sobre a compatibilidade intelectual entre Marx e Engels. Ele acrescenta que hoje (isso em 1991) predomina a visão da existência de importantes diferenças entre os dois revolucionários alemães. Eduard Bernstein (nos anos 1890), Rudolfo Mondolfo (1912), George Lichtheim (1961), Norman Levine (1975), Terrel Carver (1883) etc seriam chamados de dicotomistas porque são autores que, em maior ou menor grau, refutaram a afinidade intelectual entre Marx e Engels.

Para Levine, há importantes discrepâncias entre a primeira seção do volume II de *O Capital* – pela edição de Engels – e os manuscritos guardados no Instituto Internacional para a História Social. Entre outras coisas, isso teria resultado, nesta parte, na substituição da compreensão hegeliana de totalidade do processo econômico, por Marx, pela ênfase empirista sobre a particularidade, na visão de Engels (HUNLEY, 1991, p. 8). Entretanto, Engels deparou-se com diversos materiais deixados por Marx onde constavam as duas possibilidades (visão de totalidade ou particularidade), revelando, neste ponto, uma ambigüidade original do próprio Marx, justifica Hunley. Jerrold Seigel reconhece as discrepâncias entre o manuscrito e o texto editado no volume III, mas, em contraste com Levine, aponta as modificações introduzidas por Engels como necessárias e justas. Nesse caso, Engels teria reordenado algumas seções dos capítulos 13 e 14, atribuindo um papel mais independente, mais importante, às forças contrárias da lei da tendência decrescente da taxa de lucro. Essa solução de Engels teria reduzido o suposto positivismo do texto, conforme a referida lei (*loc. cit.*).

Segundo Hunley (*ibid*, p. 17-18), os dois amigos estavam de acordo nas questões fundamentais, pois a grande prova da unidade foi o trabalho harmonioso dos dois durante aproximadamente 40 anos; as obras conjuntas de Marx e Engels (ver no último parágrafo, abaixo), além dos numerosos artigos para jornais, confirmam esse acordo fundamental; Engels

é que sugeriu o título e as frases de abertura do livro *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*; Engels deu indicações valiosas sobre o modo de produção asiático, as quais foram assumidas por Marx.

Diante da forte acusação de vulgar determinismo econômico imputada a Marx, e, sobretudo, a Engels, é indispensável mencionar a carta deste último a Bloch, em 21 de setembro de 1890:

“[...] Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em **última instância**, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem eu nem Marx afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc. as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua **forma**, como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação do primeiro grau”. (ENGELS, s.d. (f), p. 284-285 – grifos no original).

Pela avaliação de Cyril Smith (1997, p. 123-142), Engels não entendeu a atitude de Marx em relação à Economia Política. Para esse crítico, Engels ao longo do tempo teria se distanciado de suas valiosas descobertas registradas no *Esboço*, abandonando a visão ética e humana, negligenciando o significado do monopólio da propriedade privada burguesa. Cyril Smith registra ter sido um importante achado do

Esboço (1975a, p. 7) a verificação de que o velho sistema mercantil tinha “uma certa franqueza aberta, católica” e não se esmerava em torneios teóricos de Economia para encobrir todas as suas imoralidades de comércio. Mas mudaram a realidade e o discurso econômico. Os tempos eram outros. No *Esboço*, havia a identificação de que nas novas condições do mundo, agora mais humanizado, com maior importância para o valor e a moral, cabia a teoria econômica clássica com Adam Smith. No *Esboço*, a percepção pioneira dos vínculos entre economia e religião, nos marcos do protestantismo, fez Engels admirar A. Smith como o Lutero econômico, assinala C. Smith.

Assim, Adam Smith mostrou o caráter humano do comércio (ou seja, liberalismo econômico): sem guerras entre nações, sem privilégios econômicos deliberados pelo Estado, sem repressão da liberdade de decisão de cada agente econômico, sem vedação da vontade dos consumidores no ato da troca. Mas esse humanismo era muito parcial. Tudo isso, no fundo, teria sido uma “maneira de abusar da moral para fins imorais” (*ibid*, p. 7). Na realidade prevaleciam: propriedade privada como monopólio; livre concorrência para fraudar consumidores; civilização como exploração dos povos das colônias; vale-tudo da concorrência; e antagonismo entre interesses coletivos e individuais.

Para Cyril, Engels teria se afastado da crítica das categorias da Economia Política: valor de uso e valor de troca, valor e preço, trabalho, lucro e renda. Ele teria subestimado o duplo caráter do trabalho, as formas do valor e o fetichismo (CYRIL SMITH, 1997, p. 136). Engels, ao longo do tempo, teria se concentrado unilateralmente no conceito de mais-valia, teria se voltado à apreciação do valor, enfatizando meramente aspectos quantitativos. Enredou-se na questão da dialética materialista. Não valorizou a sua crítica à teoria populacional de Malthus, nos termos postos no *Esboço*. Não retomou a base humana universal empregada para criticar tanto o mercantilismo quanto a Economia Política (*ibid*, p. 126-128).

Na visão de C. Smith (*ibid*, p. 124-125), a crítica da economia política de Marx não se voltava para a descrição empírica, factual, do funcionamento em si do capitalismo nem para a proposição dos elementos

econômicos do socialismo. A palavra capitalismo nem aparece em *O Capital*. A crítica marxiana voltava-se para as idéias e as interpretações dos clássicos acerca das relações sociais engendradas pelo capital e as suas decorrentes contradições. Segundo C. Smith (*ibid*, p. 124-126), a crítica para Marx tinha a prioridade de contestar, na teoria, nas categorias, o sistema mais avançado e coerente de pensamento econômico, ou seja, a Economia Política, como explicação da natureza da sociedade moderna. A desumanidade das relações burguesas era teorizada como algo benfazejo, natural e eterno.

Para Marx, o ponto de partida da crítica da Economia Política tinha de ser a sociedade humana, o humanismo social, na avaliação de C. Smith. (*ibid*, p. 125). Em vez de capitalismo, Marx falava de capital como uma relação social, encoberta pelo fetichismo da mercadoria. O valor, para Marx, ultrapassava a quantificação, e expressava as relações humanas como se fossem relações entre coisas (20 varas de linho = um casaco). Mas, é verdade que para Engels seria diferente? Vejamos o que diz este último: “A economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes, embora estas relações estejam sempre **ligadas a coisas e apareçam como coisas**” (s.d.(e), p. 311, grifos no original).

Os fatos tornam difícil a aceitação da acusação de falsificação do pensamento de Marx por parte de Engels. Afinal, foram quase 40 anos de colaboração intelectual intensa entre os dois, com inúmeros textos escritos a quatro mãos. Ademais, é preciso ter em conta toda a atividade prática revolucionária, em afinidade política, que marcou a vida desses dois amigos. É significativo que, após a morte de Marx, a grande autoridade política do movimento socialista tenha sido Engels, estendendo, mesmo após sua morte, sua influência por muitos anos nas fileiras da II Internacional Social-democrata. Há muitas razões para terem chamado Marx e Engels como *Dioscuros*, heróis e irmãos gêmeos da mitologia grega. Para Paul Lafargue e Wilhelm Liebknecht, Engels era o *alter ego* de Marx. Segundo a filha de Marx, Eleanor, referindo-se à vida e ao trabalho dos dois, era impossível separá-los – observa Hunley (1991, p. 1).

É contraproducente, na teoria e no método, promover uma nítida separação das obras de Marx e

Engels¹. No que diz respeito à Economia, na divisão de tarefas entre os dois companheiros, Marx ocupou-se do aprofundamento e da sistematização da elaboração econômica. Mas Engels foi precursor de algumas idéias relevantes, levantou aspectos embrionários, que estimularam o estudo da Economia por Marx. Além disso, é inevitável reconhecer que Engels assumiu a responsabilidade da edição dos dois últimos volumes de *O Capital*, inclusive com o trabalho técnico de redação e, no caso do terceiro volume, com o esforço de tornar inteligíveis alguns trechos do material a partir da forma deixada por Marx. Nesse esforço, além de notas explicativas, Engels escreveu o capítulo do efeito da rotação sobre a taxa de lucro. Ademais, é incontestável o esforço de Engels para divulgar *O Capital*, rompendo a chamada Conspiração do Silêncio, através de resenhas e resumos publicados em diversos órgãos de imprensa.

É natural a possibilidade de algumas diferenças de compreensão e de enfoque entre ambos. No entanto, indiscutivelmente, Engels sempre deixou claro o papel principal de Marx no âmbito da colaboração e da elaboração teórica de ambos. Isso é especialmente registrado nos estudos econômicos. A despeito disso, antes da principal obra econômica, *O Capital*, Engels foi solicitado ao longo do tempo por Marx, confiantemente, para realizar determinadas investigações, além das correspondências e debates entre ambos, sobre os fatos e a literatura em Economia. Neste sentido, podem ser considerados, por exemplo (1986, p. 411-413): as críticas de Engels relativas às concepções que subestimavam o progresso da agricultura; a recepção de Engels das idéias de Marx contrárias à chamada escola quantitativa da moeda (massa monetária em circulação determinando os preços, comércio exterior e crises)²; as informações de Engels para Marx sobre as parcelas do consumo dos capitalistas nas receitas de suas empresas; o relatório de Engels, a pedido de Marx, sobre a crise do algodão em 1965.

São feitas acusações, no mínimo exageradas ou totalmente falsas. Assim, por exemplo, não tem cabimento dizer que Engels tenha influenciado negativamente Marx, fazendo-o supostamente simplificar, em busca de popularização, a exposição de partes do capítulo um do volume um de *O Capital*.

Na verdade, atendendo a um pedido de Marx, em carta de 3 de junho de 1867, Engels, sem prejuízo da discussão lógica e conceitual, sugeriu para aperfeiçoar a clareza do texto o recurso de ilustrações históricas do processo de formação do dinheiro, além das propostas de subdivisões na organização da redação.

Deixemos o próprio Engels explicar-se sobre metodologia, em seu prefácio da *Contribuição...*, em 1859³. Para ele (s.d.(e), p. 310, grifo no original), seria possível o emprego dos modos histórico e lógico na crítica da Economia Política. Sobre o método histórico – observando estritamente a seqüência de fatos –, Engels considera: “Esta forma apresenta, aparentemente, a vantagem de maior clareza, posto que nela se acompanha o desenvolvimento **real** das coisas, mas, na prática, a única coisa que se conseguiria, no melhor dos casos, seria popularizá-la. (...) Portanto, o único método indicado era o lógico. Mas este não é, na realidade, senão o método histórico, despojado apenas da sua forma histórica e das contingências perturbadoras”.

Mesmo nas suas obras que não têm a economia como tema principal, Marx e Engels sempre fazem referências esparsas a problemas econômicos. Por exemplo, em *A Ideologia Alemã* há bastante presença de elementos econômicos (A base real da ideologia: 1. Trocas e força produtiva; 2. Relações do Estado e do direito com a propriedade; 3. Instrumentos de produção e formas de propriedade naturais e civilizadas. Comunismo: produção do próprio modo de trocas). Então, como, nas obras conjuntas dos dois autores, seria possível localizar e separar a contribuição econômica de Marx e a de Engels e ainda colocar essas contribuições em oposição, uma em relação à outra? Isso não faz nenhum sentido. Obviamente, prevalece o critério da unicidade da abordagem da obra, apesar de escrita por duas pessoas. *A Sagrada Família* (1845), *A Ideologia Alemã* (1845-1846), *O Manifesto do Partido Comunista* (1848), *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas* (1850) são exemplos de obras escritas por Marx e Engels. Este último tem seus próprios escritos econômicos, a exemplo de: *Esboço da Crítica da Economia Política* (1844), *Prefácio à Contribuição para a Crítica da Economia Política* (1859), *(Sobre) O Capital, de Marx* (1868), *Sete artigos sobre o Tomo Primeiro de O*

Capital (1868), A Segunda Seção (exceto o capítulo X) e partes da Terceira Seção do *AntiDühring* (1878), *Prefácio ao Segundo Tomo de O Capital* (1885), *A Lei do Valor e a Taxa de Lucro* (complemento do tomo terceiro de *O Capital*, 1895), *A Bolsa* (adendo ao tomo terceiro de *O Capital*, 1895), *Sobre a Concentração de Capital nos*

Estados Unidos (1882), *Protecionismo e Livrecambismo* (1888), *Resumo do Tomo I de O Capital* (s.d).

Renildo Souza é professor do CEFET-BA e membro do Comitê Central do PCdoB.

Notas

- (1) Engels, em 1844, publicou o *Esboço* e escreveu a *Situação* (...). Referindo-se às suas concepções nesse período, Engels, em 1892, reconheceu, sobre a obra *Situação* (...), que "o livro naquilo que tem de bom, como no que tem de mau, traz ainda a marca da juventude do autor" (p. 427), "tinha então vinte e quatro anos, hoje tenho três vezes essa idade e, ao reler este trabalho, parece-me que não tenho de envergonhar-me dele" (p. 427), e "quase não vale a pena fazer notar que o ponto de vista teórico geral deste livro – no plano filosófico, econômico e político – não coincide exatamente com a minha posição atual. Em 1844, não existia ainda esse socialismo internacional moderno, que, sobretudo, e quase exclusivamente os trabalhos de Marx deveriam, entretanto, fazer dele uma verdadeira ciência. O meu livro representa uma das fases do seu desenvolvimento embrionário" (p. 433). (Engels, F. Prefácio à edição inglesa, em 1892. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. s.d.)
- (2) O monetarismo de Milton Friedman, a partir de fins dos anos 1970, tem sua origem nessas idéias já refutadas há quase 150 anos por Marx. A dinâmica da economia e o movimento dos preços tornam a circulação monetária e o sistema de crédito como fenômenos derivados, embora um erro grosseiro do Banco Central na política monetária possa criar problemas econômicos.
- (3) Prefácio em 1859, ou seja, 15 anos depois do seu *Esboço*, o que nega a acusação de que Engels, com o correr do tempo, teria perdido sua compreensão da crítica da Economia Política e se distanciado do pensamento de Marx neste terreno.

Referências

- ENGELS, Friedrich. (1975a). "Esbozo de crítica de la economia política". In: MARX, Karl e *Escritos econômicos vários*. Barcelona: Grijalbo.
- (1975b). "La ley del valor e la cuota de ganância". In: MARX, Karl e *Escritos econômicos vários*. Barcelona: Grijalbo.
- (1975c). "La bolsa". In: MARX, Karl e *Escritos econômicos vários*. Barcelona: Grijalbo.
- (s.d.(a)). *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Presença: Lisboa.
- (s.d.(b)). Prefácio: "Aos trabalhadores ingleses". In: *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Presença: Lisboa.
- (s.d.(c)). Introdução. In: *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Presença: Lisboa.
- (s.d.(d)). Prefácio à edição inglesa em 1892. In: *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Presença: Lisboa.
- (s.d.(e)). "A contribuição para a crítica da economia política, de Karl Marx". In: MARX, Karl e *Obras Escolhidas*, vol. 1. São Paulo: Alfa-ômega.
- (s.d.(f)). Carta de Engels a Bloch, em 21 de setembro de 1890. In: MARX, Karl e *Obras escolhidas*, vol. 3. São Paulo: Alfa-ômega.
- (1985). Prefácio à Edição de 1884. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- (1985) *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- (1990). *AntiDühring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GORENDER, Jacob. (1982). Introdução. In: MARX, Karl. *Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural.
- HUNLEY, J. D. (1991). "The intellectual compatibility of Marx and Engels". In *Social Theory & Practice*, Tallahassee, v. 17, issue 1, spring.
- INSTITUTO DE MARXISMO-LENINISMO. PCUS (1986). *Biografia de Friedrich Engels*. Lisboa: Avante.
- MARX, Karl. (1997). *Elementos fundamentais para la crítica de la economia política (Grundrisse) 1857-1858*. 13ª ed., México: Siglo Veintiuno. Vol. 2.
- (1988a). Posfácio da segunda edição. In: *O capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural. Livro primeiro, vol. I, tomo I.
- (1988b). *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural. Livro primeiro, vol. I, tomo I.
- (1988c). *O Capital: crítica da Economia Política*. 3ª ed., Livro terceiro, volume IV, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural.
- (1999). *Prefácio*. In: *Contribuição para a crítica da economia Política*. São Paulo: Nova Cultural.
- e ENGELS, Friedrich. (2002). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- SMITH, Cyril (1997). "Friedrich Engels and Marx's critique of political economy". *Capital & Class*, Londres, v. 62, summer.

Marxismo, história e revolução burguesa

*(final)**

AUGUSTO BUONICORE

A idéia de revolução como um processo diluído no tempo está presente na maioria das obras dos historiadores brasileiros

A idéia de revolução enquanto um processo diluído no tempo, não como uma insurreição concentrada em poucos dias, também está presente na maioria das obras dos historiadores brasileiros, particular-

mente os de esquerda. Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936) escreve: "A forma visível dessa revolução não será, a das convulsões catastróficas, que procuram transformar de um mortal golpe (...) os valores longamente estabelecidos. É possível

* Veja parte 1 em *Princípios* 82.

que algumas de suas fases culminantes já tenham sido ultrapassadas, sem que possamos avaliar desde já sua importância transcendente. Estaríamos vivendo entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta para vir à luz”.

Prado Jr. em *Evolução Política do Brasil* (1933), especialmente no capítulo “A revolução”, adotou uma visão ampliada do que ele chama de Revolução da Independência. Nela, abarca todo o período da chegada da família real (1808) até a destituição de D. Pedro I (1831). Em *A Revolução Brasileira* (1966) escreve: “O termo ‘revolução’ encerra uma ambigüidade (...) que tem dado margem a freqüentes confusões. No sentido em que ordinariamente usado, ‘revolução’ quer dizer o emprego da força e da violência para a derrubada de governo e tomada do poder por algum grupo, categoria social ou outra força qualquer de oposição. (...) Mas ‘revolução’ tem também o significado de transformação do regime político-social (...) O significado próprio se concentra na transformação, e não no processo imediato através de que se realiza”.

O historiador marxista Nelson Werneck Sodré, em sua *Introdução à Revolução Brasileira* (1958), procura definir o termo que utiliza: “Como Revolução Brasileira, entendemos o processo de transformação, que o nosso país atravessa, no sentido de superar as deficiências originadas de seu passado colonial e de estar incompleta a revolução burguesa no seu desenvolvimento histórico”. Para ele, em uma de suas últimas obras, *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil* (1990), a Revolução burguesa aqui “foi uma revolução sem grandes lances. Seu início (...) pode ser marcado pela etapa preliminar dos fins do século XIX, mas principalmente pelo movimento de 1930. A partir deste, a revolução burguesa está definida e continuará avançando. O seu problema essencial consiste na coexistência com o latifúndio feudal (...) e com o imperialismo (...) Aceita, pois, a resistência do Brasil arcaico e hesita em romper com ele. É uma classe que realiza sua revolução deixando incompletas as suas tarefas específicas”.

As interpretações marxistas sobre a revolução brasileira

Existe um rico debate no campo do marxismo brasileiro em torno da definição do caráter da revolu-

ção brasileira. Existiriam ou não etapas nessa revolução? Estávamos diante de uma revolução burguesa ou proletária? Quais classes deveriam ser envolvidas nesse movimento?

A primeira tentativa de interpretação marxista sobre o Brasil e, portanto, da revolução brasileira foi feita por um jovem dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCB): Octávio Brandão. Coube a ele a redação do texto *Agrarismo e Industrialismo*, publicado em 1926. Esta foi a primeira tentativa de interpretação “marxista-leninista” do Brasil – o seu principal objetivo foi captar a dinâmica da revolução democrática e construir uma estratégia adequada para o movimento comunista.

Brandão, bem antes do VI Congresso da Internacional Comunista, afirma o caráter feudal da nossa formação econômico-social e da superestrutura político-jurídica. Escreve ele: “Dominado por esse agrarismo econômico bem centralizado, o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político (...) O agrarismo político é a dominação política dos grandes proprietários (...) O fazendeiro de café, no sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor. O senhor feudal implica a existência do servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, é o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas. A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumeeira e a servidão no alicerce”.

Para enfrentar o agrarismo propôs a constituição de uma frente interclassista: “O fazendeiro de café só será derrubado pela frente única momentânea do proletariado com a pequena-burguesia e a grande burguesia industrial”. A estratégia da revolução burguesa no Brasil teria como paradigma a revolução francesa de 1789 e a russa de fevereiro de 1917. Buscou reproduzir, a seu modo, a tática leninista de 1905. “Apoiemos, como aliados independentes, como classe independente, a pequena-burguesia na sua luta contra o fazendeiro de café, pois, segundo Marx, é preciso sustentar os partidos pequeno-burgueses quando estes resistem à reação. Empurremos a pequena-burguesia à frente da batalha (...) Procuremos arrastar as grandes massas operárias e camponesas em torno de palavras de ordem simples, concretas, práticas e imediatas. Não esqueçamos que o Brasil, como a Rússia, é um país agrário (...) Empurremos a revolução da burguesia industrial – o

1789 brasileiro, o nosso 12 de março de 1917 – aos seus últimos limites, afim, de transpostas a etapa da revolução burguesa, abrir-se a porta da revolução proletária, comunista”.

Brandão, nesse trabalho, faz uma previsão genial sobre a crise revolucionária que se abriria alguns anos depois: “Temos, pois em perspectiva, sérias batalhas de classe, isto é uma situação revolucionária. Se os revoltosos pequeno-burgueses souberem explorar a rivalidade imperialista anglo-americana e a luta entre os agrários e os industriais, se procurarem uma base de classe para a sua ação, se o proletariado entrar na batalha e se essas contradições coincidirem com a luta presidencial e as complicações financeiras, será possível o esmagamento dos agrários (...) Dada esta situação objetiva, a vitória da pequena-burguesia aliada a grande burguesia industrial e, posteriormente, a vitória do proletariado, será meras questões subjetivas. Dependerão da capacidade dos revoltosos pequeno-burgueses e dos revolucionários proletários”.

Essas teses foram, no essencial, reafirmadas no artigo “O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa” (1928). Nele, Brandão afirma que a nossa revolução seria democrática pequeno-burguesa. Baseou-se na destacada participação política das classes médias urbanas, através do movimento tenentista, nos processos revolucionários. É nítida a confusão entre o conteúdo social das tarefas a serem realizadas pela revolução – burguesa ou proletária – com as forças sociais que assumem a direção ou têm nela um papel destacado. Isto seria corrigido logo em seguida – quando a revolução passou a ser definida como democrático-burguesa.

Mas, destaque-se, o próprio termo utilizado para definir a revolução brasileira visava a distingui-la da revolução ocorrida na Rússia em 1917; ou seja, procurava captar suas peculiaridades, a sua originalidade. Afinal, no Brasil, as classes médias urbanas tiveram uma importância política e social maior que a dos camponeses.

Estas teses foram duramente criticadas pela Internacional Comunista a partir de 1929. Brandão foi acusado de menchevismo e as resoluções dos congressos do PCB foram consideradas oportunistas. O esquerdismo e o obreirismo, incentivados pela Internacional, passaram a imperar no interior do partido.

Abandonou-se a proposta de aliança preferencial com a pequena-burguesia urbana, através do movimento tenentista. As reflexões originais sobre a formação econômica e social brasileira foram abandonadas e substituídas por esquemas mais rígidos. Como resultado, quando, em outubro de 1930, chegou a “terceira revolta” prevista por Brandão, os comunistas estavam desarmados teórica e politicamente e ficaram fora do movimento.

Caio Prado Júnior e a revolução brasileira

Foi Caio Prado Jr. que, pela primeira vez, realizou uma consistente tentativa de analisar o conjunto da história brasileira utilizando o instrumental oferecido pelo marxismo. Neste sentido foi mais longe que o pioneiro ensaio de Octávio Brandão. Já em seu primeiro livro, *Evolução Política do Brasil* (1933), começa a questionar a tese predominante sobre o domínio de relações de produção feudais na história do Brasil. Escreve ele: “no Brasil-Colônia, a simples propriedade da terra independente dos meios de explorar, do capital que a fecunda nada significa. Nisto se distingue a nossa formação da Europa medieval saída da invasão dos bárbaros (...) O domínio econômico e político dos senhores feudais resultou assim direta e unicamente da apropriação do solo, o que automaticamente gerava em relação a eles os laços de dependência dos primitivos ocupantes. Aqui, não (...) Falto-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu”. Numa nota de rodapé afirma: “podemos falar de feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir paralelismo que não existe, entre nossa economia e a da Europa medieval”.

Ao negar o caráter feudal de nossa colonização, foi para o extremo oposto e acabou afirmando a predominância do capitalismo no Brasil desde os primórdios. Um fato interessante, pelo menos para um autor marxista, é ele não utilizar conceitos considerados chave, como modos de produção, relações de produção e formações social-econômicas. Isto foi parcialmente remediado em seu último e mais polêmico livro: *A revolução brasileira* (1966).

A não-centralidade desses conceitos fez com que ficasse imprecisa sua noção de classe social – inclusive de burguesia e de proletariado. Para ele a empresa

agro-exportadora e seus proprietários eram capitalistas. Assim como o era a superestrutura político-jurídica: o Estado. A sua preocupação excessiva de provar a existência de capitalismo no Brasil levou-o a minimizar a diferença entre trabalho escravo, trabalho servil e trabalho livre. Em seu primeiro livro chega a afirmar: “Trabalhadores escravos ou pseudolivres, ou simplesmente rendeiros, todos em linha gerais se equivalem. Vivem do seu salário, diretamente de suas produções ou do sustento que lhes concede o senhor; suas condições materiais de vida, sua classificação social é praticamente a mesma”. Esta formulação é completamente estranha à teoria de classe marxista.

Prado Jr. também não distingue latifundiários escravistas de burguesia moderna. Isto se traduziu na sua compreensão sobre o caráter do Estado brasileiro durante o Império escravista. Chegou à conclusão, a nosso ver incorreta, de que após as derrotas das revoltas regenciais o Império se estabilizou “no seu natural equilíbrio: a monarquia burguesa” e “a grande burguesia nacional” entrou “no gozo indisputado do país”. Nada mais claro: se a economia durante o império era predominantemente capitalista a superestrutura político-jurídica também devia sê-lo.

Vários autores, como Nelson Werneck Sodré, já alertaram que Prado Jr. confundia a existência, ou mesmo o predomínio, de relações mercantis com a existência do modo de produção capitalista. Isto explica que ele possa definir como capitalista uma formação social baseada fundamentalmente no trabalho escravo. Para ele as relações comerciais eram os fatores determinantes. Em *Formação do Brasil Contemporâneo* chega a escrever: “A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização”. Ele enquadrava o Brasil colonial como parte, como prolongamento, do sistema capitalista mundial em expansão através da internacionalização do comércio.

Para Caio Prado Jr., se nosso passado colonial e monárquico nunca foi feudal não teria sentido falar em “resquícios feudais” na estrutura social e econômica do Brasil republicano. Como o capitalismo já era uma realidade desde o século XVII e a burguesia

brasileira a classe politicamente dominante pelo menos desde a independência (1822), a própria idéia de revolução burguesa perderia sentido. Eis aqui, utilizando uma expressão de Roberto Schwarz, uma “idéia fora de lugar”.

Nelson Werneck Sodré e a tese feudal

No entanto, a tese que predominou amplamente até meados da década de 1960 foi a chamada tese feudal. Isto porque foi defendida ardentemente pelo maior partido da esquerda brasileira, o Partido Comunista do Brasil (PCB) até 1962 – quando um grande cisma deu origem ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Apesar das diferenças entre a estratégia e a tática destas duas organizações comunistas ambas continuaram apregoando a existência de resquícios feudais e a necessidade de serem superados pela revolução de caráter democrático-burguesa.

No seu informe político no IV Congresso do PCB, ocorrido em 1954, Prestes afirma: “Estão, assim, nos imperialistas norte-americanos e nos restos feudais os principais inimigos do progresso do Brasil (...) A revolução brasileira em sua etapa atual é, assim, uma revolução democrática popular, de cunho antiimperialista e agrário antifeudal. É uma revolução contra os imperialistas norte-americanos e contra os restos feudais (...)”. Quanto ao papel da burguesia nacional afirma: “A burguesia nacional não é, portanto, inimiga; por determinado período pode apoiar o movimento revolucionário contra o imperialismo e contra o latifúndio e os restos feudais”. O outro setor da burguesia brasileira – a burguesia compradora – comporia o campo da contra-revolução.

Coube a Nelson Werneck Sodré a adaptação mais consistente desta tese para o Brasil. Ele buscou, a partir da “tese consagrada”, as especificidades da formação econômica e social brasileira. Ele partiu das teses da Internacional Comunista, mas não se prendeu dogmaticamente a elas e por isto mesmo trouxe contribuições originais à historiografia marxista brasileira.

Para ele não se poderia confundir a existência, e mesmo predominância, do capital mercantil com a existência do modo de produção capitalista. O capital

mercantil antecede centenas de anos ao capitalismo. E conclui, corretamente: “Onde não há trabalho assalariado, não há burguesia, não há capitalismo”.

Segundo Sodré, a formação econômica e social brasileira era bastante complexa. No período colonial e monárquico existiram simultaneamente relações de produção comunista primitiva, escravista, feudal e capitalista. Com a abolição das relações escravistas (1888) continuaram existindo e convivendo as demais relações, sendo que ocorreu uma expansão maior das relações semifeudais e capitalistas.

As três grandes características da nossa formação econômico-social foram: 1º) a grande propriedade; 2º) o modo de produção escravista; e 3º) o regime colonial. Constatou o predomínio de relações de produção escravistas nos centros econômicos mais importantes do país, pelo menos até a década de 1880. A partir do século XVII as relações de produção feudais (ou semifeudais) expandiram-se nas regiões decadentes, como as produtoras de cana-de-açúcar nordestina e de mineração. Elas se expandiriam ainda mais durante os estertores da escravidão. Sodré denominou este processo como “regressão feudal”.

O desenvolvimento do capitalismo no país era obstaculizado pela permanência de relações de produção de caráter semifeudal e a dependência em relação ao imperialismo, particularmente o norte-americano. Neste quadro, teria sentido ainda falarmos em revolução democrática burguesa no Brasil.

Não há dúvida de que Werneck Sodré, apesar de seus acertos, alimentou ilusões sobre a capacidade da chamada burguesia nacional – na qual inclui setores da grande burguesia – para seguir o caminho da luta revolucionária e antiimperialista. Não se trata aqui de questionarmos a necessidade de se estabelecer alianças pontuais contra o imperialismo (e o latifúndio) e sim a possibilidade de construção de alianças estratégicas com aquele setor das classes dominantes. Neste caso, a história não deu razão àquela tese de Sodré.

Gorender e a tese do escravismo colonial

Na década de 1970 uma tese original viria a introduzir novos elementos a esta discussão: aquela, segundo a qual, o modo de produção na colônia e no

Império não era nem feudal, nem capitalista, mas, sim, escravista colonial (ou escravista moderno). Os seus principais defensores foram os historiadores Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender.

Naquele momento a historiografia passava a valorizar mais a dinâmica interna à própria formação econômica e social brasileira e a desenvolver mais os estudos empíricos. Conforme afirma José Carlos Ruy, “foi sendo aprofundado o entendimento dessa dinâmica (interna), de tal forma que, desde então, as formulações oriundas, ou inspiradas, nas teses da Internacional Comunista puderam ser ultrapassadas, no sentido dialético do termo: incorporando a parte racional de suas contribuições, e descartando aquilo que o conhecimento dos fatos desautoriza”. Estas teses tradicionais, embora importantes, tenderam a encobrir as especificidades e a originalidade da história brasileira.

Flamarion e Gorender, estudando o período anterior à abolição, chegaram à conclusão irrefutável de que existiu a predominância de relações de produção escravistas sobre as demais e, portanto, o modo de produção existente no Brasil deveria ser definido como escravista moderno ou colonial. O paradigma europeu, finalmente, podia ser superado, captando assim a singularidade do caso brasileiro. Gorender desenvolveu esta tese no seu livro *O Escravismo colonial*.

Dentre as contribuições desta obra, ela forneceu a base teórica para uma melhor compreensão da dinâmica da luta de classes durante todo o período colonial e monárquico, especialmente a luta dos negros escravizados. Contraditoriamente, a historiografia marxista não tinha colocado como centro de suas preocupações a luta entre as classes fundamentais da sociedade brasileira. Nisto, inclusive, se distinguem dos trabalhos de Marx e Engels que tinham a luta de classe como central para compreensão do desenvolvimento das sociedades.

O escravo podia assim aparecer com um novo estatuto na historiografia e na sociologia brasileiras. Ele não era mais um simples elemento passivo e sim um agente importante no processo de transformação da sociedade. A esta conclusão havia chegado, ainda na década de 1950, o historiador marxista negro Clóvis Moura em *Rebeliões da Senzala*. A valorização da luta dos escravos, realizada por este autor, se incluía

dentro de um quadro teórico ainda limitado. A obra pioneira da Moura encontraria seu complemento no trabalho teórico de Flamarion e Gorender.

O escravismo moderno predominante no Brasil desenvolveu-se à sombra – e na dependência – do capital mercantil e nos marcos da expansão do modo de produção capitalista nos países da Europa ocidental e nos Estados Unidos. No Brasil a escravidão se articulou de maneira dinâmica com uma “economia voltada principalmente para o mercado exterior, dependendo deste o estímulo originário ao crescimento das forças produtivas; a troca de gêneros agropecuários e/ou matérias primas minerais por produtos manufaturados estrangeiros, com uma forte participação de bens de consumo na pauta de importações”.

Para Gorender, o capitalismo no Brasil surgiu lentamente a partir da desagregação do modo de produção escravista moderno. Após a “revolução da abolição” abriu-se um período histórico intermediário, de transição, em que conviveram, de maneira articulada, elementos desses dois modos de produção. Gorender se recusa a utilizar os termos “resquícios feudais” e “regressão feudal”. Prefere o termo impreciso “relações pré-capitalistas”. Talvez pudesse usar “resquícios escravistas” – como fazem alguns documentos do próprio PCB. Embora isto não resolvesse o pro-

blema das relações de produção existentes em regiões onde não predominou o escravismo. Nestes casos, talvez, a definição de Sodré estivesse mais próxima da realidade.

No livro *A burguesia brasileira* Gorender chega a afirmar: “a revolução burguesa é uma categoria inaplicável à história do Brasil”. No entanto, contraditoriamente, em outra passagem, diz: “a Abolição foi a única revolução social jamais ocorrida na História de nosso país”, pois “a extinção do escravismo colonial retirou o principal obstáculo à expansão das forças produtivas modernas e das relações de produção capitalistas, isto não significa, contudo que o modo de produção capitalista se afirmou de imediato como dominante na formação social emergente”. E em *Escravidão Reabilitada*, escrito alguns anos depois: “A revolução abolicionista fez as vezes da revolução burguesa no Brasil. De maneira taxativa, cabe afirmar que a revolução abolicionista foi a revolução burguesa no Brasil”. Eis de volta o problema da revolução burguesa, que ele havia negado categoricamente. Era inaplicável ao Brasil a proposta de revolução burguesa no pós-1950.

Augusto Buonicore é historiador e membro da Comissão Editorial de Princípios.

Referências

- BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo*, 1926 (o livro saiu com o pseudônimo de Fritz Mayer).
- BUONICORE, Augusto C. “A formação do Estado burguês no Brasil”, in Costa, Silvio (org) *Concepção e formação do Estado Brasileiro*, Anita Garibaldi e Universidade Católica de Goiânia, 2004.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*, Ática, São Paulo, 1980.
- A escravidão reabilitada*, Ática, São Paulo, 1990.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1983.
- PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1980.
- História econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1982.
- Formação do Brasil contemporâneo*, Brasiliense, São Paulo, 2000.
- RUY, José Carlos. “Visões do Brasil”, in *Princípios*, nº 52 a 59, Anita Garibaldi, São Paulo, 1999/2000.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*, Paz e Terra, São Paulo, 1985.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.
- Formação histórica do Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.
- A história da burguesia brasileira*, Vozes, Rio de Janeiro, 1983.
- Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, Graphia, Rio de Janeiro, 1997.

O direito à festa e à luta

EMIR SADER

Em torno do segundo mandato de Lula há a perspectiva de uma reaglutinação mais ampla da esquerda. Aqui, o professor Emir Sader explicita idéias, comuns a setores da esquerda brasileira, sobre o primeiro mandato de Lula e manifesta a esperança de que o novo governo contribua para construir um Brasil justo, solidário, democrático e humanista. Como intelectual, Sader participou da campanha por meio da publicação de textos e análises. Num deles polemizou com o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, o que resultou em processo e absurda condenação. *Princípios* junta-se a um conjunto de intelectuais e entidades e expressa sua solidariedade ao destacado intelectual

Há exatamente quatro anos comemorávamos – tantos de nós na Avenida Paulista, outros tantos pelo Brasil afora e para além daqui – finalmente a vitória de Lula, a vitória do PT, a vitória da esquerda. Encontrávamos tanta gente que colocava para fora, nas lágrimas, nos gritos, tanta coisa reprimida que vinha de longe: da lembrança dos companheiros que não puderam comemorar aquilo conosco às frustrações acu-

muladas de ver o país ser despedaçado pelo governo que terminava – finalmente – derrotado naquele dia.

Comemorávamos, mas com um travo amargo na garganta. Sabíamos tratar-se do nosso governo, mas alguma coisa nos escapava ali. Ganhávamos, fechávamos o governo FHC com sua derrota – o mais importante naquele momento –, mas se desenhavam sombras sobre a vitória a indicar que ela nos escapava. Da “Carta aos brasileiros” ao “Lulinha, paz e amor”, de Duda Mendonça a Palocci e – confirmando tristemen-

te as sombras, a Henrique Meirelles –, mais alguma coisa nos apontava que a nossa vitória não era necessariamente nossa vitória, a vitória da esquerda, a vitória do antineoliberalismo, a vitória do “outro mundo possível” pelo qual estivéramos lutando tanto tempo.

Havíamos lutado contra as privatizações, havíamos lutado contra as (contra) reformas neoliberais, de menos Estado, menos políticas sociais, menos regulamentação, menos direitos trabalhistas, menos empregos formais, menos soberania, menos esfera pública, menos educação pública, menos cultura pública. Havíamos lutado contra a cassação de direitos dos trabalhadores, dos aposentados, dos trabalhadores sem terra, das universidades públicas, da saúde pública. Havíamos resistido e, naquele dia, sentíamos que, apesar de tudo o que havia sido dilapidado do país, havíamos derrotado o projeto neoliberal de FHC, havíamos triunfado.

O dia da posse e dia do discurso de Lula em Brasília pareciam o ponto de chegada de mais de uma década de lutas de resistência, em que o Brasil se havia tornado depositário das esperanças da esquerda de todo o mundo. O Brasil de Lula, do PT, do MST, da CUT, de Porto Alegre, do orçamento participativo, do Fórum Social Mundial.

Nossas desconfianças se confirmaram com mais rapidez do que supúnhamos. Henrique Meirelles, manutenção da taxa de juros, superávit fiscal – eram pontas de iceberg mais profundo: a manutenção do modelo econômico herdado de FHC. Primeiro, chamado de “herança maldita”. Que não foi desembrulhado como pacote, para mostrar o Brasil desfeito e refeito como Bolsa de Valores nas mãos dos tucano-pefelistas, o Brasil da privatária na educação e na cultura, do maior escândalo da história do país com a privatização das estatais – saneadas com o dinheiro público do Bndes, para, em seguida, ser vendida a preço de banana novamente com recursos públicos do Bndes.

Em nome da superação dessa “herança” nos foi empurrada uma (contra)reforma da previdência, que desatou um fatal desencontro entre os movimentos sociais e o governo, porque assinalava um caminho de “reconquistar a confiança do mercado” à custa de direitos sociais dos trabalhadores. O nosso governo fazia o que chegou a ser dito que fazíamos, “o que FHC não tinha tido coragem de fazer” – sem dizer que era porque não teve força, pela resistência que nós lhe opusemos.

Não demorou para o modelo – primeiro chamado de “herança maldita” – ser perenizado, com a manutenção das taxas de juros reais mais altas do mundo, com um superávit fiscal mais alto que o definido pelo FMI, com a ditadura dos “contingenciamento” de recursos pela equipe econômica, que passou a ter o poder de definir quantos recursos iriam (ou não iriam) para as políticas sociais, qual o aumento possível do salário mínimo e tudo o mais que deveria ter sido a referência central do governo, se fosse para cumprir a “prioridade do social” para o qual tinha sido eleito.

Logo se perpetuou o modelo, logo se afirmou que ela era o melhor, se agradeceu em abraço ao antecessor de Lula pela herança – a partir dali rebatizada de bendita – que havia deixado e se afirmou que “dez anos eu tivesse, dez anos manteria este superávit fiscal”. Acompanhava-se um discurso desmobilizador, de auto-complacência, que não apontava quais eram os adversários, os que haviam produzido o país mais injusto do mundo, que levou Lula à presidência para redimi-lo e não para perenizá-lo.

Nunca sentimos tanta amargura. Porque uma coisa era ver o país ser despedaçado pelos que nos haviam derrotado, outra era ver uma equipe no Banco Central completamente alheia a toda a tradição dos economistas do PT se dar o direito de predominar sobre o que notabilizou o PT – suas políticas sociais. Outra coisa era ver grandes empresários fazerem predominar seus interesses agro-negócios-exportadores de disseminação dos transgênicos, sobre os sem terra, a reforma agrária, a economia familiar, a auto-suficiência alimentar, no nosso governo. Outra coisa era ver as rádios comunitárias ser reprimidas ao invés de incentivadas e a imprensa alternativa sobreviver a duras penas, enquanto o governo continuava a alimentar os grandes monopólios antidemocráticos da mídia privada. Outra coisa era ver os softwares alternativos ser subestimados ou descartados em favor dos grandes lobbies das corporações privadas. Pelo nosso governo.

Foi duro, foi muito duro. Talvez tivesse sido mais fácil – se tudo fosse pensado do ponto de vista da biografia individual de cada um – ter rompido, ter ido embora, ter dito tudo o que o governo merecia ouvir, com todos os tons e sons. Mas teria sido dizer que tínhamos sido irremediavelmente derrotados, que tudo o que tínhamos feito nas décadas anteriores tinha desembocado numa imensa derrota. Teria sido aban-

donar as trincheiras de luta que tínhamos construído com tanto esforço e sacrifício.

Dava vontade. Em certos momentos teria sido muito mais fácil deixar correr solta a palavra, aderir à teoria da “traição”, refugiar-nos nas denúncias e abandonar a possibilidade de construir uma alternativa concreta.

Como se não bastasse tudo isso, vieram os “escândalos”: Waldomiro Diniz, Roberto Jéferson, “mensalão”, “sanguessugas” – cada um como uma nova estaca no nosso coração. A imagem ética do PT, construída como a menina dos nossos olhos era revertida. Nós nos tornávamos o partido dos “maiores escândalos da história do país”. A palavra “petista” passava a ser revestida de uma desconfiança de “corrupção”. Nada de pior poderia acontecer a um partido que tinha nascido, crescido, se fortalecido e se tornado vitorioso com as bandeiras da “justiça social e da ética na política”. Não éramos fiéis nem a uma nem à outra.

No entanto, não nos fomos. Ficamos. Seguimos tentando encontrar os fios para retomar o caminho de que nos havíamos desviado. Sabíamos que os grandes enfrentamentos ainda estavam por ser dados. Sabíamos que nossa política externa era a correta e se havia tornado essencial para o continente – agora povoado de governos progressistas, como nunca na história da América Latina. Sabíamos que nos podíamos orgulhar da Petrobras – quase transformada em Petrobrax nas mãos criminosas dos tucanos –, da auto-suficiência em petróleo, de que uma das maiores empresas do mundo havia resgatado o Brasil da crise do petróleo através de uma tecnologia de pesquisa e extração de petróleo em águas profundas, com tecnologia nacional e pública. Sabíamos que a privatária na educação, que havia feito proliferar faculdades e universidades privadas como verdadeiros shopping-centers que vendiam educação como big-macs, havia terminado. Que se fortaleciam as universidades públicas, que passávamos a ter, pela primeira vez, políticas públicas de cultura, abertas à criatividade e à diversidade popular. Que Lula não era FHC, que o PT não era o PSDB. Que os movimentos sociais não eram mais criminalizados e reprimidos. Que a relação com Venezuela, Bolívia, Cuba, Argentina, Uruguai – era de irmandade e não de preconceitos de quem olha para o Norte e para fora. Que a Alca tinha sido brecada e derrotada pela nossa política externa.

Que o Brasil tinha sido o principal responsável pela reparação do Sul do mundo no cenário internacional com o Grupo dos 20 e as alianças com a África do Sul e a Índia. Que as políticas sociais do governo, mesmo não sendo as que historicamente haviam caracterizado o PT, mudavam, pela primeira vez o ponteiro da desigualdade – a maior do mundo, o maior desafio da história brasileira – no sentido positivo. Que nem que fosse por solidariedade com a grande maioria dos brasileiros – pobres, miseráveis, excluídos, discriminados, humilhados e ofendidos secularmente –, tínhamos de valorizar essas políticas sociais.

Ficamos também porque sabíamos que ir-se seria recair na velha e infértil tentação do refúgio no doutrinarismo – caminho justamente que o PT se havia proposto a superar. Seria retomar o velho círculo de Sísifo, interminável de avanços, vitória, “traição” e retomada da resistência. Como uma tragédia grega que havia condenado a esquerda a ter razão, mas ser sempre derrotada. A ter vergonha e desconfiança da esquerda que triunfa. Dos desafios que a construção de uma hegemonia alternativa coloca diante de nós.

Valeu a pena termos ficado, termos continuado na luta, termos acreditado ser este o melhor espaço de luta, de acumulação de forças, de construção de alternativas para o Brasil. Não porque tenhamos triunfado nas eleições. Claro, também por isso. Porque derrotamos o grande monopólio privado da mídia, demonstrando ser possível e indispensável construir formas democráticas de expressão da opinião pública, tirando-a das mãos oligopólicas das quatro famílias que se acreditavam donas do que se pensa no Brasil. Claro, porque derrotamos o bloco tucano-pefelista – e de cambulhada mandamos para a aposentadoria política Tasso Jereissatti, ACM, Jorge Bornhausen, FHC –, derrotamos a direita.

Mas principalmente porque recuperamos a possibilidade de construir um “outro Brasil” – caminho que parecia fechado em meio a tanto superávit fiscal, a taxas de juros exorbitantes, a tantas denúncias.

Recuperamos, especialmente no segundo turno, porque chamamos a direita de direita. Dissemos um pouco das desgraças que eles fizeram para o Brasil – finalmente abrimos o dossiê da “herança maldita”. Criminalizamos as privatizações, possibilitando que aparecesse à superfície a condenação majoritária dos brasileiros a um processo embelezado e sacralizado

pela mídia e pelos arautos do grande capital privado dentro dela. Porque apelamos à mobilização popular, porque fizemos uma campanha de esquerda no segundo turno. Porque comparamos o governo deles com o nosso que, mesmo com todas as suas fraquezas, mostrou-se inquestionavelmente superior ao deles. Foi isso que triunfou. Triunfamos pelo que mudamos, não pelo que mantivemos. Ganhamos porque nos mostramos diferentes e não iguais a eles.

Comemoramos agora de novo, na Avenida Paulista ou em tantos outros lugares – antes de tudo nesses milhões de casas de beneficiários da Bolsa Família, da eletrificação rural, dos micro-créditos, do aumento do salário mínimo, mas principalmente os dignifica, ao se sentirem contemplados e representados. Nessas casas onde nunca se duvidou que este governo é melhor que todos os outros. Que nos deram a lição da tenacidade e da resistência contra as campanhas terroristas da mídia.

Comemoramos com o mesmo travo amargo na garganta, mas com esperança e com mais confiança. Comemoramos o direito de ter outra oportunidade. Comemoramos a força que conseguimos construir e reconstruir. Comemoramos o direito de sair da política econômica conservadora que impediu o crescimento econômico e poderia bloquear a extensão do crescimento social – caso perdurasse a ditadura dos “contingenciamentos” de recursos. Comemoramos o direito de banir essa maldita expressão – “contingenciamento” – do vocabulário político do governo.

Comemoramos o direito a reabrirmos espaços de luta e de esperança que nossos erros haviam ameaçado de fechar. Comemoramos porque conseguimos nos salvar de uma derrota que teria condenado a esquerda – e com ela, o país – a muitos anos de novos retrocessos. Comemoramos porque bloqueamos a possibilidade de regressões na América Latina e seguimos nos somando aos processos de integração. Comemoramos porque neste momento assinamos acordo com a Bolívia, demonstrando que o caminho do diálogo e do entendimento com os países amigos é o caminho correto.

Não foi fácil manter a dignidade e a esperança, mesmo durante a campanha. Mas resistimos, com dignidade, até que triunfamos. E reconquistamos o direito à esperança. Principalmente no segundo turno, com uma campanha de esquerda, de reivindicar o Brasil que queremos, enunciando os inimigos de um

Brasil justo e solidário – as forças políticas, midiáticas, econômicas: as elites tradicionais.

Ganhamos o direito a lutar, a lutar por um governo que finalmente promova a prioridade do social, seja um governo pós-neoliberal, trabalhe pela construção de uma democracia com alma social.

Comemoremos, porque merecemos a vitória, apesar dos nossos erros. Mas para estar à altura da nossa vitória, temos que fazer dela uma vitória da esquerda. Uma vitória que esteja à altura do emocionante apoio recebido pelo governo, ao longo de toda a campanha, dos mais pobres, dos mais marginalizados, dos que constituem a grande maioria dos brasileiros, dos que trabalham mais e ganham menos. Dos que souberam, como ninguém, resistir à enxurrada de propaganda que a mídia despejou sobre todos. Fazer do novo governo, antes de tudo o governo deles. De todos os brasileiros, mas, sobretudo, dos que sempre foram marginalizados, excluídos, reprimidos, que sempre viveram e morreram sobrevivendo, no anonimato, no silêncio, no abandono.

Comemoremos, mas juremos nunca mais deixar que o nosso governo se desvie do caminho do desenvolvimento econômico e social, das políticas de universalização dos direitos, de democratização da mídia, de socialização da política e do poder. Nunca mais aceitarmos que o nosso governo se confunda com o governo dos outros, faça e diga o que os outros disseram e nos legaram a “herança maldita”.

Comemoremos e retomemos a luta, em condições melhores, por um “outro Brasil possível”, que está ao alcance de nós, do governo, do PT, da esquerda, dos movimentos sociais, da intelectualidade crítica, da militância política e cultural. Dessa luta depende o segundo governo Lula, que conquistamos com muito sofrimento e tenacidade.

Soubemos dizer “Não à direita”, saibamos dizer “FHC nunca mais”, saibamos construir a “prioridade do social”, saibamos derrotar a direita em todos os planos, saibamos construir um Brasil justo, solidário, democrático e humanista. Para voltarmos a comemorar daqui a quatro anos, sem travos amargos, sem desconfiança, com o coração e a mente orgulhosos do país que soubemos construir.

*Emir Sader é cientista político e presidente da CLACSO.
(Publicado originalmente em pt.org.br).*

A China e a Economia Política do socialismo

ELIAS JABBOUR

O sucesso do modelo mercantil sob orientação socialista na China suscita o necessário resgate de uma elaboração científica da Economia Política do socialismo

O sucesso do modelo mercantil sob orientação socialista na China suscita o necessário resgate de uma elaboração científica da Economia Política do socialismo. Mas não somente isto. O êxito chinês bem analisado pode servir à contraposição ao senso comum – nascido na década de 1930 e que se exacerbou na década de 1990 acerca da inviabilidade econômica do socialismo.

Como ressalva inicial – antes do debate teórico em si –, vale mencionar que o modelo em curso na China encontra fortes convergências com a Nova Política Econômica (NEP) apresentada por Lênin no final da década de 1910. Entre as principais convergências podemos destacar: 1) superestrutura de poder popular; 2) concentração da propriedade estatal e/ou coletiva restrita aos setores com alto grau de

monopólio; 3) estatização do comércio exterior; 4) internalização de tecnologia avançada a partir de concessões a investimentos estrangeiros; 5) permissão à comercialização de excedentes agrícolas, dando margem a: A) uma divisão social do trabalho marcada por relações favoráveis à agricultura em relação à cidade; B) transformação de recursos ociosos na agricultura em poupança inicial à modernização industrial do país¹.

Mercado e plano em Pareto e Barone

O êxito do modelo chinês e o necessário resgate do debate da retomada da construção da Economia Política do socialismo se devem ao fato de a China responder de forma prática à principal questão levantada nos debates do início do século passado:

É possível, sob o socialismo, um sistema contábil

e de preços capaz de servir de guia à alocação eficiente de recursos?

Há mais de uma década, antes da Revolução Russa, a viabilidade do socialismo já era pauta de estudos e proposições. A possibilidade de funcionamento de uma economia centralmente planejada e baseada na propriedade social dos meios de produção teve nos economistas neoclássicos Vilfred Pareto e Enrico Barone seus primeiros “advogados”. Podemos classificá-los como pioneiros da idéia de uma economia de mercado sob orientação socialista.

Ambos partiram do correto princípio que compreende a similaridade de funcionamento econômico do capitalismo e do socialismo. Assim, concluíram que as condições de equilíbrio poderiam ser alcançadas pela utilização de um sistema de equações simultâneas onde os preços delas resultantes poderiam servir de parâmetro à correta e racional alocação de recursos².

A contra-argumentação ultraliberal

Desde 1920, Von Mises e seus seguidores (notadamente Hayek e Robbins) desafiaram os socialistas com cortantes assertivas demonstrativas da impossibilidade do funcionamento de uma economia centralmente planejada.

Suas elaborações buscaram demonstrar que a inviabilidade do socialismo repousa na insuficiência do planejamento em substituir o cálculo econômico como meio de analisar a melhor forma de alocação de recursos. Resumidamente, sendo o cálculo a única forma de se auferir escassez, na falta deste mecanismo torna-se proibitiva a tomada de decisões racionais de investimentos³.

Enfim, uma economia planejada e baseada em decisões elaboradas por agentes administrativos estaria fatalmente condenada ao caos macroeconômico.

Uma contradição a se considerar

O ultraliberalismo é legado do que desdenhosamente Marx classificou como “economia vulgar”. Resumidamente são dois os pressupostos teóricos dessa corrente: 1) da mesma forma que as leis da natureza, as leis econômicas também têm caráter universal; 2) como universais, as leis econômicas atuam de forma uniforme e invariável em qualquer lugar

onde ocorram atividades econômicas.

A essência do materialismo histórico encontra-se na demonstração de que as leis e categorias da Economia Política não são imutáveis como as leis da natureza, mas sim o resultado das relações econômicas entre os homens no curso do processo social de produção, distribuição e troca dos meios materiais. Logo, as leis da Economia Política – e as relações sociais que dela derivam – têm prazo de validade determinada pela história.

Aos ultraliberais, a propriedade privada dos meios de produção é requisito fundamental tanto para a alocação racional dos recursos, quanto para a liberdade de escolha dos consumidores. Tomando esta observação e agregando que na cultura liberal o processo econômico é regido por leis de cunho universal, podemos questionar:

1) A “concorrência perfeita” no capitalismo não foi substituída pelo oligopólio, cuja superação só é possível no socialismo?

2) Afirmar a inviabilidade do socialismo pelos motivos já expostos, não redundaria numa surpreendente análise institucionalista em uma elaboração ultraliberal?

3) Se as leis econômicas têm caráter universal, não é contraditório enunciar a racionalidade econômica como característica intrínseca de uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção?⁴

Oscar Lange e a “solução competitiva” no socialismo

A principal resposta no campo marxista às elaborações ultraliberais veio de Oscar Lange (1904-1965). Suas mais importantes elaborações foram publicadas inicialmente em duas partes em 1936 sob o título *On the Economic Theory of Socialism*. Posteriormente, em 1938 – em parceria com Fred Taylor – a transformou em livro sob o mesmo título.

Demonstrando sensibilidade ante os problemas levantados pelos ultraliberais, construiu – juntamente com Fred Taylor e Abba Lerner – um teorema que alcançou o surpreendente resultado onde um sistema socialista mediado pela planificação central e munido de um sistema de preços como referência à alocação de

recursos poderia obter um ótimo resultado econômico semelhante ao obtido nos teoremas econométricos de Arrow Abreu. Para tanto, partiu de cinco premissas: 1) a diferença entre os dois sistemas encontra-se na composição de classes no poder e na forma de apropriação do excedente econômico; 2) o modo de determinação dos preços no socialismo funciona de forma análoga à verificada numa economia capitalista; 3) o poder proletário deve se ocupar em princípio somente com a socialização dos meios de produção essenciais ao funcionamento da economia; 4) o cálculo econômico é essencial, pois nenhum mecanismo substitui completamente o mercado; 5) a propriedade privada em pequena escala na indústria e na agricultura é parte essencial no processo de acumulação socialista⁶.

O núcleo de sua teoria é baseado na formação – no âmbito do plano – de um organismo capaz de simular o mercado. A combinação do mercado com o socialismo reside na relação dialética entre três níveis decisórios: 1) No topo da pirâmide, a Comissão de Planejamento Central com a tarefa de: a) ajustar os preços dos meios de produção de acordo com a oferta e a demanda; b) distribuir os ganhos sociais utilizando as reservas das empresas estatais; e c) apesar de seu poder, a Comissão – como na China – não tem poder sobre o que e como se vai produzir; 2) o nível intermediário ocupado pelos departamentos de administração das indústrias, responsáveis pela determinação de vários setores da produção; e 3) no plano inferior estão as empresas estatais, a permitida propriedade privada em setores não-estratégicos e as famílias.

A obra de Lange é a principal fonte teórica dos programadores econômicos chineses.

Acumulação no rumo do “socialismo pleno”

A vantagem de economistas como Oscar Lange e os gestores do modelo chinês, encontra-se no fato de haverem percebido que a solução da problemática econômica do socialismo passava pela utilização dos enunciados clássicos.

No terceiro volume de *O Capital*, Marx – influenciado por Ricardo – demonstra claramente o papel exercido pela demanda sobre a racional alocação de recursos. Isto se deve ao fato de o valor utilidade de uma mercadoria estar relacionado diretamente com a demanda efetiva da mesma.

Segundo Engels: “A utilidade que apresentam todos os bens de consumo, comparada entre si e a consideração inerente à quantidade de trabalho para produzi-los, será os fatores que determinarão o plano”⁶. Em poucas palavras, Engels suscita a solução do problema. Solução esta trabalhada em demasia por Oskar Lange. Vamos a ela.

O socialismo demonstraria superioridade na medida em que a quantidade de trabalho utilizada na produção de uma mercadoria refletisse a *quantidade marginal*; logo os custos de produção tenderiam a se reduzir. Assim, em longo prazo tal custo refletiria os custos do trabalho necessário. A diferença entre os custos do trabalho e o valor real da mercadoria é consequência das *rendas diferenciais* originadas no preço dos serviços dos recursos naturais⁷.

Ao levar às últimas consequências o processo de acumulação descrito acima, chega-se ao ponto em que a *produtividade marginal* do capital chegaria a zero⁸. A lei da oferta e da procura e a lei do valor perderiam razão de existir na medida em que a produção de cada mercadoria se elevaria a ponto de as *quantidades marginais* de trabalho empregadas na obtenção de diferentes mercadorias se igualarem à razão auferida das *utilidades marginais e de preços* destas mercadorias⁹.

A apreensão de automação industrial é a condição objetiva principal ao êxito deste processo de longo prazo. Além do já escrito, a automação industrial permite a libertação do homem do jugo da máquina: é o fim do processo de educação do proletariado que, enfim, poderia gerir a produção à sociedade. O “socialismo pleno” seria alcançado.

Leis econômicas e a “etapa primária do socialismo”

A Economia Política tem como objeto de estudo as leis econômicas: seu caráter, alcance histórico, modo de ação, relações mútuas e suas consequências nas múltiplas determinações do concreto.

O socialismo é a fase primária do comunismo e na concepção dos chineses, a China ainda se encontra na “etapa primária do socialismo”. A verdade desta constatação pode ser mais bem auferida se nos apreendermos em Marx, que creditou à transição socialismo-comunismo a tarefa de eliminar as diferenças entre campo e cidade, trabalho manual e intelec-

tual e as inerentes à agricultura e indústria. Os chineses classificam esta constatação de “as três grandes diferenças”¹⁰.

São concretos os fatores que caracterizam a etapa primária do socialismo: 1) formação social onde a maior parte da população está ocupada na agricultura e dependente do trabalho manual; 2) escassez de recursos minerais; 3) ciência e tecnologia atrasadas; 4) grandes disparidades regionais de ordem econômica, social e cultural; 5) grande parte da população vivendo com dificuldades; 6) falta de autonomia tecnológica e de financiamento; e 7) grande distância em relação ao nível de desenvolvimento do centro do sistema¹¹.

Num país de dimensões continentais, e altamente populoso, como a China e onde a própria natureza (montanhas e desertos) é fator de dificuldades, vale questionar: quanto tempo esse processo de transição (socialismo-comunismo) demoraria?

De que forma os fatores expostos podem influir na ação das leis econômicas?

As características apresentadas são expressões do fato de o socialismo ter vencido em formações sociais periféricas. Logo, e naturalmente, as heranças de sistemas anteriores continuam a agir. A consequência destas influências é sentida nas superestruturas de países como China, Cuba e Vietnã: são muito sensíveis à fluidez (corrupção, influência de culturas estrangeiras, sobrevivências feudais etc).

Mais especificamente – para o caso da China – pode se verificar a ação de resquícios do modo de produção asiático. Resquícios positivos (planejamento, administração pública eficiente, capacidade de rápida intervenção sob o território, capacidade de iniciativa comercial dos camponeses etc) e negativos (cultura feudal). Fator agravante reside na ainda mediação por meio da escassez, o que faz com que um sistema de preços ainda seja necessário.

Assim, por mais que a China tenha internalizado os instrumentos (superestrutura de poder popular, socialização dos meios de produção e o planejamento) que viabilizam a anulação da ação do caráter espontâneo da ação das leis econômicas, as leis econômicas intrínsecas a economias planificadas e baseadas na propriedade social ainda não alcançaram um nível de cristalização necessário. A título de exemplo,

os sobre-investimentos em determinados ramos industriais na China têm – além do carreirismo de muitos governadores de províncias e/ou regiões autônomas – nas relações (de tipo feudal) entre gerentes de bancos e prefeitos de cidades médias uma das fontes do problema.

Fator agravante é encerrado na atual correlação de forças em âmbito mundial e a supremacia do imperialismo nos campos militar, econômico e ideológico.

Economia Política do socialismo e a categoria de formação social

Como forma de evitar a generalização típica à Economia Política produzida na União Soviética, onde o “modelo soviético” transformou-se em paradigma, assim como o “naturalismo” típico dos liberais, o marxismo nos dispõe categorias de análise quase insubstituíveis. O método da verificação das múltiplas determinações do concreto não pode prescindir da análise da *formação social* de cada nação, região ou território.

Ouvimos todos os dias afirmações – sobre a China – do tipo “trabalho escravo”, “falta de direitos humanos”, “democracia”, “onde tem mercado tem capitalismo”, “será um país imperialista” e outros absurdos. Ora, é muito claro que a lei do valor é uma questão de formação social: um dólar na China não tem o mesmo valor verificado nos EUA. Mais: num país com 700 milhões de camponeses, só podemos concluir ser ínfima a parte da renda familiar gasta com alimentação. A história pode demonstrar que a democracia chinesa remonta a séculos no nível da aldeia da mesma forma que a pequena produção mercantil no nordeste norte-americano é a base em que se desenvolveu a democracia nos EUA¹².

Isso sem citar que a civilização chinesa ao se assentar em vales férteis deu origem a filosofias de cunho tolerante, ao contrário do Mediterrâneo Oriental onde as péssimas relações homem-natureza deram vazão a ideologias messiânicas (povo eleito, espaço vital, destino manifesto, imperialismo)¹³.

China, Hungria, Polônia, Iugoslávia – reflexões

Hungria, Polônia e Iugoslávia também foram laboratórios de “socialismo de mercado”, que – dado

seus insucessos – foram próceres da restauração capitalista no Leste europeu. Assim, poderíamos nos perguntar:

1) O sucesso chinês não é fruto de uma divisão social do trabalho surgida – no bojo da separação entre economia de ganho e economia doméstica – há mais de 3.700 anos, enquanto na Europa Oriental, as revoluções burguesas do século XIX foram abortadas, dando margem a um processo de “refeudalização” findado com a instalação de democracias populares depois da 2ª Guerra Mundial?

2) A capacidade política do Estado chinês de intervenção rápida sob seu território não é um resquício do modo de produção asiático, onde há pressão camponesa sobre o poder imperial para construção de grandes diques, barragens e obras hidráulicas com utilidade na contenção de desastres naturais decorrentes da ação das chuvas de monções?

Será que da mesma forma que Mao Tsetung apoiou-se nos camponeses pobres para levar a cabo a revolução nacional-popular de 1949, Deng Xiaoping

não transformou a histórica capacidade mercantil dos camponeses médios na mola propulsora da política de Reforma e Abertura iniciada em 1978?

Finalizando, cabem as observações de meu mestre Armen Mamigonian acerca da historicidade das transições e as relações entre o nacional e o mundial: “Assim como a revolução socialista permaneceu isolada na URSS, por décadas, a primeira revolução capitalista ficou isolada na Inglaterra, frente à hostilidade do feudalismo da Europa continental. As relações entre os fenômenos nacionais e mundiais não são tão simples e a transição de um sistema a outro é mais complexa e prolongada do que se imagina”¹⁴.

Elias Jabbour é Doutorando e Mestre em Geografia Humana pela FFLCH-USP, membro do Conselho Editorial de Princípios e autor de China: infra-estruturas e crescimento econômico (Anita Garibaldi, 2006, 256 p.) e China: desenvolvimento e socialismo de mercado (Depto. de Geociências do CFH-UFSC, 2006, 86 p.).

Notas

- (1) A NEP como experiência foi abortada pelo acirramento da luta de classes no âmbito mundial (isolamento comercial da URSS); logo, o “modelo soviético” marcado pela formação de poupança relacionada às safras agrícolas foi a melhor forma de se afeirir uma rápida industrialização.
- (2) Pareto demonstrou sua hipótese em duas obras: *Socialist System* (1903) e *Manual of Political Economy* (1906). Barone destacou-se pela publicação, em 1908, de *The Ministry of Production in the Collective State*.
- (3) O trabalho de Von Mises de 1920 pode ser encontrado em inglês: In Von Hayek, F. (org.): *Collectivist Economic Planning*, publicado em 1935. Outra obra *Socialist*, foi publicada em 1937 em Nova Iorque.
- (4) A negação da possibilidade da racionalidade econômica no socialismo é um enunciado puramente institucionalista.
- (5) LANGE, O. *The Practice of Economic Planning and the Optimum Allocation of Resources*. Econometrics. Chicago, 1949, vol. 17, p. 167-178.
- (6) ENGELS, F.: “AntiDüring”. Paz e Terra. São Paulo, 3ª ed., 1990, p. 335-336.
- (7) LANGE, O. *On the Economic Theory of Socialism*. Universidade de Minnesota. 1938, p. 147.
- (8) A redução da quantidade marginal a zero é produto da ação da propriedade social dos meios de produção e do planejamento.
- (9) Idem à nota 6.
- (10) WANCHUN, Pen: *The Dialectical Materialism and the Historical Materialism*. Foreign Language Press, Pequim, 1985, p. 218.
- (11) ZEMIN, Jiang: “Hold High the Great Banner of Deng Xiaoping Theory for an All-Round Advance of the Cause of Building Socialism with Chinese Characteristics into the Twenty-First Century”. *Report to the Fifteenth National Congress of Communist Party of China*. People’s Publishing House, Pequim, 1992, p. 15.
- (12) Walt Whitman, poeta da revolução americana e um dos preferidos de Marx, é expressão desta formação social. Porém, o desenvolvimento histórico do processo de construção da nação norte-americana é concomitante com a decadência desta democracia.
- (13) As determinações culturais e naturais têm sua importância. Porém deve-se atentar para não se “descambar” em análises culturalistas (de tipo liberal) ou de caráter determinista. Aliás, ao utilizar a categoria de forças produtivas na análise, fica latente o pressuposto das relações mútuas entre homem e natureza, afinal de tais relações e do desenvolvimento da capacidade humana de atuar sobre a natureza é que são desenvolvidas as forças produtivas.
- (14) MAMIGONIAN, Armen: “Marxismo e ‘Globalização’: As Origens da Internacionalização Mundial”. In, *Milton Santos: Cidadania e Globalização*. AGB/Bauru. Saraiva. Bauru, 2000, p. 95-100.

Uma crítica ao liberalismo

O intelectual marxista italiano Domenico Losurdo (Universidade de Urbino, Itália) esteve no Brasil em outubro, participou de debates e lançou dois livros. Um deles, *Liberalismo, entre a civilização e a barbárie*, pelo selo da Editora Anita Garibaldi. Ele fala aqui brevemente sobre estes trabalhos

No primeiro livro *Contra-história do liberalismo* reconstruí a história dos Estados Unidos em particular. Observei que, contrariamente aos mitos correntes, propaga-se que os EUA seriam a mais antiga democracia do mundo. Na realidade,

nos Estados Unidos nos primeiros decênios de sua vida todos presidentes eram proprietários de escravos. Isso vale para Washington, para Jefferson – o autor da Declaração de Independência – para Maddison, o principal autor da Constituição. E não apenas os EUA são fortemente marcados pelo regime de escravidão em seus primeiros decênios de vida, como também procederam a uma expansão desse regime de escravidão. Por exemplo, restabeleceram a escravidão no Texas no período em que o arrancaram do México ao longo de uma guerra.

Talvez para a América Latina possa interessar um capítulo em particular desse acontecimento histórico que reconstruí. Ela deveria ficar orgulhosa do fato de o primeiro país a abolir a escravidão ter sido o Haiti. O segundo grande capítulo, do qual a América Latina deveria ficar orgulhosa, é o apoio dos ex-escravos negros, dado, em seguida a Simon Bolívar, para conduzir a guerra de independência contra a Espanha e para a abolição da escravidão, à qual procede também Simon Bolívar. A América Latina pode se orgulhar, enquanto, ao contrário, nos EUA a sua política de opressão dos negros, de um lado, e de aniquilamento dos índios, do outro, permaneceu em cada caso ao longo do final do século XIX e o início do século XX.

Coisa interessante é diferentes historiadores estadunidenses terem escrito que, na realidade, a história dos EUA é uma democracia para a classe dos senhores. Isto é, o governo da lei no âmbito de a comunidade branca se desenvolver contemporaneamente às práticas de opressão dos negros e de genocídio dos índios.

Assim se explica o problema que, porém, trato em *Libe-*

ralismo: entre civilização e barbárie (Anita Garibaldi): o nazismo teve grande simpatia e admiração pela divisão racial realizada no sul dos EUA. Nesse segundo livro mostro que Alfred Rosenberg, teórico principal do III Reich, fala dos Estados Unidos com particular atenção como um esplêndido país do futuro. Segundo ele, os EUA têm o mérito de extinguir, de violar o princípio de igualdade racial e, uma vez violado esse princípio, diz como os Estados Unidos fizeram valer a superioridade dos brancos nos confrontos com os negros.

Dito isso, seria errado pensar que não tenha mudado nada.

O processo de emancipação dos povos coloniais iniciou-se exatamente com a revolução de Outubro de 1917 e, além disso, foi um grande passo adiante. Como a derrota lançada pela humanidade – com a contribuição decisiva da URSS – sobre o nazismo, esse processo de emancipação dos povos coloniais não pode ser extinto. No entanto, ainda hoje no imperialismo estadunidense encontramos pelo menos duas tendências perigosas. Primeira, permanece intacto o princípio da hierarquização dos povos, como fala Bush, mas também como falava Clinton, nos EUA como o povo eleito por Deus com a tarefa de guiar o mundo. Diante da hierarquização dos povos encontramos a crise da desigualdade dos povos, por meio da qual um povo é destinado a governar para sempre e os outros destinados a ser governados.

O outro aspecto que deve chamar a nossa atenção é o horror de Guantânamo (base militar dos EUA em Cuba) ou de Abu Grhaib (prisão no Iraque) e também de outras prisões semelhantes no Afeganistão, ou em Israel. Nesses locais, pessoas são condenadas sem processo e agora, frequentemente, torturadas e humilhadas. São, sobretudo, árabes, islâmicos; de qualquer modo, indivíduos que fazem parte dos povos coloniais ou dos povos de origem colonial.

Nesse sentido, a despeito do grande avanço, alguma coisa da democracia para a classe dos senhores continua a incitar nos EUA, continua a incitar em Israel e continua a existir em geral na relação do Ocidente com os outros povos. Nesse sentido, a luta contra a democracia da classe dos senhores e por uma verdadeira democracia, seja no plano interno seja no plano externo, ainda continua.

Essa luta, se também conseguiu uma grande vitória a partir da revolução de Outubro, não está acabada, mas tende a continuar.



Domenico Losurdo

Profundezas do Brasil

Horizonte do desejo. Instabilidade, fracasso coletivo, e inércia social, Wanderley Guilherme dos Santos, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, 2ª edição, 204 p.p.

Em cultíssima carta sobre a segunda edição de *Raízes do Brasil* – clássico acerca da condição *Homo brasilis* –, de Sérgio Buarque de Holanda, o poeta Cassiano Ricardo reclamara precisão etimológica brasileira entre *polidez* e *homem de coração* para dar significância à categoria *cordial*, um dos constructos polêmicos e férteis de Holanda.

Na famosa missiva (julho de 1948), em irritada síntese de 11 aforismos, Cassiano resume: “Mas que *cordialidade* seja, no sentido em que tomamos e praticamos essa palavra (polidez), a nossa contribuição ao mundo, não me se afigura aceitável, nem cabível”. Dito de outro modo, bondade brasileira, sim: mais envolvente, mais política, mais assimiladora.

Igualmente irritada é a resposta de Holanda: “Quando escrevi a palavra *cordial*, entendia-a no seu verdadeiro sentido. Você a interpreta na sua acepção fingida”. Notando inclusive o mutável em nossa existência, para o autor de *Raízes*, com a urbanização e o desenvolvimento das metrópoles o homem *cordial* estava fadado provavelmente a desaparecer.

Completados 70 anos, *Raízes* tem, necessariamente, de ser visto como legado das grandes inquietações e indagações sobre o caráter nacional brasileiro. Como diz acertadamente Elide Rugai Bastos (*As criaturas de Prometeu. Gilberto Freyre e formação da sociedade brasileira*, Global, 2005), nas décadas de 1920 e 1930 nossos pensadores buscavam a compreensão sobre o Estado, a cultura e a identidade nacional; época da semana modernista, da formação do Partido Comunista, do tenentismo, enquadra Bastos.

Excelente estudo, o livro de Bastos (Concurso Nacional de Ensaio – prêmio Gilberto Freyre 2004-2005) vai além da costumeira interpretação sobre a inequívoca grandeza de *Casa-grande & senzala* (1933): a obra também auxiliaria no argumento científico, pós-Revolução de 1930, aos setores agraristas, reiterando ter a propriedade

da terra “papel equilibrador da sociedade”. Nada de reforma agrária!

Mas quem garante que o passado nacional estipula “o número de opções ainda abertas”, pois seu passado – condenado – desproveria recursos para certas escolhas? Para o cientista social Wanderley Guilherme dos Santos, em seu (igualmente premiado) livro *Horizonte do desejo. Instabilidade, fracasso coletivo, e inércia social* (FGV, 2006), o Brasil teve sempre quem enterrasse sua evolução, ao lado de otimistas crônicos dos belos cenários futurísticos. E, a rigor, jamais saberemos o que podemos ou não fazer, hoje, por conta do que fizemos ou evitamos fazer no passado, enfatiza Guilherme dos Santos.

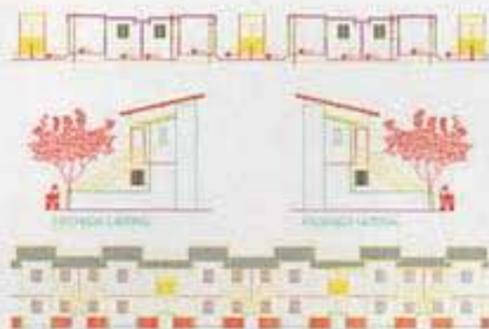
Ganhador do prêmio *Vitor Nunes Leal* (Academia Brasileira em Ciência Política, 2005), o estudo possui o traço dos grandes pensadores contemporâneos da sociedade brasileira. Com atualizada documentação empírica sociológica e econômica, nele o autor disserta uma tese no capítulo

“A interrogação nacional”: o Brasil evoluiu até aqui conhecendo estágios de “estabilidades dissipativas” ou conservacionista do *status quo*, e de instabilidades produtivas e improdutivas. Dito de outro modo, uma “Lei da Poliarquias” desfavoreceria por decisões majoritárias número de interesses potencialmente superior àqueles interesses atendidos; e, exibindo taxas, dinâmicas eleitorais e organizacionais superiores às das “democracias ricas”, o Brasil não consegue superar grande parte dos desequilíbrios improdutivos que lhe vitima.

De acordo com Guilherme dos Santos, escapa aos teóricos da desigualdade e da miséria permanente o atual fenômeno do crescimento da riqueza independentemente da extinção, aumento ou redução da miséria. Sendo a razão última do relativo imobilismo social a combinação de: a) ser freqüente em comunidades de porte razoável uma massa social dotada de inércia, resistente a mudanças bruscas; e b) a “conhecida” dificuldade de organização para ação coletiva de enorme contingente de brasileiros, “talvez” tenha origem no descompasso entre longa acumulação capitalista, episódios redistributivos sem ameaça à acumulação, e crônica estabilização das desigualdades.

A. Sérgio Barroso





O GOVERNO FEDERAL FAZ. A PREFEITURA REALIZA. E OLINDA SEGUE EM FRENTE.

INVESTIMENTOS NAS FAVELAS V8 e V9 - Em parceria com o Governo Federal, a Prefeitura de Olinda conseguiu o investimento de 19 milhões para a urbanização e construção de 586 casas nas comunidades. Os serviços incluem saneamento básico, revestimento de novo trecho do Canal da Malária, pavimentação e construção de ruas.

RECUPERAÇÃO DA AVENIDA SIGISMUNDO GONÇALVES E DA RUA DO SOL - Mais de 110 mil pessoas beneficiadas com serviços de pavimentação, recuperação do sistema de drenagem, sinalização e construção de rampas de acesso.

REQUALIFICAÇÃO DA ORLA - Além da urbanização de 2,2 quilômetros da orla, obras de contenção do avanço do mar em Bairro Novo, Casa Caiada e Rio Doce, com futuras intervenções de paisagismo e lazer para as orlas do Carmo e Milagres.

BRIGADA PAULO FREIRE - Projeto que reduziu o analfabetismo em 70% na cidade, o que corresponde a 18 mil jovens e adultos alfabetizados.

CAPS/AD - Construção de um novo Centro de Apoio Psicossocial – CAPS – voltado para pessoas que sofrem de algum tipo de problema ligado à dependência química.

HIPER BOMPREÇO BAIRO NOVO - Mais desenvolvimento para Olinda com intervenções na infra-estrutura urbana, favorecendo a criação de cerca de 500 novos empregos diretos, com aumento da arrecadação de tributos e oferta de produtos e serviços na cidade.

CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS - CEO - Serviço pioneiro na rede pública municipal, que oferece procedimentos odontológicos especializados para toda população, com a atenção e a qualidade que ela merece.

SAMU/192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência com cinco ambulâncias e uma equipe de 66 profissionais, pronta para atender a toda população.

PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO - Intervenções que privilegiam a requalificação de monumentos históricos, como a restauração das igrejas do Carmo e do Rosário.

TAPIOCA/PATRIMÔNIO IMATERIAL - Através da Prefeitura, a tapioca virou patrimônio imaterial de Olinda. Agora, as tapioqueiras usam fardamento padrão, escolhido através de votação pública.

NOVO PARQUE DO CARMO - Investimento de 1,1 milhão que transformou o Parque do Carmo no maior conjunto paisagístico da cidade. Agora, o espaço conta com pistas de cooper, passeios, áreas de convivência, equipamentos de ginástica e muito mais.

CASA DO TURISTA - Espaço especial criado pela Prefeitura para atender e dá suporte aos turistas que visitam a cidade. O serviço conta com um posto de informações turísticas, casa de câmbio, dois caixas eletrônicos e miniauditório.

OLINDA É DA GENTE. OLINDA SEGUE EM FRENTE.

OLINDA 2006
1ª Capital Brasileira da Cultura

OLINDA
Patrimônio da Humanidade
PREFEITURA POPULAR

TRINTA ANOS DA CHACINA DA LAPA

Pomar, Arroyo e Drummond – heróis da luta pela democracia e pelo socialismo

16 de dezembro de 1976, cidade de São Paulo, bairro da Lapa. O aparato de repressão do regime militar invadiu uma casa modesta e assassinou dois dos mais importantes dirigentes comunistas do país: Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. Poucas horas antes outro dirigente, João Batista Drummond, havia sido morto durante uma sessão de tortura nos porões do DOI-CODI paulista. Nesta mesma operação tinham sido aprisionados, e depois barbaramente torturados, outros membros do PCdoB.

Este episódio, por sua violência e crueldade, ficou conhecido como “Chacina da Lapa”. Ao cometerem esse crime, os generais julgavam ter consumado a destruição do Partido que ousou enfrentá-los pela liberdade e democracia na Guerrilha do Araguaia. Puro engano. A ditadura foi para o lixo da história, a democracia floresce e o Partido Comunista do Brasil, 30 anos depois, é uma legenda respeitada pelo povo e pelas forças políticas. Pomar, Arroyo e Drummond, honrosamente, integram a galeria dos heróis do povo brasileiro que tombaram pela democracia, pelos direitos do povo e pela causa do socialismo.



"Cena" montada pelos agentes da repressão para simular um combate que não houve